



Universidade Federal do Ceará

**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - PRODEMA**

SELMA MARIA PEIXOTO ALCÂNTARA

**SOL E SOMBRA: O CAFÉ DO MACIÇO DE
BATURITÉ NUMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA E
SOCIOECONÔMICA**

Fortaleza - Ceará

2009

SELMA MARIA PEIXOTO ALCÂNTARA

**SOL E SOMBRA: O CAFÉ DO MACIÇO DE BATURITÉ
NUMA PERSPECTIVA ECOLÓGICA E
SOCIOECONÔMICA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador:

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Fortaleza - Ceará

2009

A320s Alcantara, Selma Maria Peixoto
Sol e sombra : o café do Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica / Selma Maria Peixoto Alcantara , 2009.
158 f. ; il. enc.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Área de concentração: Organização do espaço e desenvolvimento sustentável

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2009.

1. Café sombreado. 2. Maciço de Baturité. 3. História ambiental. I. Sampaio, José Levi Furtado (orient.). II. Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. III. Título.

CDD 363.7

SELMA MARIA PEIXOTO ALCÂNTARA

**SOL E SOMBRA: O CAFÉ DO MACIÇO DE BATURITÉ NUMA
PERSPECTIVA ECOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA**

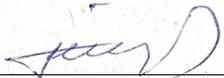
Dissertação submetida à coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Organização do espaço e desenvolvimento sustentável.

Aprovada em 13 / 04 / 09

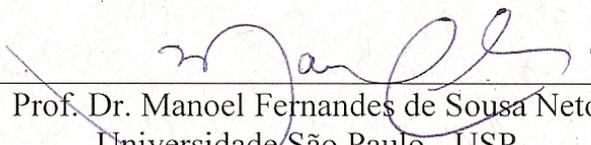
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto
Universidade São Paulo - USP

Dedicatória:

A Deus, através do qual a sabedoria brota e se afirma no que a olhos nu se apresentaria como improvável. Aquele que vale a pena confiar. Pelo qual vale a pena prosseguir. Seu amor infinito e incondicional, puro e translúcido me moveu de um lugar vazio e me levou aonde o corpo não pode alcançar. Toda adoração seja dada a ele, porque só ele é digno e galardoador daqueles que o buscam.

À lembrança de D. Socorro, minha mãe, com quem convivi intensamente no ano de 2008, que partiu em janeiro de 2009 para viver em águas tranqüilas onde as tempestades não podem alcançá-la.

Aos pequenos e médios produtores de café do Maciço de Baturité, que me receberam, abriram suas portas e suas memórias. Por cederem a esta pesquisa seus arquivos pessoais, num ato de confiança. Sem estas pessoas a pesquisa seria incompleta.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Pedro Alcântara pela paciência, pelo amor incondicional e por sempre acreditar em mim independente de qualquer coisa.

Aos meus irmãos Marcélio e Mardônio, pelo apoio em todos os momentos.

À minha cunhada Daniele e minhas sobrinhas Marcelle, Dandarah e Ana Débora (hoje com dois meses) pela presença e o carinho nos momentos mais estressantes.

À coordenação do PRODEMA e aos professores e funcionários que compõem o quadro docente do mestrado, em especial à professora Vlândia Pinto Vidal de Oliveira, pelo seu apoio, estímulo e bom trabalho no período em que estive na coordenação. Às professoras Marta Celina Linhares Sales e Patrícia Verônica Pinheiro Sales-Lima, pela disponibilidade e pelo estímulo acadêmico.

A CAPES, minha fomentadora, pelo apoio financeiro através da bolsa de mestrado que tornou possível esta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor José Levi Furtado Sampaio (UFC). Por sua presença constante nestes dois anos e as inúmeras contribuições para a construção da pesquisa. A quem aprendi a admirar pela ética, intelectualidade e sobriedade.

Ao Professor Aécio Oliveira (UFC), amigo, e companheiro de trabalho desde o período de graduação, pelo seu apoio a esta pesquisa desde quando era apenas um projeto para o pleito de uma vaga. As nossas conversas abriram horizontes de possibilidades e me fizeram compreender a importância de sair da análise economicista e o desafio de um trabalho interdisciplinar.

Ao professor Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP), que nestes dois anos foi amigo, companheiro e professor. Sempre disponível e pronto a estender a mão em solidariedade. Com quem aprendi muito não só sobre o saber acadêmico, mas sobre os melindres das relações humanas dentro e fora da academia. Com quem dividi momentos de angústia e de alegria não só do trabalho em si, mas das próprias dificuldades da vida. Agradeço as correções e o carinho ao reconhecer meus acertos. Não é possível imaginar esta trajetória sem sua presença.

Ao Prof. Fábio Sobral, pelas sugestões no início do trabalho e pela sua disponibilidade.

Às minhas amadas amigas: Cristina Brandão, Marilene Aguiar e Ana Maria de Mesquita, Maria de Fátima Simão e Josyrene Albuquerque. Mulheres firmes, minhas intercessoras e amigas, pessoas que enxugaram minhas lágrimas, que sorriram comigo durante o processo de construção deste trabalho.

À Daniela Medina, por sua solidariedade. O seu companherismo nas horas mais difíceis me trouxe a segurança necessária para seguir em frente. Ao Antônio Auto, meu querido amigo de 13 anos, por me emprestar sua mãe e até me ajudar em alguns cálculos.

À amiga-irmã Vânia Lúcia , pela simplicidade no ensinar. Sem as suas contribuições intelectuais, carinho e paciência, a caminhada teria sido muito dura.

À Anna Érika , pela ajuda acadêmica, pela mão sempre estendida, pela disponibilidade freqüente.

À Glaucia e Karina – amigas inseparáveis desde a graduação – pela ajuda com as tabelas e gráficos.

À Patricia e Paulinha – também amigas inseparáveis desde a graduação – pelo apoio constante e pelas palavras de estímulo.

Ao meu amigo André, pelo estímulo e por ter acreditado em mim mesmo quando as idéias ainda eram vagas.

À Klycia Fontenele – amiga desde a graduação – pela ajuda na formatação do trabalho.

À minha amiga Ângela pela ajuda na configuração das seções e pelo apoio sempre.

Aos companheiros de mestrado com quem compartilhei experiências, alegrias, anseios. De quem sempre tive um apoio no período que estivemos juntos, em especial ao meu amigo Henrique Frota, pela ajuda na leitura do meu trabalho nos períodos que antecederam o seminário integrador e a qualificação.

Aos produtores Gerardo Farias, Alfredo Farias, Hugo Matos Brito , William Vinhas, João Caracas, Atenor Holanda Queiroz, Marcélio Farias, Maria Irene Mendonça, Valdeci, Zé Valdevino, Oscar Martins, Sebastião Vinuto, Marcelo Cocão, Creuza Vinuto, Mascos Arruda e ao estudioso da história de Guaramiranga Marcelo Farias, por abrirem seus arquivos pessoais, suas lembranças, suas casas. Sempre tão hospitaleiros e dispostos a contribuir para o bom resultado desta pesquisa.

Ao produtor Vicente Correia e sua esposa Maria Sales Correia pela grande contribuição à pesquisa, estimulando outros produtores a me receber e me hospedando em sua casa. Agradeço pela hospitalidade.

À produtora, apanhadeira e amiga Maria Helenilda Amorim, sem ela as portas de muitas casas não teriam se aberto com tanta facilidade. Obrigada pela disponibilidade de me acompanhar nas primeiras visitas, por me receber em sua casa.

Aos proprietários do sítio Rancho Alto, Evangelista de Carvalho Moreira (o Ita) e Maria José Sales Alto Moreira, pelo acolhimento.

Aos caseiros do sítio Rancho Alto, Aristóteles e Naide, pelo apoio nos meus períodos de estada em Mulungu. Obrigada pelo tratamento especial que recebi.

Às funcionárias da biblioteca da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, em especial a Zuleide, pelo pronto e eficiente atendimento e pela sensibilidade em vários momentos.

A Fundação CEPEMA, nas pessoas de Danilo Galvão, Fabio Martins, Assis de Souza, Marcos Arruda e Adalberto Alencar pela disponibilidade e por ceder o escritório em Mulungu no primeiro ano de pesquisa.

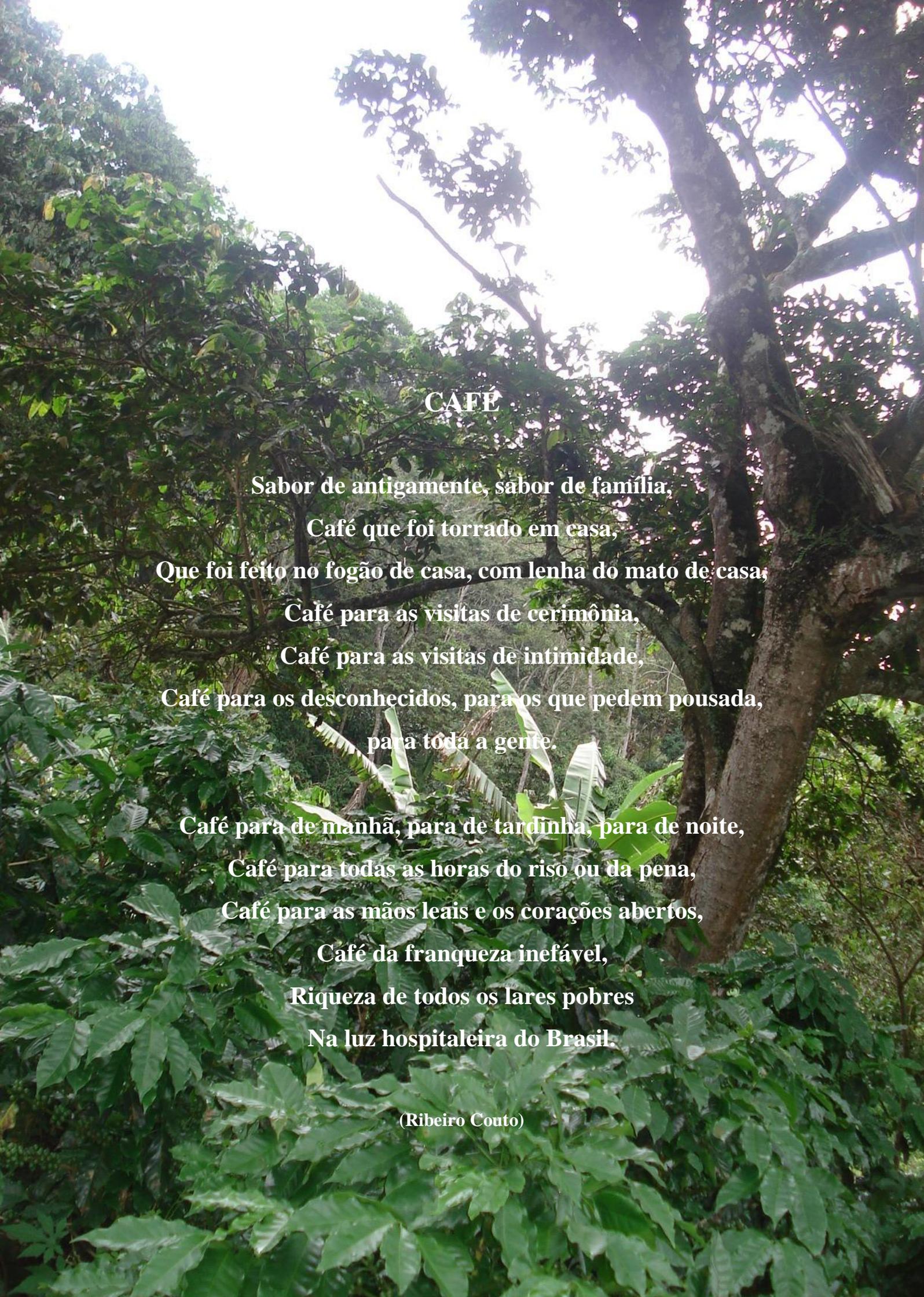
Ao meu revisor Antônio Luis Macedo. Alguém que passei a admirar pela disposição em compartilhar seu extenso conhecimento acadêmico.

Ao Christian Kuhrt, revisor de meus textos escritos em inglês durante esses dois anos. Thank you so much my Dearest friend.

Ao professor Fernando Bastos (UFRN) pelo envio de textos para meu trabalho no primeiro ano da pesquisa, pela a atenção.

À D. Judite Sales e D. Raimunda Arlindo, pelo carinho de todas as tardes. Os 30 minutos dados por mim para sentar-me na calçada com elas e falar sobre assuntos tão diferentes do que é o mundo acadêmico traziam tranquilidade.

À amiga, Eugênia Ribeiro, por ser meu apoio e por ouvir, simplesmente ouvir. Por me receber tantas vezes em sua casa para conversar, mesmo quando estava exausta.



CAFÉ

Sabor de antigamente, sabor de família,
Café que foi torrado em casa,
Que foi feito no fogão de casa, com lenha do mato de casa,
Café para as visitas de cerimônia,
Café para as visitas de intimidade,
Café para os desconhecidos, para os que pedem pousada,
para toda a gente.

Café para de manhã, para de tardinha, para de noite,
Café para todas as horas do riso ou da pena,
Café para as mãos leais e os corações abertos,
Café da franqueza inefável,
Riqueza de todos os lares pobres
Na luz hospitaleira do Brasil.

(Ribeiro Couto)

RESUMO

A planta do café (*Coffea arabica*) pertence originalmente ao território africano. No Brasil, foi introduzida em 1727. Foi a partir do Rio de Janeiro, nas áreas de Mata Atlântica, onde a cafeicultura melhor se adaptou e se estabeleceu como importante atividade econômica para o modelo de exploração colonial, baseado na monocultura, trabalho escravo e grande propriedade. Inicia-se assim a história de uma atividade reconhecida pela importância econômica para o país e pelo rastro de devastação que deixou nas regiões onde foi desenvolvida. Tal destruição se fundamentou numa lógica de relação entre sociedade e natureza baseada na dominação da primeira sobre a última, que permeou o uso e ocupação do território brasileiro já no século XVIII. O reflexo disto pode ser visto na agricultura, trabalhada principalmente com o uso de queimadas e desmatamento para o plantio. No Ceará não foi diferente; entretanto, nas áreas onde a cafeicultura se desenvolveu, esta prática tornaria a atividade inviável, de forma que o sistema de cultivo predominante apoiou-se no consórcio da planta com outras espécies, em especial a ingazeira. O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a importância da atividade cafeeira no Maciço de Baturité e suas relações sociais de produção, a partir da década de 1970. Busca-se assim apreender a importância desta atividade como um dos fatores de degradação ou conservação do patrimônio ambiental na perspectiva ecológica e socioeconômica. Para alcançar tal objetivo, houve o empenho de compreender como historicamente esta atividade se desenvolveu naquela região, a cultura criada em torno do cultivo do café e as relações de trabalho que se estabeleceram dentro do espaço da lavoura.

Palavras-chave: Café sombreado, Maciço de Baturité, História ambiental.

ABSTRACT

The coffee plant (*Coffea arabica*) originally comes from African territory. It was introduced to Brazil in 1727 starting out from Rio de Janeiro, in the Atlantic Forest, where coffee-growing was better adapted and it was established as an important economic activity for the colonial exploitation pattern, based on monoculture, slave force and extensive property. Thus starts the history of an activity renowned as economically important for the country and part-responsible for the devastation left by that activity in the regions where it was developed. Such destruction followed a logic of relations between society and nature based on the former dominating the latter. The use and occupation of Brazilian territory in the eighteenth century were based on that logic. The consequences of this can be seen in agriculture, mainly based on fire clearance and deforestation practices in the plantations. In Ceará it was not different. Nevertheless, in the areas where coffee-growing was developed this practice was impracticable, as the prevailing system of cultivation relied on the association of the coffee plant with others species, particularly ingazeira (*Inga bahiensis Benth.*). The main objective of this study is to analyze the importance of coffee-growing activities in Maciço de Baturité-Ceará and its social relationship with production, from the 1970s onwards. It seeks to find out about the importance of this activity as a degradation factor or conservation of environmental patrimony in the ecological, socio-economic perspective. To reach this objective, there was an engagement to comprehend how this activity was developed historically in the region, to comprehend the culture arisen around the coffee-growing and the work-relationship established within the farming space.

Key-words: Shaded coffee, Maciço de Baturité, Environmental history

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Visão panorâmica do Maciço residual de Baturité.....	29
FIGURA 2 Queimadas da floresta – Benedito Calixto.....	51
FIGURA 3 Trabalho no café.....	62
FIGURA 4 Prédio da estação ferroviária de Baturité – 2008.....	76
FIGURA 5 Primeira locomotiva a fazer o percurso Fortaleza – Baturité.....	79
FIGURA 6 Sítio São Luis em 1929.....	92
FIGURA 7 Sítio São Luis -2008.....	93
FIGURA 8 Casa de moradores – Sítio Bagaço.....	96
FIGURA 9 Casa Grande do Sítio Bragaço e no nível inferior, entrada da senzala.....	97
FIGURA 10 Espaço interior da senzala.....	97
FIGURA 11 Família na colheita do café em Mulungu.....	100
FIGURA 12 Homens colhendo o café em Mulungu.....	100
FIGURA 13 Moedas do Sítio Bom Sucesso.....	107
FIGURA 14 Cartões que equivalem a 1 quarta e ½ alqueire.....	108
FIGURA 15 Cartão que equivale a 2 quartas.....	108
FIGURA 16 Cartões que equivalem a alqueire e 1/2 quarta e 1 terça.....	108
FIGURA 17 Estação ferroviária de Baturité – 1889.....	109
FIGURA 18 Prédio onde funcionava o armazém de café no município de Baturité....	110
FIGURA 19 Café exportado para a Suécia.....	115
FIGURA 20 Café Pico Alto.....	116
FIGURA 21 Café Jóia.....	116
FIGURA 22 Tacho de ferro para torrar café.....	120
FIGURA 23 Desenho feito por Hugo Mattos Brito, representando a forma de cultivo a pleno sol no século XIX e início do século XX.....	125
FIGURA 24 Desenho feito por Hugo Mattos Brito, representando a forma de cultivo a pleno sol na década de 1970.....	125
FIGURA 25 Sistemas silviagrícolas em Guaramiranga.....	129
FIGURA 26 Horta e plantação de bananeiras em Mulungu.....	131
FIGURA 27 Café sombreado – Sítio Bem-ti-vi.....	133
TABELA 1 Área Colhida nos Municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.....	67
TABELA 2 Exportação de café do Ceará 1839-1905.....	82
TABELA 3 Primeiras sesmarias do sopé da Serra de Baturité.....	87
TABELA 4 PIB setorial dos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – 2006.....	103
TABELA 5 Área destinada à colheita, produção obtida, rendimento médio e valor da produção do café nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti em 2007.....	104
TABELA 6 Área destinada à colheita, produção obtida, rendimento médio e valor da produção do café nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti em 2008.....	104
TABELA 7 Produção de café dos sítios de Francisco de Mattos Brito (em sacas).....	111
TABELA 8 Relação Café – Salário.....	114
MAPA 1 Localização da área de estudo.....	17
MAPA 2 Área de abrangência da APA de Baturité.....	32
MAPA 3 Abrangência da Mata Atlântica e remanescentes.....	50
MAPA 4 Rotas transatlânticas do tráfico negreiro.....	69

MAPA 5 Detalhe do mapa indicativo das “linhas” da Rede de Viação Cearense – 1924.....	77
QUADRO 1 Área original e de remanescentes florestais da Mata Atlântica.....	55
QUADRO 2 Produção de café – 1821 a 1900 (em milhões de sacas).....	63
QUADRO 3 Crescimento da população integrada no empreendimento colonial e diminuição dos contingentes aborígenes autônomos.....	69
GRÁFICO 1 PIB setorial dos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – 2006.....	103
GRÁFICO 2 Produção de café dos sítios do sr. Francisco de Mattos Brito (em sacas).....	112

LISTA SIGLAS E ABREVIACÕES

APA	Área de Proteção Ambiental
APEMB	Associação dos Pequenos Produtores do Maciço de Baturité
CAFOD	Catholic Agency for Overseas Development
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMCAFÉ	Cooperativa Mista de Produtores de Café do Maciço de Baturité
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EFB	Estrada de ferro de Baturité
EUA	Estados Unidos da América
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
Fundação CEPEMA	Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
REFFESA	Rede Ferroviária Federal S/A
RVC	Rede de Viação Cearense
SAF	Sistema Agroflorestal
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A METODOLOGIA: CAMINHOS QUE NOS ORIENTAM.....	21
2.1. Referencial teórico.....	21
2.2. O pesquisar.....	24
2.3. Aspectos físicos e ambientais do Maciço de Baturité.....	29
3. HISTÓRIA AMBIENTAL.....	34
3.1. História ambiental e história florestal.....	34
3.2. Formações sociais e apropriações da natureza.....	38
3.3. Relação sociedade-natureza	47
3.4. História ambiental no Ceará.....	56
4. INTRODUÇÃO DO CAFÉ NAS TERRAS BRASILEIRAS.....	59
4.1. Um breve histórico.....	59
4.1.1. Mão-de-obra para o café.....	68
4.2. Nos trilhos do café.....	73
4.2.1. A ferrovia no Ceará.....	76
4.3. O café do “Siará”	80
5. A CULTURA CAFEIEIRA E SUAS RELAÇÕES ECOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA NO MACIÇO DE BATURITÉ.....	85
5.1. A posse da terra: colonização, administração e cotidiano dos proprietários rurais cafeicultores.....	84
5.2. Relações socioeconômicas e culturais - a rotina da lavoura cafeeira.....	93
5.2.1. Produção e comercialização.....	105
5.3. “Esse é o café”	119
5.4. Sol que sombra: duas realidades.....	121
5.4.1. A criação da Área de Proteção Ambiental do Maciço de Baturité e as implicações sobre a atividade cafeeira.....	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICES.....	147
ANEXOS.....	156

1. INTRODUÇÃO

O trabalho propõe-se a discutir aspectos da cultura¹ do café (*Coffea arabica*) no Maciço de Baturité, Ceará. Para tal, remete-se à origem desta espécie e ao processo pelo qual passou de uma planta sem importância econômica a uma mercadoria hoje considerada a segunda commodity mais comercializada no mundo (*Revista Café Sustentável & Responsável*, 2007).

Pertencente originalmente ao território africano, a planta do café foi primeiramente apreciada pelos árabes e cultivada em seu território, e dali levada para a Europa por viajantes.

A experiência de cultivo do café foi empreendida em diversas regiões antes de ser introduzida no Brasil. Em 1727, a atividade cafeeira foi iniciada no Brasil, na cidade de Belém, norte do país, onde as condições edafoclimáticas da região limitaram sua adaptação. A partir dali buscaram-se novas áreas onde a espécie pudesse se adaptar. Foi na cidade do Rio de Janeiro que a planta do café encontrou as condições ideais para se desenvolver. Nessa cidade as plantações de café desenvolveram-se ao ponto de, mais tarde, o café tornar-se um importante produto de exportação para o País.

Para compreender o que foi a atividade cafeeira no Brasil, dois aspectos devem ser considerados. O primeiro é que a planta do café foi introduzida no Brasil num período em que o sistema produtivo estava voltado à produção de excedentes para a metrópole. Com esse objetivo, o modelo de exploração colonial fundamentava-se na tríade latifúndio, monocultura e trabalho escravo. Outro aspecto relevante é que, desde o início, a atividade ocupou áreas de Mata Atlântica à base de práticas agrícolas como as queimadas e o arranque de árvores para o plantio.

O projeto de exploração da Colônia exigia a ocupação do território; para isso, a coroa portuguesa introduziu o sistema de sesmarias já praticado em outras colônias de Portugal. As sesmarias eram unidades produtivas agroexportadoras nas quais foram implantadas monoculturas escravistas. No Nordeste, era a cana-de-açúcar e, no Sul/Sudeste, o café. Já no século XIX, o café representava um importante produto de exportação, chegando o País a produzir 7,2 milhões de sacas no período entre 1891 a 1900 (TAUNAY e DENIS apud SILVA, 1985).

¹ Consideram-se aqui os costumes, a tradição, as relações de trabalho, a forma de organização da produção que foram se estabelecendo em torno desta atividade. Estas dimensões atravessaram a cultura que se formou naquele lugar, sendo transmitida sobretudo através da expressão oral.

A expressão econômica do produto café, portanto foi conquistada a um alto custo social e ambiental. A tríade monocultura, latifúndio e trabalho escravo estava profundamente relacionada ao processo de destruição ambiental.

No final do século XVIII, estavam sendo discutidas no País algumas idéias sobre a questão ecológica. Eram reflexões que davam conta de problemáticas da relação sociedade-natureza. Entendia-se que o desflorestamento estava destruindo a biodiversidade que serviria como base econômica para a formação territorial do país. Como produzir se as condições ambientais necessárias estavam sendo destruídas sem nenhuma substituição? Não se tratava de priorizar uma natureza intocada, mas da utilização dos territórios de forma racional.

Muitos dos autores que discutiam as questões ambientais nesse período limitavam-se à crítica dos exageros. Não era a derrubada das florestas em si o que incomodava, mas o pouco aproveitamento destas. Houve ainda espaço para críticas de intelectuais como Bulmarque e Bonifácio, que reconheciam o problema ambiental como indo além de se conter a velocidade da destruição ou de se racionalizar o uso das técnicas de cultivo. Mas questionavam a monocultura escravista. O último afirmava que “somente quando os senhores de terras não tiverem uma multidão de escravos é que as áreas já abertas serão aproveitadas e as matas virgens, conservadas” (PÁDUA, 2002, p. 230).

No Ceará intelectuais como Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Pedro Catão se dedicaram ao estudo do ambiente. Reconheciam a rica diversidade ecossistêmica e que as técnicas de cultivo na agricultura cearense traziam resultados desastrosos para as gerações futuras. Embora seus trabalhos tenham sido relevantes para compreender o processo que degradação experimentado naquele período, os autores não aprofundaram discussões como a monocultura escravista. Ao tratarem da economia cafeeira cearense, limitavam-se a criticar a falta de orientação científica nas áreas agrícolas.

Como relata Girão (2000), a chegada das primeiras mudas de café ao Ceará data do século XVIII, sendo trazidas do Jardim das Plantas de Paris por José Xerez Furna Uchoa. As mudas foram plantadas, inicialmente, na Serra da Meruoca, de onde se espalharam para as outras áreas de serra do estado. No Maciço de Baturité, as técnicas de cultivo rudimentares não impediram a boa adaptação da espécie, que se firmou como uma importante atividade.

O café foi trazido para o Maciço de Baturité em 1822, a partir de Pernambuco, e introduzido na Chapada do Araripe, região do Cariri. Dali algumas sementes foram

foram enviadas para o senhor Antônio Pereira de Queiroz, no Maciço de Baturité. As sementes foram plantadas no sítio Mungaípe. Em 1824, o Sr. Felipe Castello Branco trouxe algumas mudas do Pará e as plantou no sítio Bagaço, em Mulungu (GIRÃO, 2000; CATÃO, 1937).

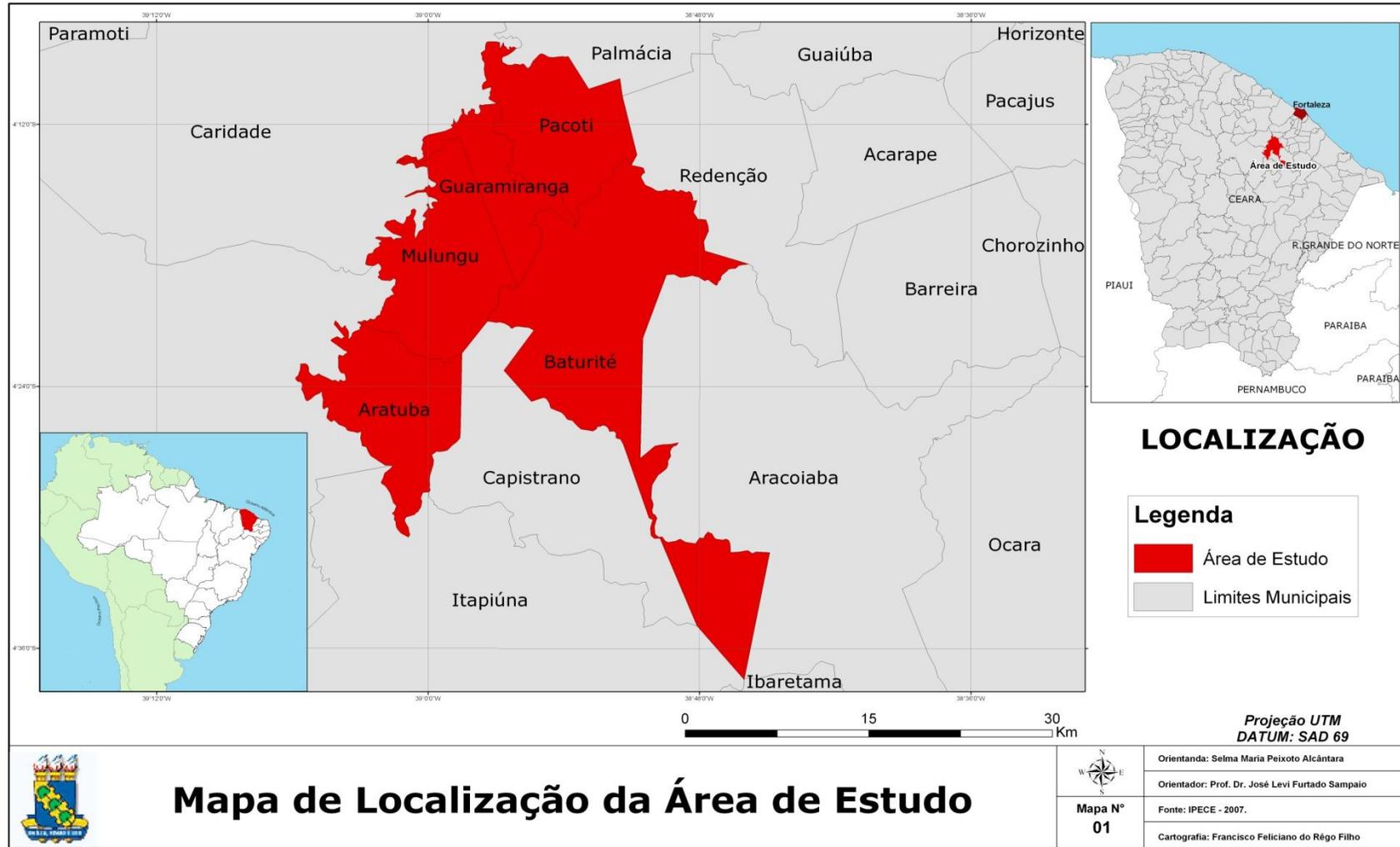
Antes de descrever como a atividade cafeeira se desenvolveu no Maciço de Baturité, é importante situar o leitor sobre as características físicas desta região. Tendo feito isto, torna-se mais fácil compreender o porquê de algumas iniciativas não terem prosperado.

A Serra de Baturité tem orientação NNE-SSW. Os níveis altimétricos atingem, em média, 600 a 800 m, ultrapassando 900 m em algumas cristas e alcançando altitude máxima de 1.114 no Pico Alto (SEMACE/FUNCEME, 2006; CAVALCANTE, 2005).

A Serra de Baturité é um dos remanescentes de Mata Atlântica no Ceará e é reconhecida pelo clima ameno e por sua diversidade biológica. Para o homem sertanejo significou um refúgio natural contra as secas que afligem o sertão. Tais características contribuíram para que esta região fosse oficialmente considerada uma Unidade de Conservação para, em 1990, ser considerada Área de Proteção Ambiental de Baturité. A delimitação da APA parte da cota acima de seiscentos metros, com uma área total de 32.690 ha, alcançando os municípios de Aratuba, Baturité, Canindé, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção (CAMPOS, 2000). O recorte espacial do presente trabalho abrange os municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.

É neste ambiente que a atividade cafeeira foi introduzida, seguindo um longo processo de adaptação. Historicamente os produtores do Maciço de Baturité priorizaram modelos de cultivo externos, sem levar em consideração as especificidades locais. Ao desconsiderar tais condições, eles experimentaram fracassos.

O café pode ser plantado a pleno sol. Tal forma de cultivo, utilizada até hoje na região Sudeste do Brasil, é caracterizada pelo desmatamento para o plantio do café. Outra forma de se plantar é aquela que se estabeleceu no Maciço de Baturité na maior parte do tempo: caracteriza-se pelo plantio consorciado com outras espécies. Nesta forma de plantio o café cresce à sombra de árvores, especialmente da ingazeira (*Inga bahiensis Benth.*).



As duas formas de cultivo foram experimentadas no Maciço. Inicialmente optou-se pelo sistema de cultivo a pleno sol, o qual implicou desmatamentos e queimadas intensas. Estas práticas levaram a um processo de erosão que obrigou o abandono deste sistema de cultivo. O conflito entre conservar o patrimônio natural e expandir a produção se instalou juntamente com a atividade cafeeira.

Além disso, o impacto social do café transforma o modo de vida e deixa suas marcas na cultura criada em torno dele. A pesquisa mostrou que hoje o desinteresse pela cafeicultura está atrelado a um complexo jogo de transformações e permanências nos costumes. O interesse deste trabalho é suscitar uma discussão que permita compreender como a atividade cafeeira, realizada em consórcios florestais, desenvolveu-se; até que nível o café contribui para a manutenção dos remanescentes florestais; e como estes têm interferido na construção histórica do cultivo do café, influenciando as relações de produção, a divisão do trabalho e a organização do espaço.

Trabalharemos com o recorte temporal de 1970 a 2000, quando a economia do café é influenciada pela conjuntura internacional da alta nos preços e recessão.

Define-se como principal objetivo deste trabalho analisar a importância da atividade cafeeira no Maciço de Baturité e suas relações sociais de produção, buscando apreender a importância desta atividade como um dos fatores de degradação ou conservação do patrimônio ambiental na perspectiva ecológica e socioeconômica.

Ao longo deste trabalho será descrito o processo histórico do café no período de 1800 a 2000, na perspectiva da história ambiental e dentro de uma abordagem interdisciplinar.

Para isso a pesquisa foi dividida em dois momentos, que acabaram por se fundir. No primeiro, trata-se do enfoque teórico-metodológico. Nesta etapa, dialogou-se com alguns autores estudiosos da atividade cafeeira e de sua importância para a economia brasileira e cearense, assim como sua contribuição para a manutenção dos remanescentes florestais na Área de Proteção Ambiental do Maciço de Baturité.

O segundo momento da pesquisa foi o trabalho de campo, no qual se priorizou a análise qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas aos atores locais: produtores mais antigos, feitores, apanhadeira, comerciante, estudioso da história de Guaramiranga, ex-produtores de café, cafeicultores membros da Cooperativa Mista de Produtores de Café do Maciço de Baturité (Comcafé), cafeicultores membros da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité (APEMB). Para tratar destes dois momentos, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O capítulo seguinte envolve a apresentação dos métodos e técnicas de construção da pesquisa. Os principais autores e sua contribuição para as questões propostas serão ali apresentados. Convém destacar que a bibliografia discutida é multidisciplinar, destacando-se as áreas de economia, história, geografia, agronomia, antropologia e biologia. Também estão mapeados os locais de pesquisa: SEMACE, Instituto do Ceará, IBGE, Fundação Konrad Adenauer, Fundação CEPEMA, COMCAFÉ e APEMB. Ali também está construída uma caracterização da área de estudo que toma os aspectos socioeconômicos, ambientais e ecológicos da Serra de Baturité. Trabalhou-se com a análise do movimento histórico, considerando a existência de uma realidade objetiva capaz de ser conhecida e transformada.

No terceiro capítulo, parte-se do referencial teórico para tratar das discussões sobre os conceitos de história ambiental, a formação do território brasileiro e sua historicidade; a cultura que se formou em torno da cafeicultura, as relações sociais de trabalho que se estabeleceram dentro da lavoura cafeeira e a atividade cafeeira no Ceará e sua historicidade. Busca-se perceber, através do olhar desses autores, como a crítica ambiental brasileira se formou ao longo da história; as correntes teóricas que influenciaram tal discussão no país nos séculos XVIII e XIX; e como se deu aqui, no Brasil, o construto da consciência ecológica. Discute-se a relação sociedade-natureza, influenciada pelos processos sociais e como, dentro de uma visão moderna dessa relação, a Mata Atlântica e o café se relacionam.

O quarto capítulo contém um histórico da introdução do café no Brasil e no Ceará, fazendo-se uma reflexão sobre o impacto ambiental da atividade. Discute-se também a expansão e as crises da atividade do café nos séculos XIX e XX, levando-se em conta a realidade política e social legada pela forma de colonização e ocupação do território brasileiro. No item “força de trabalho para o café”, será discutido o papel da mão-de-obra escrava, inicialmente refletindo sobre o tráfico negreiro e sobre como o “negócio de almas”² foi implementado no Brasil. Dar-se-á ênfase à relação entre o trabalho escravo e a atividade cafeeira. Dentro do universo de transformações desencadeadas pela produção cafeeira, destaca-se a implementação das ferrovias. Ainda neste item será assinalada a implantação da ferrovia no Ceará. A discussão sobre a introdução do café no Ceará é tratada com o detalhamento necessário para compreender como a atividade chegou e se destacou na economia cearense, a ponto representar um

² Expressão utilizada por utilizada por Alencastro (2000).

produto relevante nas exportações do estado.

O quinto capítulo trata inicialmente de pensar o processo histórico de ocupação produtiva do Maciço de Baturité, levando em conta a resistência das populações indígenas, as formas de apropriação da força de trabalho sertaneja e a riqueza dos proprietários de sítios. Também se discute as relações socioeconômicas e culturais na rotina da lavoura cafeeira, como os vínculos que se estabelecem entre proprietários e trabalhadores e a figura do feitor no processo produtivo. Ainda neste capítulo observou-se a dinâmica da produção e comercialização. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre dois sistemas de cultivo do café: a pleno sol e à sombra. Discussão essa que favorece certos questionamentos: O que muda no contexto de cultivo a pleno sol? Quais foram os impactos que essa atividade trouxe à região do Maciço de Baturité?

Por último, constam as considerações finais do trabalho. Para isso, foram fundamentais visitas às lavouras de café, conversas com os produtores, consulta a arquivos pessoais e as pesquisas documentais realizadas.

2. A METODOLOGIA: CAMINHOS QUE ORIENTAM

A metodologia representa aos que navegam no mar da pesquisa a “bússola” que fornecerá orientação ao longo de toda trajetória, apontando direções e projetando os caminhos. Daí a importância de se definir posições metodológicas desde o início, amenizando futuros equívocos conceituais e técnicos.

O conflito inicial para aqueles que se dispõem à construção do conhecimento é decidir qual o caminho a ser seguido, ou seja, a concepção teórica a abordar. Somada a isso, a falta de compreensão clara do que é método e de como este se apresenta dentro do estudo leva a distorções metodológicas.

A diferença entre “método de interpretação” e “método de pesquisa” deve estar clara desde o início. O primeiro “refere-se, assim a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica (...) à ideologia e à posição política do cientista (...). É a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência” (MORAES e COSTA, 1987, p. 27). O “método de pesquisa” envolve as técnicas utilizadas em um determinado trabalho, podendo vincular-se a diferentes métodos interpretativos.

A abordagem metodológica adotada para o estudo do objeto em questão parte da compreensão deste como fruto de uma complexa relação entre economia, sociedade e natureza, abordada a partir de uma perspectiva histórica e crítica, partindo dos conflitos e contradições que se estabelecem neste universo.

Os elementos e as discussões surgidas ao longo do trabalho de pesquisa estão aqui expressos. A pesquisa deve ser considerada como principal atividade da ciência que aproxima e permite compreender mais claramente a realidade investigada, fornecendo elementos necessários para uma intervenção na realidade.

O exercício da pesquisa tem origem nas inquietações, mas a atividade de pesquisa não dá um ponto final na inquietude, e sim desdobra novos horizontes com novos questionamentos. A metodologia então auxilia na organização dos pontos que foram amadurecidos e na sua apresentação em forma de texto, articulando-os com a documentação e dialogando com os autores.

2.1 Referencial Teórico

O referencial teórico está relacionado ao diálogo com autores que fundamentam o estudo do objeto e as categorias de análise trabalhadas. Tal diálogo contribui para compreender como a atividade cafeeira foi introduzida e organizada no Brasil, no Ceará

e no Maciço de Baturité, e o tecido das relações ao longo das diferentes temporalidades.

As discussões apresentadas pelos autores trabalhados nesta pesquisa auxiliam a compreender a lógica desenvolvida em torno da atividade cafeeira no período trabalhado. Permitem, ainda, elucidar: as categorias de análise das relações sociais construídas e percebidas dentro do processo produtivo; a divisão social do trabalho que se estabelece por um longo período, com a utilização significativa das mulheres no plantio; e a inserção de diferentes sistemas de cultivo do café.

As relações que se estabeleceram dentro e fora dos cafezais resultaram na formação de uma cultura particular. As festas do final de colheita, a relação entre as mulheres que colhiam o café e os feitores, o uso do rodeiro para beneficiar o café (substituído mais tarde pela piladeira), os encontros da comunidade para apreciar os primeiros cafés colhidos (conhecidos como “café donzelo”) e os tratos culturais com os cafeeiros que integram essa cultura. Esta tem sido transmitida a cada geração, principalmente de forma oral ou de determinados registros escritos, como os diários de fazenda, hipotecas e inventários.

Para compreender as especificidades da cultura que se formou em torno da atividade cafeeira, recorreu-se ao diálogo com autores como Clifford Geertz (1989) e Edward Palmer Thompson (1998).

Geertz (1998) trata a cultura como um conjunto de interpretações simbólicas com diferentes significados, importando compreender seu caráter público. Um exemplo é a piscadela, que pode ser interpretada de formas distintas, dependendo da prática cultural que se estabelece.

Outra abordagem sobre as dinâmicas culturais parte da História Social Inglesa, com o autor E. P. Thompson. Em seu estudo sobre a manifestação dos costumes na cultura inglesa nos séculos XVIII e XIX, afirma:

As tradições se perpetuam em grande parte mediante transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. Sempre que a tradição oral é complementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação (...) tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-la com novas opções (THOMPSON, 1998, p. 18).

Durante as entrevistas e as conversas com produtores e trabalhadores do café na serra, foi diversas vezes possível ouvir expressões como “no tempo do meu pai”, “o meu pai me contou”, “no tempo do meu avô”, que expressam a tradição oral. Essa tradição tem a ver com narrativas sobre o passado e também com algumas práticas referentes às técnicas de cultivo, colheita, instrumentos utilizados, o trato da terra, e a

limpeza e torrefação dos grãos. Para discutir tais memórias, dialogou-se com Bosi (2007).

Nesta pesquisa parte-se da compreensão de que, na sociedade capitalista, as práticas culturais não estão dissociadas do contexto geral, ou seja, a cultura exerce influência e é influenciada pela lógica do capital. Neste modo de produção, a interação social é mediada pelas coisas. O espaço da produção e das trocas é criador da sociabilidade capitalista. As coisas representam o “elo de ligação entre as pessoas” (OLIVEIRA, 1995, p. 12).

O pressuposto é que a sociabilidade capitalista constitui-se de modo alienado e alienante, a partir do trabalho, e que submete e transforma as formas culturais existentes. À medida que cria um novo contexto adequado ao modo alienado de constituição social mediado pelo trabalho, enfraquece as formas sociais tradicionais e cria uma espécie de distanciamento entre indivíduo e sociedade, e uma relação de estranhamento e de indiferença para com o próprio trabalho. No entanto, contraditoriamente, pode-se deduzir que o desenvolvimento da relação social do capital também sugere a possibilidade objetiva e subjetiva de uma forma superior de relações sociais não mais heteronimicamente determinadas (OLIVEIRA, 2006, p. 46).

Não só nas sociedades fabris as relações de trabalho são impactadas pelo capital; também no espaço de produção agrícola isso acontece. Pensar o trabalho como atividade transformadora constitui uma perspectiva de análise importante para os estudos desenvolvidos nesse trabalho.

Marx (1982) reconhece o trabalho como única fonte de valorização do capital, sendo através deste que consegue criar valores de troca. Buscando compreender melhor a concepção de trabalho, foi estabelecido diálogo com as idéias de Marx (1982; 2004), assim como com autores que interpretam estas idéias, a exemplo de Silva (1986), Oliveira (1995;1996), Sobral (2005), e Oliveira (2006).

O contato com o universo dos trabalhadores e alguns aspectos das relações de trabalho levaram à reflexão sobre como estes se relacionam com a natureza.³

A opção foi empreender diálogo com Worster (1988), Collingwood (1986), Drummond (1991), Crosby (1993), Simmons (1993) e Dean (2004). Estas leituras permitiram compreender como as relações entre os cafeicultores e a natureza foram historicamente construídas. São autores que se dedicaram a pensar a relação sociedade-natureza a partir do viés histórico. Para isso, discutem também os limites e

³“A natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2004, p. 84).

possibilidades do próprio conhecimento histórico, sem perder de vista o desafio de adentrar outros campos:

Poucos cientistas encaram os homens ou as sociedades como partes integrantes dos seus ecossistemas. Eles preferem deixá-los de fora, como digressões ou fatores imponderáveis. Mas os homens são o principal objeto de estudo dos historiadores; conseqüentemente, a tarefa dos historiadores é juntar o que os cientistas separaram (WORSTER, 1991, p. 206).

No campo da historiografia brasileira observa-se que, a partir da década de 1960, a literatura utilizada para a análise dos ciclos econômicos, tais como do pau-brasil, cana-de-açúcar, gado, algodão, ouro, café etc., passa a dar ênfase às relações dialéticas, às articulações e aos movimentos do capital. Essa percepção gerou uma reflexão sobre a necessidade de novos enfoques, sustentada num conhecimento histórico mais consistente, de forma que se pudesse entender o passado e o presente de um país rico em recursos da natureza, contudo com muitas dívidas sociais (DRUMMOND, 1991).

Para discutir o processo produtivo do café, fez-se necessário compreender a formação do território brasileiro e sua historicidade. Neste sentido, destacam-se as contribuições de Rebouças (1874), Delfim Neto (1959), Fragoso e Florentino (1996), Alencastro (2000), Furtado (2007) e Silva (2008).

No diálogo com a historiografia cearense destacam-se os autores como Gabaglia (1877), Studart (1928), Catão (1937), Brasil (1926; 1859), Girão (2000), Lima (2000), Nobre (2001) e Pinheiro (2008).

Para articular toda essa gama de contribuições da historiografia e economia, foi preciso estabelecer um horizonte conceitual, de forma a evitar a dispersão das discussões.

A propósito disso, um conceito importante no decorrer deste estudo é o de “divisão social do trabalho”. No espaço da lavoura cafeeira, reconhece-se a divisão das atividades em classes, onde a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil se diferencia em ordem, gênero, espécie e variedade (MARX, 1982).

Uma categoria que importa ser compreendida é a renda da terra, considerada como o “produto do poder da natureza, cujo uso o proprietário empresta ao arrendatário” (MARX, 2004, p. 62). Esta renda é calculada pela fertilidade do solo e seu produto e o trabalho empregado nesta propriedade do dono da terra.

2.2 O Pesquisar

Delimitar os momentos iniciais do que veio a ser esse trabalho de pesquisa é

uma tarefa árdua, pois não há fronteiras fechadas que demarquem o início de alguns questionamentos. Estão dispersos em viagens, conversas, leituras, observações...

Pode-se destacar momentos específicos, sem entretanto, deixar de admitir que as percepções ocorreram de forma descontínua. Inicialmente, destaco minha experiência no curso de Ciências Econômicas da UFC, quando o interesse maior dentro da proposta curricular do curso veio sempre associado a disciplinas como “economia rural”, “economia do Nordeste”, “elaboração de projetos econômicos”, “evolução das idéias sociais” ou aquelas voltadas para economia política. Tudo isso culminou no estudo sobre reforma agrária no Ceará, tema da monografia de final de curso intitulada “Experiência de reforma agrária no Ceará: os casos dos assentamentos de Recreio, Caldeirão, Redonda e Malacacheta”.

Outro momento marcante ocorreu logo após a graduação, numa experiência de viagem ao exterior. Naquele momento tive a oportunidade de estudar em Birkbeck University of London, Universidade onde me inscrevi no curso de “Estudos de Desenvolvimento”⁴. Este curso focava o continente africano. A oportunidade de um contato com questões relacionadas à pobreza, política e governança naquele continente me sensibilizou para questões como a relação sociedade-natureza. No mesmo período realizei um trabalho voluntário nas ONGs War on Want⁵ e CAFOD⁶, onde eram desenvolvidos projetos em parceria com movimentos sociais no Brasil e em outros países. O trabalho junto a estas ONGs permitiu o acesso a relatórios e projetos na área rural do Brasil, o que me despertou para o retorno ao país.

Na volta ao Ceará estas experiências me credenciaram para trabalhar na Fundação CEPEMA. O trabalho na Fundação me reaproximou da realidade no sertão do estado, na Serra de Baturité e com os produtores de café.

O projeto para a seleção do PRODEMA foi fruto de toda esta gama de informações e trocas acadêmicas e humanas. Existia um desejo de trabalhar no campo, mas fazendo algo diferente, e o trabalho na serra era um desafio nesse sentido.

O próprio projeto de pesquisa representou um desafio. A formação em economia não seria suficiente para desenvolver uma pesquisa que apontava para o conhecimento de outras áreas como a agronomia, geografia, ecologia e antropologia.

⁴ Development Studies.

⁵ <http://www.waronwant.org/>.

⁶ Catholic Agency for Overseas Development. Para conhecer o trabalho desta organização, acessar o site <http://www.cafod.org.uk/>.

Pode-se fazer uma analogia com a produção de uma peça de roupa, para descrever a construção da dissertação. O produto final é vislumbrado desde o início, porém para que se chegue ao que foi idealizado deve-se percorrer um longo caminho. Em primeiro lugar escolhe-se o tecido, o qual deve ter qualidade, preço acessível e beleza que encante os olhos; o segundo passo é a modelagem do tecido: esta deve ser feita de tal forma que, na etapa seguinte (a costura), o que era parte se constitua em um todo de forma harmoniosa; ao final da costura, o produto deve apresentar-se como um todo, com boa flexibilidade para se ajustar ao corpo que o vestirá. Este caminho envolve escolhas, e as escolhas implicam perdas. A escolha de um tecido implica a perda de um outro, a escolha de um modelo descarta qualquer outra possibilidade.

Assim foi este trabalho, no qual a etapa final é a produção de um texto que pretende expressar com clareza o que foi o estudo do objeto. Os aspectos envolvidos na escolha do objeto contemplaram a qualidade, o custo para trabalhá-lo e o quanto ele atrai o interesse do leitor. Neste processo de trabalho da dissertação como artesanato intelectual, trabalhou-se com as fontes bibliográficas, as entrevistas, as visitas, os documentos, de forma que, ao serem unificadas, essas tipologias diversas pudessem se completar e se ajustar à proposta inicial. Neste caminho escolhas foram feitas, abdicando-se de outras.

No primeiro ano do mestrado, as disciplinas, o debate com os colegas, as viagens de campo do próprio curso e o trabalho de campo da pesquisa, iniciado já no primeiro ano, deram novo direcionamento à estrutura do projeto inicial. O amadurecimento das idéias ocorreu ao mesmo tempo que se lançavam questões inesperadas. O seminário integrador trouxe a compreensão sobre a dimensão da pesquisa. Este evento consiste na reunião dos cursos de mestrado do PRODEMA da região Nordeste. Ali tivemos a primeira oportunidade de expor e defender a pesquisa publicamente, além de colocá-la sob olhares externos.

Devemos sublinhar que o primeiro ano do mestrado foi dividido entre as atividades curriculares e a pesquisa de campo, sendo esta uma experiência pessoal ímpar. Entar em contato com o “mundo do café” foi, em certa medida, impactante, pois nesse momento tomei dimensão da amplitude do tema.

As leituras se somaram e se fundiram com as vivências de cada viagem de campo. Foi assim que fotografei, conversei, anotei, bebi café, andei a pé, andei de moto, adentrei cafezais, casas e vidas.

A primeira viagem de campo foi realizada no período de carnaval de 2007, o que

não impediu a realização de entrevistas. Desde esta primeira viagem não houve resistência significativa por parte dos produtores; pelo contrário, a riqueza de informações era tamanha que chegou-se a entrevistar a mesma pessoa três vezes. Estas entrevistas eram realizadas nos sítios, onde a recepção sempre ocorreu com alegria e hospitalidade.

Aos entrevistados interessava apresentar a história do café a partir do seu olhar pessoal, destacando as peculiaridades de seus sítios, as histórias que aconteciam dentro dos roçados, os diferentes períodos históricos da atividade cafeeira. Nestes diálogos percebia que as memórias familiares estavam intimamente vinculadas à história do café. A riqueza de detalhes nos diálogos e entrevistas justificou o uso de gravador e posterior transcrição.

Nos dois anos de pesquisa dezessete pessoas foram entrevistadas. A seleção destas pessoas seguiu alguns critérios: teriam que ser pessoas envolvidas na atividade cafeeira, tanto produtores como trabalhadores; priorizaram-se as pessoas com idade mais avançada; e, por fim, estas pessoas deveriam ser originárias dos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti, que estão situados no Maciço de Baturité.

Foram entrevistados seis pequenos produtores, sete médios produtores, uma apanhadeira, dois feitores, um produtor-comerciante, dois ex-produtores de café e um estudioso da história de Guaramiranga.

As entrevistas foram direcionadas na perspectiva de três momentos históricos: a introdução do café; a década de 1960, quando o café é erradicado e substituído por outras espécies na serra, e a de 1970, quando acontece um replantio do café, mas em pleno sol; e após a criação da Área de Proteção Ambiental. Os três momentos citados orientaram todas as entrevistas realizadas.

O período das entrevistas foi enriquecido pelo fato de algumas pessoas terem aberto seus acervos pessoais de fotografias, de registro dos sítios, da contabilidade das propriedades, da organização da produção e de moedas que circularam na região. Tal acervo de documentos transformou-se numa valiosa contribuição.

Outro acervo documental importante foi aquele encontrado em instituições públicas e privadas: Tivemos acesso a tabelas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); mapas, imagens, tabelas e estatísticas na Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará (Semace); mapas, tabelas e estatísticas no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece);

documentação que trata do módulo fiscal dos municípios estudados, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); indicadores ecológicos, socioeconômicos e agronômicos levantados pela Fundação Cepema; levantamento realizado pela Fundação Konrad Adenauer sobre a situação da cafeicultura no município de Aratuba; levantamento realizado pela Cooperativa Mista dos Produtores de Café do Maciço de Baturité (Comcafé) sobre a cafeicultura no município de Mulungu.

Esse apanhado documental está relacionado à produção de café no Ceará, como, por exemplo, sua sazonalidade e o montante exportado de café nos períodos estudados. Levou-se também em conta o modelo de produção cafeeira sustentado na tríade café-ferrovia-porto.

Foi concedida prioridade a aspectos como a historicidade da produção cafeeira desde que foi introduzida no Brasil, a percepção do modelo colonial de produção e seu impacto social e ambiental, uma visão mais alargada do que foi a produção cafeeira para a economia brasileira. Tal enfoque não abriu mão de destacar alguns aspectos culturais e também a discussão sobre a força de trabalho e as relações sociais de produção.

O trabalho de pesquisa, da mesma forma que não possui marcos precisos para seu início, também não apresenta seus limites finais. As idéias debatidas com colegas e professores agora vão a público e, espero, ganharão a apreciação crítica dos leitores interessados no tema.

2.3 Aspectos físicos e ambientais do Maciço de Baturité



FIGURA 1 - Visão Panorâmica do Maciço Residual de Baturité.
Fonte: FUNCEME, 2007, p. 19.

Dentre a diversidade de “domínios naturais e paisagísticos” existentes no Nordeste, os sertões se destacam por possuir a maior área de abrangência. Este domínio é caracterizado por uma heterogeneidade. Mesmo a semi-aridez que dá certa identidade ao sertão se diversifica, podendo apresentar em algumas áreas características climáticas que se aproximam do deserto, ao mesmo tempo sendo também possível deparar condições climáticas subúmidas.

Segundo Ab’Saber (2002), as áreas do Semi-Árido Brasileiro são marcadas por uma grande variabilidade climática somada a um alto índice de evapotranspiração. É importante considerar que nesse espaço habitam aproximadamente 23 milhões de brasileiros, que convivem dentro desse contexto de instabilidade. “Trata-se da região semi-árida mais povoada do mundo” (AB’SABER, 2002, p. 92).

Em meio a essas condições geomorfoclimáticas e edafoclimáticas, encontram-se os enclaves úmidos cristalinos, os quais se diferenciam consideravelmente das áreas de sertão. Destacam-se por sua rica biodiversidade, fertilidade dos solos e um clima ameno. “O surgimento dessas formas quebra a monotonia das superfícies rebaixadas e embutidas do sertão.

Os contrastes entre as serras e o sertão não assumem características estritamente geomorfológicas, apresentando conotações mais amplas e de caráter ecológico, implicando em profundas diferenças do ponto de vista da utilização da terra”

(OLIVEIRA e ARAÚJO, 2007, p. 31). São ilhas, com um relevo, vegetação e climas distintos das áreas circundantes.

No estado do Ceará, o Maciço de Baturité é reconhecido como o “maior e mais representativo relevo residual cristalino”, resultante dos processos erosivos que se deram na era Cenozóica, que envolve o período terciário, o qual teve início no Paleoceno e terminou no quaternário (Holoceno e Pleistoceno) (CAMPOS, 2000; OLIVEIRA e ARAÚJO, 2006).

Estes espaços são importantes refúgios populacionais, principalmente em regiões onde predomina o clima semi-árido. Na Serra de Baturité, como também é conhecida, o fluxo de pessoas vindas principalmente da região sertaneja foi atraído pelas condições naturais favoráveis. Não por acaso Baturité é uma das serras “de maior riqueza biológica no estado, sendo considerada de grande importância na manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2006, p. 19).

A Serra de Baturité situa-se a nordeste do estado do Ceará, sendo as “coordenadas geográficas extremas entre 4^o 02’ e 4^o 32’ de latitude sul e 38^o 41’ a 39^o 07’ de longitude oeste” (CAVALCANTE, 2005). Os níveis altimétricos atingem, em média, 600 a 800 m, chegando a superar 900 m em algumas cristas (SEMACE/FUNCEME, 2006). A altitude máxima é de 1.114 m no Pico Alto. Este é considerado o segundo ponto mais alto do Ceará. Quanto à topografia, apresenta “feições dissecadas em colinas, lombas, cristas e interflúvios tabulares de diferentes dimensões” (FUNCEME, 2006, p. 19).

Predomina nesta região o solo Podzólico Vermelho-Amarelo Distrófico, assim como o Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico. Entre as cotas altimétricas de 200 m e 600 m aproximadamente, prevalecem solos Podzólicos Vermelhos-Amarelos Eutróficos e, acima de 600 m de altitude, predominam solos Podzólicos Vermelhos-Amarelos Distróficos os solos Brunos-Não-Cálcicos, os solos aluviais e os Planossolos Solódicos (CAMPOS, 2000).

No que se refere às condições climáticas, a posição geográfica traz chuvas orográficas a barlavento, por conta dos ventos vindos do litoral, causando índices pluviométricos (900 mm/ano a 1.400 mm/ano) e umidade relativa superiores aos das áreas vizinhas (700 mm/ano) e àqueles de sua área de sotavento (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2006). Não é possível estabelecer uma média pluviométrica e de temperatura para o Maciço como um todo.

A diferença de altitudes leva também a uma diferenciação nestes fatores. No

platô da serra, parte onde se localiza o seu cume, experimenta-se uma temperatura média anual em torno de 24 °C, média das máximas 28 °C e das mínimas 17 °C. Experimentam-se climas mais quentes entre os meses de novembro a janeiro e os mais frios entre junho e agosto (CAVALCANTE, 2005).

O Maciço de Baturité possui uma diversidade florística e faunística reconhecida. Entretanto, ainda se conhece pouco deste universo. Arnóbio M. B. Cavalcante, no seu livro *A serra de Baturité* (2005) destaca que existem mais de 500 espécies só entre as árvores, arbustos, ervas, cipós, epífitas, saprófitas e parasitas que vivem na floresta, e que apenas aproximadamente 20% destas espécies já foram identificadas e nomeadas pelos cientistas. Encontra-se em anexo a lista de algumas espécies da flora na Serra de Baturité.

No estado a área considerada de Mata Atlântica abrange 1.873 km², alcançando as regiões da: Chapada do Araripe, Litoral, Chapada da Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado, Serra das Matas, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uburetama (CAPANILI e PROCHNOW, 2006, p. 154).

No que se refere à fauna, a Serra de Baturité “é um enorme mosaico constituído de incontáveis ambientes aquáticos, terrestres e de transição que funcionam como rota, moradia, berçário, local de fuga e provisão para diversos animais (CAVALCANTE, 2005, p. 57).

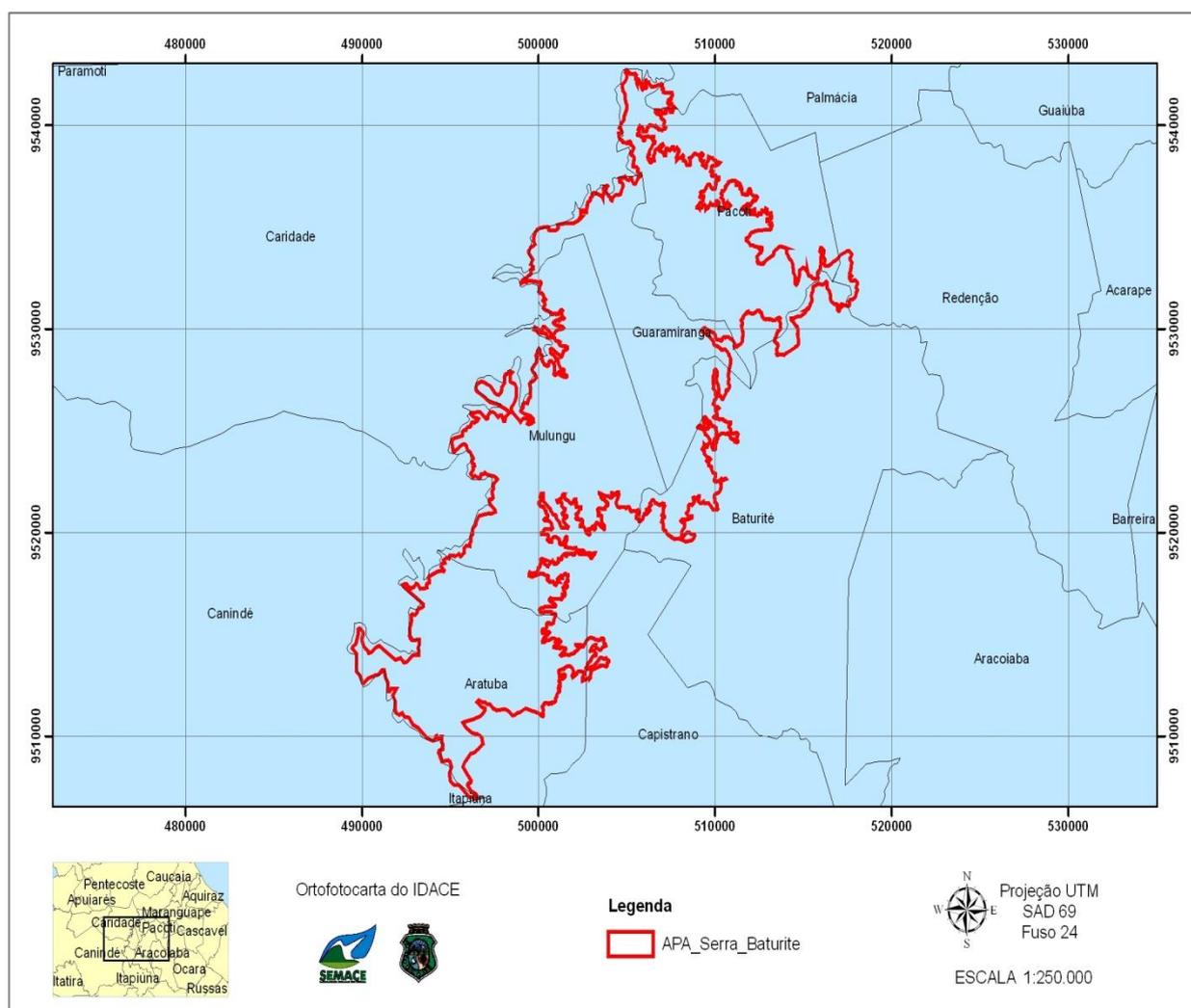
Esta característica de riqueza na diversidade biológica e refúgio natural, levou o O Maciço de Baturité a ser oficialmente considerado uma Unidade de Conservação e em 1990 foi criada a Área de Proteção Ambiental de Baturité. Esta foi delimitada na cota acima de seiscentos metros, com uma área total de 32.690 ha, que alcança os municípios de Aratuba, Baturité, Canindé, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção (FUNCEME, 2006).

Em pesquisa realizada se observaram desencontros no que se refere à delimitação da APA de Baturité. A lei que formaliza a criação daquela Unidade de Conservação não menciona Canindé e Itapiúna como pertencentes à APA. A versão incorporada neste trabalho e apresentada no mapa 2 foi adquirida na Semace. Esta interpretação foi publicada no trabalho de Mapeamento da Cobertura Vegetal e do Uso/Ocupação do Solo da APA da Serra de Baturité realizado em 2006, pela Semace e Funceme.

Além disso, o trabalho expõe a proporção de inserção de cada um destes municípios à APA, como observamos no quadro abaixo. Apesar de a APA não ser o

objeto desta pesquisa, compreende-se a importância de situar as condições físicas e socioeconômicas dos municípios onde a cultura cafeeira se desenvolveu. Seguem abaixo o mapa e o quadro nos quais se pode visualizar com mais clareza a delimitação da Área de Proteção Ambiental.

É importante esclarecer que a delimitação da APA não se baseou nos municípios em si, mas na cota altimétrica (a partir de 600 m). Desta forma, é possível observar no mapa 2 Que a inserção da área dos municípios na APA acontece de forma diferenciada. Para detalhar melhor, apresenta-se a porcentagem de inserção de cada município nesta unidade de conservação: Guaramiranga (93,43%), Mulungu (79,89%), Aratuba (56,70%), Pacoti (56,20%), Baturité (6,99%), Redenção (0,93%), Palmácia (0,76%), Capistrano (0,60%), Canindé (0,02%) (SEMACE/FUNCEME, 2006).



MAPA 2 - Área de Abrangência da APA de Baturité.
Fonte: SEMACE, 2009.

O trabalho de mapeamento da cobertura vegetal e do uso e ocupação da Serra de Baturité também apresenta o percentual das áreas de uso agrícola dos municípios da APA, o que ajuda a visualizar as áreas dentro da unidade de conservação que se dedicam à produção agrícola, como segue: Aratuba, 8,76%; Baturité 2,54%; Canindé 0,06%; Capistrano 0,26%; Caridade 0,02%; Guaramiranga 4,07%; Mulungu 9,58%; Pacoti 6,17%; Palmácia 0,34%; Redenção 0,36% (FUNCEME, 2006, p. 42).

É neste ambiente físico, caracterizado como área de Mata Atlântica, que a atividade cafeeira foi introduzida no século XIX. Para entender em que bases e processos históricos esta atividade veio a se implementar, é necessário compreender as potencialidades e limitações físicas da região.

3. HISTÓRIA AMBIENTAL

*N'um momento uma fálscia, ou o machado aniquila
o trabalho de um século*
(Thomaz Pompeu de Souza Brasil, 1859)

3.1 História Ambiental e História Florestal

O propósito deste capítulo é discutir elementos da história ambiental relacionados à Mata Atlântica e às transformações da paisagem. A discussão neste campo oferece a oportunidade de vislumbrar o tecido das relações ao longo das diferentes temporalidades. Busca-se assim considerar aspectos relevantes para que a discussão central não apareça descolada de um processo mais amplo no tempo e no espaço.

Para entender melhor os desdobramentos da cafeicultura no Maciço de Baturité, foi preciso ampliar os horizontes dos questionamentos acerca da relação sociedade, natureza e cultura. A abordagem proposta pela história ambiental oferece elementos relevantes para o estudo das interações entre essas dimensões.

O estudo sobre o ambiente, sua construção histórica e as relações que nele se estabelecem não é algo recente. No século XIX, Charles Darwin foi estimulado pelo estudo do trabalho de Thomas Malthus, o qual afirmava que o crescimento da população de forma exponencial e o incremento dos meios de subsistência em progressão aritmética levariam a uma escassez e, como consequência, ao sofrimento dos seres humanos (HUNT, 1989).

Partindo dessa teoria, Darwin constata que “a transmutação das espécies ocorria por meio da seleção natural provocada pela luta pela existência” (FORSTER, 2005, p. 41). Esse foi um período em que a concepção teológica dominava, mesmo diante dos questionamentos que traziam à tona o interesse em registrar fenômenos naturais distintos da idéia da criação e sucessão natural divina.

Através dos registros históricos do Brasil no século XVIII, depara-se com um quadro em que os problemas ambientais eram tratados com um enfoque semelhante a questões hoje discutidas, tais como “a imagem da terra como uma realidade viva e integrada, a tendência destrutiva da ação humana, o risco de colapso social pela degradação do meio ambiente e a necessidade de promover uma forma não-predatória de progresso (...).” (PÁDUA, 2002, p. 38).

Pádua (2002) afirma que, para se apreender o contexto cultural da crítica ambiental brasileira na década de 1970, é preciso atentar para a continuidade histórica dos “macroprocessos” do século XVIII, sem desconsiderar as diferenças históricas de cada século. Isso implica compreender as dinâmicas sociais e intelectuais que favorecem a formação de uma discussão política, nesse período, sobre a forma predatória de exploração dos recursos do ponto de vista ambiental. Importa ainda reconhecer o processo de construção da consciência ecológica como um processo endógeno, iniciado nesse período, e não algo gerado na modernidade.

No século XVIII, o interesse econômico estimulava a exploração de espécies locais, acreditando-se que a agricultura brasileira seria favorecida pela concorrência internacional, mas, para isso, eram necessárias algumas reformas que levassem ao aumento da produtividade.

Apesar disso, Pádua aponta para o despertar de uma visão, surgida na Universidade de Coimbra e na Academia das Ciências de Lisboa, que ia de encontro à visão econômica. Domênico Vandelli tomou a frente de um movimento que estimulava viagens exploratórias dos recursos naturais pelo interior de Portugal e suas colônias. No Brasil uma das mais importantes expedições ocorreu na Amazônia na segunda metade do século XVIII, encabeçada por Alexandre Rodrigues Ferreira.

Apesar das limitações, esse tipo de expedição permitiu ao governo de Portugal melhor compreensão do nível de riqueza e destruição dos recursos naturais desses territórios, muitas vezes antes de serem conhecidos. Com esse fim, foram pensadas duas formas de intervenção: era preciso impulsionar na agricultura do País a “aclimatação de espécies exógenas” que pudessem ter valor econômico, ao passo que também cabia estudar melhor a natureza brasileira, de forma que pudesse se utilizar economicamente das espécies nativas ainda desconhecidas (PÁDUA, 2002). A necessidade de reproduzir as espécies exóticas cria a demanda de espaços adaptados a isso: o projeto dos jardins botânicos floresce em todo o país.

A história vista desta perspectiva de análise distingue-se daquela que faz lembrar as análises do passado feitas sobretudo a partir de fatos grandiosos, datas e heróis. Para essa abordagem interessa trazer à tona estudos sobre as “pessoas comuns”, o meio ambiente e a diversidade das relações entre os diferentes grupos sociais e entre estes grupos e o meio (WORSTER, 1991).

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que

ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, mas, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p. 199).

Drummond (1991) destaca que, para o historiador ambiental, a observação de elementos da paisagem é fonte de pesquisa, devendo ser discutida no diálogo com as fontes escritas, como relatos de viajantes, fontes da imprensa, narrativas, documentos cartoriais etc. “Um rio assoreado que os documentos dizem ter sido navegável no passado (...) os rejeitos de uma mina exaurida espalhados sobre um trecho de terra com vegetação rala; os restos de um pomar retomado pela vegetação nativa; uma pedreira; ou leito, as pontes e os barrancos de uma estrada de ferro desativada” (DRUMMOND, 1991, p. 186).

A abordagem que parte da compreensão do ambiente natural em interação com a sociedade faz imergir num mar de informações e novos termos, os quais se compartilham com as ciências naturais. O desafio de dialogar com a terminologia e os conceitos de áreas como a biologia, ecologia, geografia, dentre outras, se fortalece na perspectiva da história ambiental. O objetivo maior é buscar “examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais” (DRUMMOND, 2001, p. 191).

Vale ressaltar que este tipo de abordagem histórica ganhou espaço no período em que as questões ecológicas tomam lugar nas agendas mundiais, quando acontece um despertar da consciência da limitação ambiental.

Como afirma Worster (1991), a história ambiental se inseriu neste debate por se propor um rompimento com a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolve sem restrições naturais, como se o homem fosse um ser distinto e suas ações passadas não afetassem a sociedade atual e as gerações futuras.

A história ambiental, segundo Worster (1991), considera três níveis de abordagem. O primeiro nível descrito discute a natureza em si em tempos passados, incluindo seus aspectos orgânicos e inorgânicos e a ação humana neste meio observada do ponto de vista biológico: cadeias alimentares e proliferação de microorganismos.

O segundo nível discute a organização socioeconômica e sua interação com o ambiente, levando em conta a diversidade cultural e as possíveis configurações

resultantes do poder decisório que atuarão nesta sociedade.

O terceiro viés de análise refere-se às elaborações intelectuais, o pensar o meio ambiente de forma mais abstrata. São mitos, leis e formulações teóricas frutos da inquietude humana. “As pessoas estão constantemente ocupadas em construir mapas do mundo ao seu redor, em definir o que é um determinado recurso, em determinar que tipos de comportamento podem ser ambientalmente destrutivos e devem ser proibidos – de modo mais geral, em escolher os fins das suas vidas” (WORSTER, 1991, p. 202).

Devemos ressaltar que tais níveis se mesclam no corpo do trabalho de história ambiental e não são delimitados por fronteiras rígidas; pelo contrário, o esforço investigativo leva em conta a pluralidade.

Como elucida Drummond (1991), a história ambiental deve atuar dentro de um novo paradigma que considera um tempo geológico o qual incorpora o tempo das “culturas humanas”, tratando a própria natureza como fonte, ao ponto de fazer uso das “forças da natureza” como condicionadores ou transformadores da cultura humana. Para o autor, não se trata de um “determinismo unilateral”, ou seja, a história ambiental reconhece também a influência da cultura sobre o “meio físico-material”.

É interessante observarmos que as gerações passadas produziram as fontes de que hoje dispomos. A imprensa, os relatórios, a legislação e outros documentos podem ser tomados a partir dos questionamentos instigados pelo presente.

De fato, boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes. Esse material inclui dados sobre marés e ventos, correntes oceânicas, posição dos continentes em relação uns aos outros, forças geológicas e hidrológicas que criaram as nossas bases terrestres e aquáticas. Inclui também a história do clima e das condições meteorológicas, e em que medida eles possibilitaram colheitas boas ou ruins, empurraram os preços para cima ou para baixo, puseram fim ou iniciaram epidemias, contribuíram para o crescimento ou a diminuição da população (WORSTER, 1991, p. 201).

No Brasil, a preocupação com o tipo de relação estabelecida entre a sociedade e o meio natural data do período colonial. Mesmo restritas a um pequeno grupo de intelectuais, registram-se discussões que “se aproximam da reflexão ecológica contemporânea” (PÁDUA, 2002, p. 38).

Discutir as formas pelas quais o debate ambiental foi pensado por outras gerações permite enxergar aspectos que se aproximam às questões contemporâneas. Neste sentido, não haveria “novidade” na temática ambiental. O que num primeiro momento, mais especificamente na década de 1960, soava como inovação, guarda

estreita relação com inquietudes dos intelectuais já existentes no século XVIII⁷.

3.2. *Formações Sociais e Apropriações da Natureza*

Desde os primórdios a capacidade cognitiva permite ao homem agir de forma a adaptar o meio onde está inserido às suas condições de sobrevivência. A “manipulação” desse ambiente alcança níveis distintos em cada momento histórico. I. G. Simmons, no livro *História do ambiente*, trabalha com a existência de cinco períodos: caçadores-coletores e agricultura primitiva; civilizações fluviais⁸; impérios baseados na agricultura; era atlântico-industrial; era pacífico-global. Neste trabalho se reporta mais especificamente aos dois primeiros períodos listados. Tratar-se-á de experiências em duas sociedades distintas, a primeira no Reino Unido e a segunda no Brasil, contemplando como o modo de desenvolvimento destas sociedades contribuiu para a transformação ambiental. O que interessa nesta discussão não é comparar a Inglaterra com a região de Mata Atlântica, mas sim dialogar com conceitos e a perspectiva de trabalho propostos por Simmons (1993).

Entende-se que, para compreender as relações que hoje se estabelecem entre sociedade e natureza, faz-se relevante recompor o histórico dessa relação. Para tanto convém remeter aos primórdios da relação sociedade-natureza, para um momento que data pelo menos de 10 mil anos atrás, quando a forma de interagir com o ambiente era protagonizada pelos caçadores-coletores.

Referindo-se a este grupo, Simmons apresenta duas correntes com visões distintas e particulares:

[...] aqueles que consideram os caçadores-coletores como arquétipo da atitude conservacionista (e, portanto, como modelos potenciais dos <<verdes>> de hoje); e os defensores de que os enormes impactos ambientais, característicos de economias posteriores, não ocorreram nesta época por uma simples questão de escala, traduzida em reduzidos efectivos e fraca interação [...] (SIMMONS, 1993, p. 25).

Para o autor, a justificativa das duas visões é descrita a partir de exemplos como o comportamento de comunidades tardias de caçadores-coletores nas terras altas da

⁷ O trabalho de José Augusto Pádua – *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* – é uma referência no resgate das idéias ambientais dos intelectuais brasileiros.

⁸ Tais civilizações foram importantes pela sua capacidade de aproveitamento da água. As mesmas criaram tecnologias eficientes numa lógica de armazenamento e drenagem. Tais tecnologias permitiram o aproveitamento de planícies fluviais e aluviais para as lavouras. Apesar de sua relevância, não as discutiremos o período neste trabalho.

Inglaterra, que, para garantir um aumento da população de veados e outros herbívoros, abriam clareiras nas florestas. Esta prática, além de favorecer a captura dos herbívoros pelos caçadores do grupo, facilitava a apanha de frutos nas árvores, antes em florestas fechadas. Entretanto, a prática tinha seus impactos: com o tempo estes espaços abertos levavam ao acúmulo de água no solo, podendo acarretar a *degradação parcial da matéria orgânica existente no solo*. Outro exemplo são os Hadza da Tanzânia, exterminadores sem critérios de quaisquer seres vivos ao seu alcance.

Além disso, registram-se ações de alguns grupos que, a um primeiro olhar, parece que tiveram pouca influência na dinâmica natural do ambiente: “[...] no Ártico da América do Norte e até ao advento da espingarda, do trenó e da lancha a motor, a actividade predadora da tribo dos Inuitas parece não ter tido qualquer influência na taxa de reprodução das populações de caribus e de mamíferos marinhos” (SIMMONS, 2007, p. 25).

Na América do Sul, os registros apontam para o pouco interesse dos habitantes primitivos nas florestas: sua vinda ao Hemisfério Sul estava relacionada muito mais à caça, especialmente de grandes herbívoros. Segundo Dean (2004), esses grupos se estabeleciam próximo aos rios e caminhavam grandes distâncias em busca de áreas onde a prática da caça e a pesca não exigissem tanto esforço. Todavia, o autor registra a provável utilização do fogo pelos *caçadores-coletores* para excluir a vegetação lenhosa, de forma a criar áreas com uma vegetação mais esparsa. Este tipo de vegetação atraía a caça, especialmente os herbívoros.

O conservacionismo de alguns dos grupos é descrito por Simmons (1993) como parte muito mais de uma crença religiosa ou de fatores particulares à sua construção cultural, do que de algo planejado e consciente. O mesmo aconteceria nas comunidades com maior nível de intervenção transformadora; as práticas intervencionistas com resultados mais degradantes não acontecem conscientemente e os seus efeitos não são considerados. Os efeitos de práticas que degradam serão sentidos mais fortemente com o início da agricultura, quando o homem se fixa na terra e passa a estabelecer uma relação com a floresta consideravelmente distinta da anterior, a qual permite a criação de excedente na produção.

Este tipo de organização social era baseada no princípio da cooperação⁹, mas se distingue da cooperação no período dos caçadores-coletores e de outros momentos

⁹ “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos de acordo com um plano, no mesmo processo ou em processos de produção desconexos” (MARX, 1982 p. 374).

históricos, como descreve Marx:

A cooperação no processo de trabalho que encontramos no início da civilização humana, nos povos caçadores ou, por exemplo, na agricultura das comunidades indianas, fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção e na circunstância de o indivíduo isolado estar preso à tribo ou à comunidade como a abelha está presa à colméia. Distingue-se da cooperação capitalista, sob dois aspectos. O emprego esporádico da cooperação em larga escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas, baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, principalmente a escravatura. A cooperação capitalista, entretanto, pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, desenvolve-se em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuem estes ou não a forma gremial (MARX, 1982, p. 383).

No caso da Mata da Atlântica, segundo Simone Silva (2008) os primeiros registros de caçadores-coletores na região datam de aproximadamente 12 mil anos. O homem desse período era encontrado nos campos e florestas e dependia dos alimentos deste ambiente. Entretanto, com a queda da megafauna este povo migrou para as regiões litorâneas, onde encontrou recursos alimentares para supri-lo.

Um grupo humano conhecido como “homem do sambaqui”¹⁰ deixou ao longo da costa brasileira grandes estruturas¹¹ construídas a partir de restos de conchas de moluscos (*Anomalocardia brasiliensis*), restos de fauna (caranguejos, ossos de mamíferos, peixes, aves e répteis), vestígios vegetais (sementes e coquinhos), originários de restos alimentares, e por vezes esqueletos humanos (SILVA, 2008).

Os estudos arqueológicos mostram que o homem dos sambaquis raramente utilizava a floresta, talvez o fizesse apenas para a coleta de frutos e remédios florestais.

Apesar disso, a floresta não estava abandonada: na maior parte da era dos sambaquis as populações “montanhescas” das áreas de Mata Atlântica continuaram sua prática de caça e coleta (DEAN, 2004).

A manipulação de espécies florísticas caracterizou o início da agricultura, assim como permitiu ao homem iniciar um processo de povoamento, construindo suas habitações. Mesmo em áreas de Mata Atlântica onde as comunidades primitivas inicialmente praticavam uma agricultura itinerante, percebe-se nesse período uma transformação considerável na sua relação com o ambiente.

Os efeitos da degradação foram sentidos mais fortemente com o início da agricultura. É a partir deste momento que o homem se fixa na terra e passa a estabelecer

¹⁰ Segundo Dean (2004), o mais antigo sambaqui datado teve início há cerca de oito mil anos, mas ainda podem existir outros mais antigos, que estariam submersos pelo mar.

¹¹ Estas eram monumentos espantosos, se estendiam por até trezentos metros de comprimento e até 25 metros de altura (DEAN, 2004, p. 42).

uma relação com o meio consideravelmente distinta da anterior. Essa transformação relaciona-se diretamente com a produção de excedentes e a complexificação da divisão social do trabalho.

O enfoque dado por Simmons (2007) à origem da agricultura em países como a Inglaterra e o País de Gales levanta a incerteza da afirmação de que os coletores-caçadores foram aqueles que iniciaram tal prática. Contudo, afirma que as clareiras deixadas pelos caçadores-coletores eram menos densas do que a floresta original e, portanto, favoreceram a implantação da agricultura.

Ao tratar do início da agricultura na Mata Atlântica, Dean (2004) apresenta duas teorias: a primeira, refutada pelo autor, considera a mudança climática como fator determinante¹²; a segunda e mais aceita acredita que a agricultura resultou do aumento da população humana.

Não é por acaso que nos lugares onde agricultura se instalou, as áreas de floresta foram forçadas a ceder espaço não só para a essa prática em si, mas para o povoamento que a acompanhava.

A expansão das terras aráveis desde a pré-história à Idade Média significava, em primeiro lugar, a redução da floresta. Esta funcionava como uma espécie de banco de solo, apesar do seu valor como fonte de outros recursos renováveis. Quando a população cresce, por exemplo entre os séculos XII e XIV, as florestas são abatidas para darem lugar a terras de cultivo; quando a população declina, como durante a peste negra, a floresta reconstitui-se. As conseqüências ambientais do abate das florestas são conhecidas: os solos ficam sujeitos a perdas físicas e químicas e os materiais deslocados têm de depositar-se noutra local (SIMMONS, 2007, p. 188).

Nas regiões caracterizadas pela predominância de Mata Atlântica, a introdução da agricultura promoveu uma transformação da floresta. Nesse período as comunidades indígenas habitavam nestas regiões e utilizavam técnicas simples de cultivo na agricultura. A descrição abaixo demonstra aspectos relevantes acerca da agricultura primitiva.

Perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedras, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas, mas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio, sem qualquer utensílio além de

¹² Para Dean (2004), não houve mudança climática significativa na Mata Atlântica nos períodos anteriores.

um bastão de cavoucar. A floresta, que nunca antes havia sido queimada, não só ficava maravilhosamente fértil mas também livre das sementes de plantas invasoras e, dessa forma, pouca capina era necessária (DEAN, 2004, p. 44).

O processo descrito acima era intercalado por períodos de descanso da terra. Após certo tempo os grupos migravam para outras regiões, por razões diversas, dentre elas a busca de terras mais férteis onde pudessem estabelecer seus plantios. Essa forma de cultivo, conhecida como agricultura itinerante ou coivara, caracteriza-se por plantios temporários com deslocamento freqüente das lavouras¹³.

É importante lembrar que a introdução da agricultura na Mata Atlântica não eliminou as práticas da caça selvagem e da pesca; pelo contrário, as derrubadas para o plantio atraíam mais facilmente os animais selvagens.

Já no século XVI, com a chegada dos portugueses, intensifica-se a exploração da floresta e as fronteiras agrícolas se expandem. Estes colonizadores, vindos do continente europeu, já conheciam técnicas de cultivo mais avançadas. Todavia, estas não foram utilizadas no Novo Mundo, tendo-se optado pelas técnicas preexistentes¹⁴, aquelas praticadas pelos povos indígenas.

O interesse principal dos portugueses era a acumulação de riquezas em curto prazo, não importando conhecer a fundo as potencialidades da floresta, a não ser o que fosse de fácil acesso e ao mesmo tempo com aceitação comercial no mercado europeu. Desde o primeiro momento, já se destacava o interesse no potencial de mineração das terras do Novo Mundo, em especial o ouro. Podemos dizer que naquele primeiro momento, aos olhos dos portugueses, “o que se via era o que se tinha”. “A Mata Atlântica ainda era quase totalmente desconhecida ou inobservada. Uma imensa realidade natural, inteiramente à vista dos invasores, estava ainda a mais de um século de distância de ser descoberta” (DEAN, 2004, p. 82).

O trecho citado nos remete ao início do século XVI. Neste período a possibilidade de um povoamento não era imaginada, mas apenas a exploração do único produto com valor comercial para os europeus, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.). Vale ressaltar que a retirada desta madeira não caracterizava a coleta, mas já

¹³ “Todos os regimes agrícolas representam transtorno a um ecossistema natural. Na verdade, procuram congelar a sucessão natural em seu estágio mais primitivo, introduzindo plantas cultivadas que, em seu estado selvagem, tinham sido espécies precursoras. Esse tipo de lavoura, chamado itinerante ou de derrubada e queimada, é o menos invasivo, porque imita a escala natural de perturbação e, em vez de congelar permanentemente o processo de sucessão, apenas o explora de forma temporária” (DEAN, 2004, p. 45).

¹⁴ Tratando da colonização do Sul do Brasil, mesmo já no século XX, “[a] lógica da facilidade predatória revelou sua força prática” (Pádua, 2002, p. 80).

podemos considerar como extrativismo, pois serviria para fins comerciais.

A empreitada que se segue à extração do pau-brasil é o plantio da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* Linn.). Era apenas o início dos investimentos numa das culturas que marcam a história do país e que até hoje tem um destacado papel social e econômico. Tal atividade já havia sido vivenciada nas ilhas afortunadas (CROSBY, 1993), causando intenso impacto social e ambiental, no século XV.

Esse foi o primeiro de uma série de êxitos no Atlântico, êxitos explosivos, na produção de açúcar. Em 1455, a produção anual de Madeira era de 6.000 arrobas (...) dezenas e dezenas de navios carregavam seu açúcar para a Inglaterra, França, Flandres, Roma, Gênova, Veneza e até um lugar tão longe como Constantinopla. Os madeirenses tinham-se enterrado solidamente na monocultura e escolhido dedicar-se a adoçar a boca da Europa. A população aumentou junto com a produção de açúcar. Em 1455, a Madeira contava oitocentos habitantes e, no fim do século, de 17 a 20.000 ou mais, incluindo pelo menos 2 mil escravos (CROSBY, 1993, p. 77).

Como é possível observar no texto destacado, a idéia de se implantar o açúcar no Brasil era o que poderíamos considerar uma atividade econômica de baixo risco, pois já havia mercado para tal produto¹⁵.

A expectativa de bom negócio se concretiza em 1580, quando o açúcar brasileiro assume a liderança no Império português. Os engenhos da América nesse período passam a produzir 350 mil arrobas anuais de açúcar, superando a produção das ilhas da Madeira e São Tomé, com uma produção respectiva de 40 e 20 mil arrobas por ano (ALENCASTRO, 2000).

Embora inicialmente esta atividade estivesse vinculada à mão-de-obra indígena compulsória, o comércio negreiro predominou e perdurou como um negócio lucrativo, perfeitamente consorciado ao sistema produtivo vigente. Em 1559, através de um alvará, é permitida aos senhores de engenhos a importação de 120 africanos pagando apenas um terço das taxas. Tal medida estimulou o desvio do fluxo negreiro do Caribe para as terras brasileiras (Alencastro, 2000).

É importante compreender que o comércio escravo, com a justificativa de atender a demanda por mão-de-obra para atividades produtivas coloniais, como a cana-de-açúcar e o café, constituía-se num negócio com rentabilidade superior à própria atividade produtora. Gradualmente o comércio de africanos escravizados passa a influenciar todos os níveis do sistema colonial.

¹⁵ Data de 1452 a autorização para a construção do primeiro engenho de açúcar na ilha da Madeira. Tal autorização foi dada pela coroa portuguesa (CROSBY, 1993).

A coroa e a administração régia encontraram novas fontes de receitas no trato dos escravos. Tais rendas provêm dos direitos da saída dos portos africanos, dos direitos de entrada nos portos brasileiros, dos “donativos”, “subsídios”, “preferências”, “alcavalas” e outras taxas sucessivamente cobradas sobre os cativos. A administração civil não era a única a beneficiar-se, pois existia também a taxa paga ao clero pelo batismo obrigatório de cada deportado nos portos de embarque e as franquias de exportação de escravos concedidas aos jesuítas e à junta das missões (ALENCASTRO, 2000, p. 36).

No Brasil a atividade canavieira teve bons resultados em solos da região Norte do país¹⁶. Ali se iniciou o modelo de exploração vivenciada por todo o período colonial, baseada na monocultura, trabalho escravo e latifúndio.

Segundo Gilberto Freyre (1989), o canavial tomou conta da paisagem rapidamente, eliminando a fauna e a flora preexistentes e expulsando os povos que habitavam aquela região.

O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto ironicamente se chama “a zona da mata”, entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra. Só a cana devia rebentar gorda e triunfante do meio de toda essa ruína de vegetação virgem e de vida nativa esmagada pelo monocultor (FREYRE, 1989, p. 73).

A descrição do autor denuncia a atrocidade que foi o início da monocultura para as matas do território brasileiro. Neste caso, trata-se mais especificamente da região Norte do país, mas o quadro descrito vale para outros momentos do longo processo de formação do território brasileiro.

A lógica de se produzir dentro de um sistema de monocultura trazida para o Brasil buscava suprir a manufatura européia. Esta surge na Europa no século XIV, mas é nos séculos XVII e XVIII que ela atinge seu ápice. Esta nova forma de organização do trabalho se utiliza do princípio da cooperação já conhecido desde o período dos coletores. A partir de então as pessoas se reúnem num mesmo espaço, sob a égide de um capital, para produzir determinada mercadoria¹⁷. “A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial” (MARX, 1982, p. 388).

¹⁶ A região que hoje conhecemos como Nordeste estava inserida no que era considerado a região Norte do Brasil. A configuração regional hoje conhecida surge no século XX.

¹⁷ O advento da manufatura na Europa transforma os artífices: antes reunidos no mesmo espaço para produzirem coletivamente, todos eles com condições técnicas de realizar as diversas operações em toda a extensão do processo produtivo, assumem operações especializadas e perdem a noção do todo.

Além disso, o modelo português de monocultura escravista estava intimamente associado a um projeto colonial de exploração, que seguia uma lógica mercantilista. Para isto era necessário priorizar a economia em larga escala, sustentada pela mão-de-obra escrava. Não por acaso nesse período as negociações de escravos se expandem, tornando este um negócio de alta escala, com o propósito maior de abastecimento das plantações locais (DEAN, 2004).

A cana-de-açúcar, assim como o café, foram produtos agrícolas introduzidos nas áreas brasileiras que serviram ao modelo português. “De todos os produtos coloniais – isto é, aqueles plantados para render um excedente exportável para a metrópole – o mais valioso e viável era a cana-de-açúcar. Cultivada há séculos na Índia e plantada em todo o Mediterrâneo, foi um importante produto de exportação dos portugueses para os mercados do norte da Europa” (DEAN, 2004, p. 73).

As longas extensões de terras destinadas para a lavoura canavieira levam a uma quebra brusca no equilíbrio natural. Tal agressão é protagonizada pela ação da atividade exploratória humana e se caracteriza pela limitação das chances de sobrevivência da fauna e flora. Não se trata mais de uma agricultura itinerante, com a possibilidade de descanso para a terra; pelo contrário, a exploração é contínua e intensa, com a utilização de uma mão-de-obra cativa, sem chances de defesa. “A conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante em uma sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante” (DEAN, 2004, p. 75).

Para Freyre (1989), a invasão em si desta cana-de-açúcar não causaria tanto impacto, uma vez que esta espécie encontrou no Brasil terras favoráveis ao seu cultivo, ao ponto de ser considerada “um dos casos de transplantações mais felizes”. Foi o “exclusivismo brutal” da espécie nas áreas onde foi introduzida o fator determinante para as danosas conseqüências.

Este exclusivismo no passado é justificado pela lógica de se criar um excedente que seria apropriado pela metrópole. Apesar disso, hoje alguns produtores de cana preferem manter certas áreas de mata em suas terras, não pela concepção ecológica, mas por consciência prática das perdas para a própria cultura da cana, e conseqüentemente para o senhor de engenho.

Apesar de preponderante o cultivo da cana, seguiam em paralelo as lavouras de subsistência, pequenas produções destinadas ao consumo interno. Esta outra atividade, que surge comum ao cotidiano do engenho, também deixará sua marca na paisagem da região Nordeste, saindo da Zona da Mata e estendendo-se até o sertão. “Ao lado da

plantation escravista as terras brasileiras eram também ocupadas por plantações de subsistência que misturavam produtos nativos, como a mandioca, com vários outros trazidos da Europa, Ásia e África, como a banana, a manga, hortaliças” (SILVA, 2008, p. 109).

No século XVIII a atividade cafeeira é introduzida na Mata Atlântica e com ela o processo de desalojamento da floresta se intensifica. A rota da produção de café entre o século XVIII e XIX em terras florestais vai do Rio de Janeiro às florestas do Paraná, passando por Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo e por outras áreas do país com condições edafoclimáticas favoráveis a este cultivo.

Segundo Silva (2008), a oligarquia cafeeira pouco atentava para o manejo de suas plantações, considerando sempre a alternativa de rotacionar os solos empobrecidos por novos espaços na floresta. A alternativa do cultivo em sombra já havia sido experimentada, como descreve Dean:

Em outros lugares e climas, o café era cultivado na sombra, uma prática que imita seu hábitat original e que parece melhorar sua qualidade. No Brasil, em vez de preservar parte do dossel nativo, a floresta inteira era destruída na preparação do plantio – salvo, aqui e acolá, um pau-d’alho. Essas árvores eram poupadas, porque eram consideradas o mais seguro de todos os padrões e, pois, exibidas para um comprador potencial da fazenda como prova de produtividade de seus cafezais (...) não está claro se o desprezo pelo café sombreado foi uma inovação deliberada. Aparentemente, os primeiros fazendeiros tinham pouca noção de como se plantava cafés em outros lugares e simplesmente aplicavam técnicas tradicionais de derrubada e queimada em uma escala maior e ainda mais drástica (DEAN, 2004, p. 197).

Além desse impacto direto sobre a mata, a atividade cafeeira favorecia um aumento populacional, que demandava infraestrutura de habitação, estradas, além da produção de alimentos para suprir as necessidades básicas. Tudo isso contribuiu para desmatar as áreas de Mata Atlântica.

A transformação da paisagem florestal em favor de uma atividade produtiva reflete o tipo de relação entre sociedade e natureza, baseada no domínio da primeira sobre a última. Marx em sua discussão afirma que:

A vida genética, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente (...) que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem (é) do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc. formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para fruição e para digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente desses produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de

alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer (MARX, 2004, p. 84).

Nos diversos períodos históricos o homem interveio na natureza, mudando-a e transformando-a em seu favor. Esta intervenção, como Marx considera e os fatos deixam evidente, não acontece harmonicamente, mas com um domínio do primeiro sobre a última.

O homem, assim como o animal, é parte da natureza. E esta é considerada como a natureza inorgânica do homem, vivendo este dela, transformando-a e sendo transformado. Ao olhar para trás observa-se tal dinâmica nos períodos anteriormente abordados. Os caçadores-coletores se utilizavam do fogo para criar condições favoráveis à atividade de caça dos grupos. No período da agricultura, a prática do fogo permaneceu, mas agora numa perspectiva de preparar a terra para o plantio. Seja no período dos primórdios ou nos dias atuais, o homem se utiliza do seu corpo inorgânico em seu próprio favorecimento.

3.3 Relação sociedade-natureza

Para entendermos o processo de destruição dos recursos da Mata Atlântica partiremos do entendimento histórico da relação sociedade-natureza, a qual na maioria do tempo se estabelece como uma relação de dominador-dominado. Tal dinâmica envolve a interação sob os aspectos social, cultural, econômico e ecológico.

Um retorno à cultura grega permite encontrar uma concepção de natureza baseada no entendimento da natureza viva com vontade e domínio, sustentada no constante movimento e transformação. Nessa percepção, a natureza se inscreve como um mundo provido de inteligência do qual o homem é parte.

Segundo Collingwood (1986), no período renascentista prevalecia a percepção sobre a natureza como algo em constante transformação. Todavia, a partir desse momento predomina a concepção de uma natureza sem inteligência, dependente da vontade de um ser superior, criador de tudo. O mundo natural, visto como um organismo na cultura grega, passa a ser considerado como uma máquina operacional administrada por um Deus onipotente.

No final do século XVIII começa a aparecer, e permanece até hoje, a visão moderna da natureza. Essa maneira de observar as relações dentro do meio natural tem como base uma “analogia entre os processos do mundo natural, estudados pelos cientistas da natureza, e as vicissitudes dos problemas humanos, estudadas por historiadores” (COLLINGWOOD, 1986, p. 16). Trata-se da visão que entende os processos de mudanças naturais como evolutivos e não mais cíclicos, como anteriormente eram defendidos pelos gregos. Tanto na visão renascentista como na visão moderna, a natureza é considerada como algo externo ao ser humano e este é tido como dominador.

Tal pensamento tem predominado na maioria das teorias dos séculos XVIII ao XXI. Remetendo à sociedade americana no século XIX, vê-se rejeição à natureza selvagem. Para Smith (1986), em períodos anteriores “o natural e o selvagem eram uma coisa só”. No entanto, a natureza selvagem vai sendo colocada como um obstáculo a ser vencido.

A vitória representa a sobreposição da sociedade à natureza e a sua afirmação como ser superior aos demais organismos da Terra. Daí surge o conceito de “natureza humanizada” colocado por Smith (1986), o qual poderíamos também entender como natureza submetida¹⁸, sendo esta considerada pelo homem como perfeita. É a natureza limpa, organizada de forma lógica e capaz de satisfazer àqueles desejosos por alternativa de lazer.

Outro aspecto da dominação está relacionado ao caráter de mercadoria atribuído à natureza. De um lado, seu valor de uso, expresso por “suas propriedades materialmente inerentes” (MARX, 1982, p. 42); de outro, seu valor de troca, representado numa relação quantitativa com outros valores de uso.

Marx (2004) considera a relação sociedade-natureza como inseparável, sendo a primeira dependente da segunda, considerada como natureza inorgânica. A universalidade humana está presente na universalidade da natureza que é para o homem um meio de vida imediato, assim como um instrumento vital. É pelo trabalho que o ser humano modifica as formas das matérias naturais com o fim de satisfazer suas necessidades (MARX, 2004). Essa atitude pode ser percebida pela forma como se tem tratado a natureza, em especial as florestas.

¹⁸ Consideramos que o ideal deste homem nos séculos XX e XXI é submeter a natureza às suas necessidades.

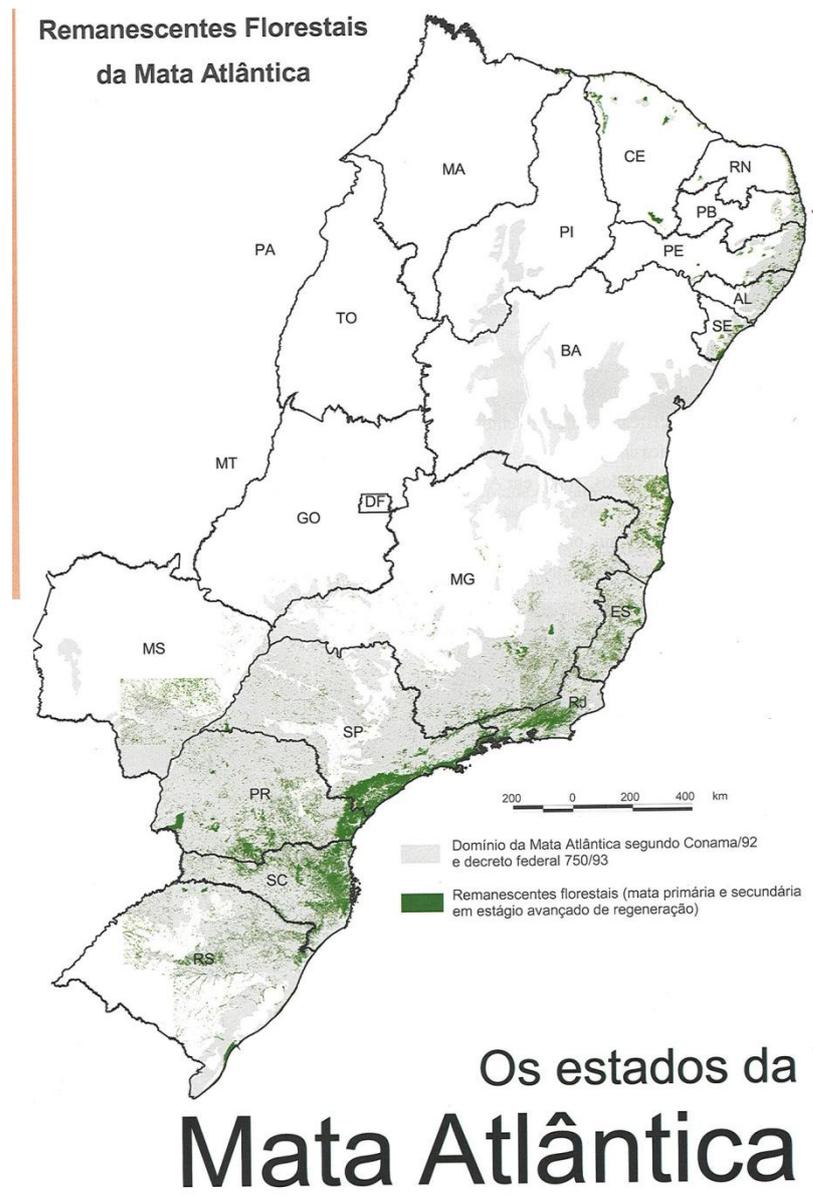
A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, como uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural à “paisagem” – entornos domesticados, apurados, moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional (...). As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas (DEAN, 2004, p. 23).

Ou seja, o homem age sobre a natureza, e o resultado disso não corresponde às expectativas daquele que idealiza e coloca em execução essas atividades intervencionistas.

A Mata Atlântica tem sido explorada dentro da visão moderna, dentro de uma lógica de mercado. Esse aspecto da floresta foi validado com a colonização. A partir desse período, a devastação acelerou-se consideravelmente.

Originalmente esta ocupava quase toda a costa brasileira, se estendendo ao interior do país. Segundo dados do IBGE (CÂMARA, 2005), a área original de cobertura da floresta era de 1.363.000 km², representando 16% do território¹⁹. A floresta cobria total ou parcialmente os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul. Em 1995 o Ministério do Meio Ambiente estimou a área de abrangência da Mata Atlântica em 98.878km², representando 7,25% da cobertura original. O mapa abaixo permite visualizar a área originalmente considerada como sendo de Mata Atlântica, comparada com a sua área de abrangência atual.

¹⁹ Em Schäffer e Prochnow (2002) encontramos o total de 1.306.421 km² como extensão da Mata Atlântica original.



MAPA 3 - Abrangência da Mata Atlântica e Remanescentes.
Fonte: Schäffer e Prochnow, 2002.

Os dados colocados acima confirmam uma história marcada pela destruição e exploração, a qual tinha como fim transformar o natural em “paisagem” moldada ao desejo humano, que, como já foi dito, muitas vezes não é saciado. “[...] a Mata Atlântica brasileira tem níveis excepcionais de biodiversidade, que estão sob enorme pressão. Infelizmente, uma longa história de exploração dos recursos eliminou a maioria dos ecossistemas naturais, restando menos de 8% da extensão original da floresta” (CÂMARA, 2005, p. 27).

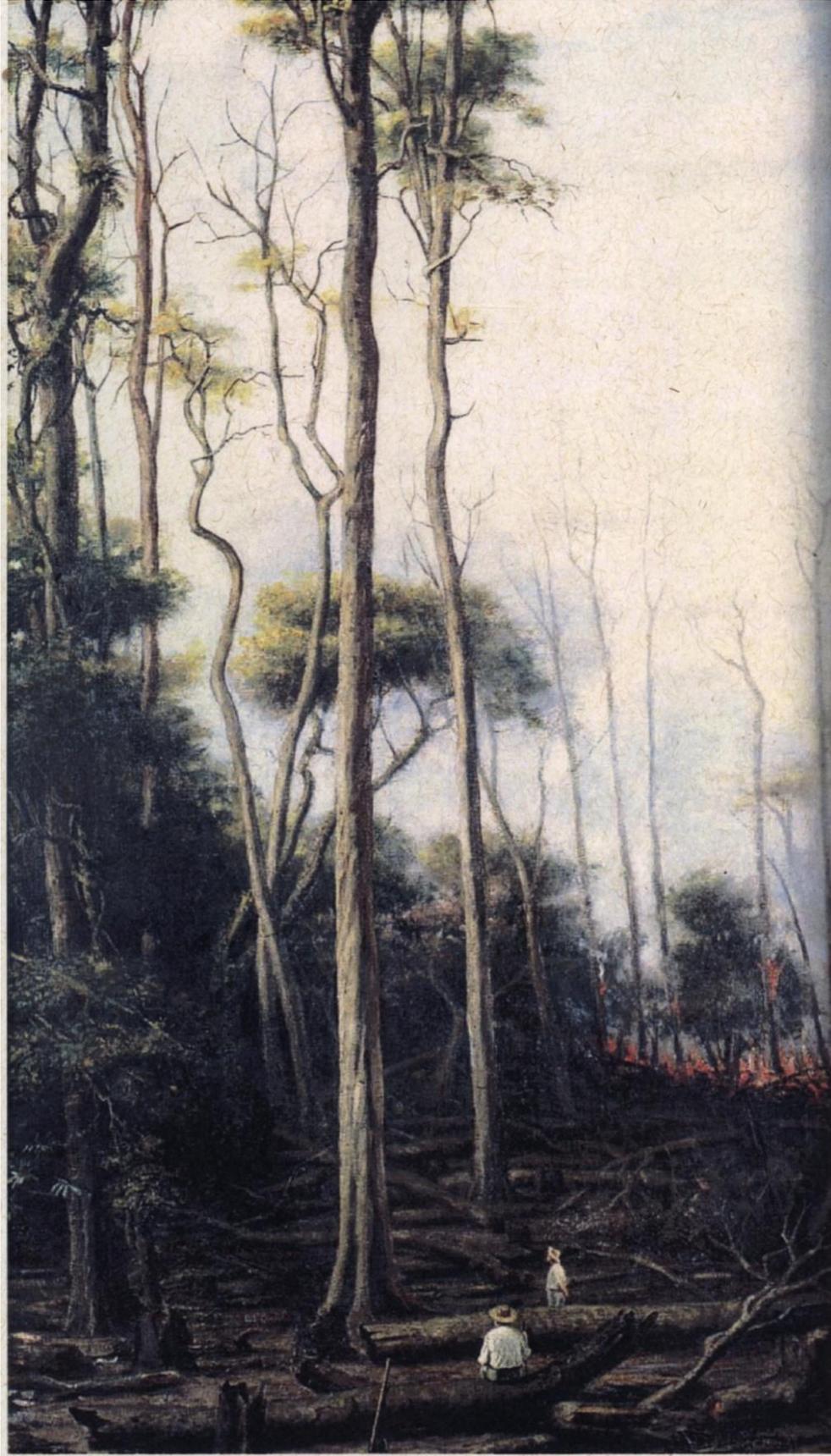


FIGURA 2 - Queimadas da Floresta – Benedito Calixto.
Fonte: Leite 2007 apud Silva, 2008, p. 148.

Mas a história desta destruição, que num primeiro momento se materializa através da destruição da biodiversidade faunística e florística, resulta também numa destruição dos saberes sociais. Não é unicamente uma perda biodiversa, mas também sociodiversa, as quais se misturam e se confundem para os autores que tratam do processo histórico de apropriação dos recursos da Mata Atlântica.

Juntamente com as árvores derrubadas se vão os saberes daqueles que mantinham relações estreitas com a floresta, conheciam seus segredos, seus remédios, seus venenos. Este fenômeno tem sido observado em diversos contextos, quando milhares de índios ou outras populações tradicionais foram abstraídas de sua reprodução econômica, social e cultural para dar espaço às atividades agrícolas impostas pela lógica hegemônica em diferentes períodos históricos.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas nas áreas de floresta, a do café era mais uma. Tratava-se de um projeto político que priorizava a reprodução do capital²⁰.

As condições perfeitas para isto apoiavam-se, como observado anteriormente, no tripé monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava. Esta tríade esteve historicamente sintonizada e associada ao processo de destruição ambiental.

Em consórcio com o processo de destruição ambiental, a produção em larga escala se associou à utilização da mão-de-obra escrava. José Augusto de Pádua (2002) apresenta algumas das importantes discussões entre os críticos no século XVIII e XIX, pelas quais conseguimos compreender melhor em que circunstâncias as relações sociais de trabalho influenciaram o processo de destruição dos recursos da natureza.

A lógica de produção priorizada no início da colonização trouxe consigo pesada carga da experiência portuguesa em outras colônias e da conjuntura européia. As manufaturas demandavam produtos agrícolas em grande escala, cabendo às colônias garantir esta produção.

Dos poucos grupos de intelectuais que se propunham a pensar as questões políticas, sociais e ambientais naquela época, boa parte era próxima da elite imperial. Este fato acabou limitando a crítica ao processo de destruição ambiental que se intalou. Mesmo sendo este reconhecido por todos, esteve na maioria das vezes associado à ineficiência tecnológica. Não se considerando a importante influência da utilização da mão-de-obra servil como ponto crucial nessa cultura de destruição.

A consciência de que o sistema de cultivo na agricultura, baseada principalmente

²⁰ Não se trata nesse primeiro momento de uma economia capitalista, pois as condições necessárias para seu desenvolvimento ainda não existiam.

nas queimadas, era destruidor das bases econômicas que sustentariam a formação territorial deste país estava presente, por isso o interesse em criticá-lo tornava-se inevitável. Entretanto, a crítica era predominantemente feita de forma utilitarista, desconsiderando a estrutura produtiva e as relações que se estabeleciam dentro dela.

Para alguns, a natureza era vítima de prática agrícola rudimentar, de que a escravidão era apenas mais uma expressão; tornava-se então necessário combater estas práticas, mas poucos foram os autores que se aprofundaram nesta discussão. Como bem destaca Pádua (2002), a destruição ambiental neste período é criticada por razões “utilitárias e políticas”.

A extinção das espécies arbóreas é indesejável por impedir a sua utilização futura em navios, casas, trastes e tinturarias. O que estava em jogo era a correta ocupação de um enorme território que nunca poderia fundar-se sobre uma base tão precária e devastadora (...) A agricultura praticada no Brasil era rudimentar e predatória, degradando solos e destruindo florestas. A escravidão era um componente dessa rudimentaridade, devendo ser reduzida quantitativamente e segundo Navaros, atenuada qualitativamente, prestando-se atenção nas condições de vida dos escravos. O atraso e a devastação ambiental poderiam ser superados pela modernização substantiva das tecnologias e pela diversificação da produção primária (PÁDUA, 2002, p. 43-44).

A influência do escravismo na destruição ambiental, que dividiu aqueles que se dispunham a pensar uma crítica ambiental no século XIX, passava inclusive pelo tipo de cultivo por que se optava. No vale do Paraíba, onde a atividade cafeeira se expandiu rapidamente, os métodos de plantio não eram reconhecidos como dos melhores: o cafezal era plantado nas “encostas em linhas retas e verticais de baixo para cima”. Mesmo reconhecendo que este tipo de plantio catalisava o processo erosivo do solo, não se podia abandoná-lo, uma vez que a prioridade era a vigilância sobre o trabalho dos escravos.

A melhor forma de plantar o café era “em meias-laranjas ou morros”, sendo que o cafezal deveria ser “alinhado, formando no cabeço do monte um esquadro, cujas quatro linhas servem de mestras para todo o alinhamento. Este método é melhor para facilitar as capinas e a colheita, dando cada carreira a seu apanhador, que é responsável se não faz o seu dever”. Ou seja, a facilidade de colher e vigiar se sobrepunha ao controle da erosão que sequer é mencionado (PÁDUA, 2002, p. 242).

O escravo produzia minimamente suas necessidades, destinando a maior parte de seu trabalho para uma pequena parcela da sociedade. Além disso, a permanência de uma força de trabalho compulsório desconsiderava o ambiente.

No Brasil, a implantação de uma enorme população escrava iria tornar

impraticável a reprodução da base camponesa da península Ibérica. Para a Mata Atlântica, os perigos eram imensos, porque uma sociedade baseada na mão-de-obra compulsória não levava em conta o ambiente. (...) Não se tratava de que os efêmeros escravos fossem vinculados apenas brevemente ao solo, mas sempre que possível fossem estranhos a ele. A essência da plantação, além de uma planta exótica domesticada, era uma força de trabalho exótica (...) (DEAN, 2004, p. 74).

A introdução da mão-de-obra de trabalhadores livres era reconhecida por alguns grupos como uma forma de avanço nas relações produtivas: “somente o trabalho livre seria capaz de ‘rotear as nossas matas’ e converter ‘em famosos campos de cereais’” (PÁDUA, 2002, p.172).

O pensamento era, e prevalece ainda hoje, da prosperidade como resultado da produção agrícola num sistema monocultural, associado à modernização tecnológica no cultivo. Desta forma torna-se justificável o desmatamento de áreas de florestas, dentre elas a Mata Atlântica. “A substituição da mão-de-obra escrava se daria pela imigração de colonos livres e pela modernização da economia, que envolveria tanto a racionalização tecnológica da lavoura quanto a revitalização das minas e o surgimento de manufaturas mecanizadas” (PÁDUA, 2002, p. 231).

Para elucidar como esse processo de destruição ocorreu historicamente na área de Mata Atlântica, irá buscar-se a compreensão deste termo e sua abrangência. Segundo Câmara (2005), o termo Mata Atlântica não tem significado científico preciso e suscita muitas divergências teóricas sobre sua abrangência. Neste trabalho se considera a definição aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em 1992. Ficou nesta data determinado que o domínio da Mata Atlântica inclui:

Florestas Ombrófilas (pluviais) Densas e Abertas (que abrangem as matas pluviais montanas, submontanas, de baixada e “tabuleiros” – florestas costeiras em terras baixas e solos arenosos), as Florestas Ombrófilas Mistas (que correspondem às matas sulinas com predominância de araucárias e lauráceas) e as Florestas Estacionais e Semidecíduas (que abrangem as matas subtropicais dos estados do Sul e as matas decíduas do Nordeste), assim como os ecossistemas associados mencionados acima e as áreas de transição entre as formações florestais, também denominadas “áreas de tensão ecológica” (CÂMARA, 2005, p. 33).

UF	Área UF	Área original		Remanescentes florestais	
	Km ²⁽¹⁾	Km ²⁽²⁾	% ⁽³⁾	Km ²⁽⁴⁾	% DMA
AL	27.933	14.529	52,01	877	6,04
BA	567.295	177.924	31,36	12.674	5,44
CE	146.348	4.878	3,33	2.743	56,23
ES	46.184	46.184	100,00	3.873	8,39
GO	341.290	10.687	3,13	65	0,61
MS	358.159	51.536	14,39	396	0,77
MG	588.384	281.311	47,81	11.251	4,00
PB	56.585	6.743	11,92	584	8,66
PE	98.938	17.811	18,00	1.524	8,56
PI	252.379	22.907	9,08	24	0,10
PR	199.709	193.011	96,65	17.305	8,97
RJ	43.910	43.291	98,59	9.289	21,46
RN	53.307	3.298	6,19	840	25,46
RS	282.062	132.070	46,82	5.065	3,83
SC	95.443	95.265	99,81	16.662	17,49
SE	22.050	7.155	32,45	1.367	19,11
SP	248.809	197.823	79,51	17.916	9,06
Total	3.428.783	1.306.421	38,10	102.455	7,84

QUADRO 1 - Área Original e de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica²¹
 Fonte²² : Schäffer e Prochnow, 2002, p. 112 e 118

A dimensão da perda das florestas nos últimos anos, já discutida neste trabalho, é visualizada em números no quadro acima. Estados como o Espírito Santo, o qual era em sua totalidade coberto pela Mata Atlântica, possui um remanescente florestal corresponde a 8,39% da área. Apesar dos dados acima, Drummond (2001) esclarece que, em nível mundial, o Brasil é “um dos poucos países” que entraram no século XXI com largas fronteiras tropicais passíveis de utilização pela sociedade. O autor atribui este fato a fatores como a recente colonização e a grande extensão territorial brasileira, se comparada ao Velho Mundo. Isso não significa dizer que a prática exploratória não tenha sido perversa. Este fenômeno é registrado no Ceará já no século XIX, como se verá em detalhe no próximo item.

²¹ Este quadro resulta da junção e adaptação de duas tabelas: 1 - Área original da Mata Atlântica segundo definição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Schäffer e Prochnow, 2002, p. 112); e 2 - Remanescentes Florestais no DMA (SCHÄFFER e PROCHNOW, 2002, p. 118).

²² (1) IBGE, 1999; (2) ISA, 1999; (3) Sobre a área da UF; (4) Sociedade Nordestina de Ecologia; DMA – Domínio da Mata Atlântica (CONAMA, 1992).

3.4 História ambiental no Ceará

No Ceará, já no século XIX aqueles que se dedicavam ao estudo do ambiente local tratavam a região como “bem-aventurada” pela diversidade ecossistêmica encontrada, favorecendo a exploração econômica de espécies florísticas.

Possuímos todos ricos representantes da fauna cearense e o que nela se tem aclimado. Assim também com referência à flora, pois abrange o município todas as zonas em que se divide o *habitat* do nosso estado: serrana, quebrada e sertão, salvo apenas a litorânea. Assim, contamos, entre as essências vegetais: cedro, aroeira, pau-darco, maçaranduba, jatobá, freijó, carnaúba e outros. Para combustível: angico, jurema, catingueira, marmeleiro e outros. Oleaginosos: mamona, babaçu, comaru, copaíba, oiticica, pinhão etc. Forrageira: graminíneas, camunzé, canafistula, cactos etc. Fibras têxteis: malvas, paco-paco, pita, crotá etc. Tinturaria: tatajuba, urucu, jenipapo e outros (CATÃO, 1937, p. 60).

Ao se referir às florestas, Catão (1937) e Brasil (1997) mostram um processo de devastação acentuado e contínuo pela ação do homem desde o século XIX. Catão trata da ineficiência de medidas legais que pudessem estancar tais práticas. Já Brasil se concentra em detectar as áreas mais críticas e aquelas que ainda se pode considerar regiões de floresta. O autor menciona as chapadas das serras como pontos isolados onde ainda se poderia encontrar matas naquele período, e atribui a um sistema ineficiente de roteamento de culturas, especialmente a do algodão, a destruição das matas nas serras e serrotes cearenses; já nos vales e encostas das serras era possível achar algumas matas e madeiras aproveitáveis. “Afirma-se que antigamente as estações eram mais regulares. Que todas as serras, quando cobertas de matas, tinham mais longo inverno e copiosas chuvas, e mesmo que os invernos sucediam-se com períodos mais uniformes” (GABAGLIA, 1877, p. 67).

O discurso destes autores está dentro de um contexto da exploração geográfica e tentativa de descrição física do território e dos aspectos da natureza cearense de fins do século XIX.

Data de 1859 a publicação de *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil. O texto demonstra a preocupação de se preservar as áreas verdes e evitar o uso excessivo das queimadas.

(...) de balde havemos demonstrado com os princípios da ciência, com a autoridade dos sábios, com a experiência doutros países, e até com a nossa própria, que o pernicioso sistema do roteamento das matas, o incêndio dos campos no sertão, apressarão o termo de completa ruína de nossa terra, e

deixarão a nossos vindouros solidões, e ruínas, e maldição eterna a nossa memória. Semelhantes aos Israelitas no deserto, cuidamos somente do dia de hoje, amanhã cairá o maná do céu! (BRASIL, 1997, p. 5).

O tom dramático e catastrófico de Thomaz Pompeu revela a preocupação em preservar as paisagens naturais cearenses. O real interesse era garantir a produção de forma “racional”, ou seja, não se trata de preservação dos ecossistemas, mas de conservá-los para usufruto das gerações futuras.

Apesar de àquela época não existirem conceitos como equilíbrio ecológico, preservação, conservação, havia a percepção da relação desarmônica entre homem e natureza. Um exemplo disso é a preocupação do autor com as secas. Constantemente o mesmo aponta a relação do desmatamento e das queimadas com o agravamento das secas.

O trabalho de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil é de inquestionável relevância na contribuição da discussão ambiental no século XIX, entretanto ele não adentrou questões fundamentais para se compreender o processo de devastação que se estabeleceu desde muito cedo. Dentre elas, a produção em larga escala baseada na monocultura escravista, tratada por outros autores citados no item anterior. No Ceará as atividades da cana, do café e do algodão se firmaram dentro desta lógica produtiva.

Sousa Brasil denunciou o processo de destruição das florestas cearenses e chamou a atenção da população e das autoridades para as conseqüências da exploração destes recursos de forma irracional, alertando para a necessidade de se traçar uma “estratégia de sobrevivência” para as populações futuras (PÁDUA, 2002).

Esta crítica é reforçada em 1859 e 1860 por membros da imprensa, que levantaram a voz para a tese de necessidade de conservação das matas, fazendo eco ao que já era problematizado pelos botânicos e naturalistas (GABAGLIA, 1877).

Outro fator que contribuiu consideravelmente para destruição das florestas cearenses foi a pecuária extensiva. Para Galindo-Leal e Câmara (2005), nos primeiros anos da colonização do Nordeste a criação extensiva de gado formou suas pastagens às custas de queimadas e alterou as paisagens das margens dos rios para que o gado tivesse acesso à água. Além disso, nos caminhos que se abriam para a passagem do gado entre os estados nordestinos, formaram-se mais tarde diversos núcleos populacionais.

Grandes rebanhos foram levados de Pernambuco para o interior, abrindo caminho para a subsequente ocupação humana. Vastas áreas foram queimadas e limpas para a formação de pastagens, alterando profundamente o ambiente. Devido à necessidade do gado de acesso à água, as formações florestais próximas a corpos d'água foram particularmente afetadas. Do

século XVI ao XVIII, enormes rebanhos ocuparam as várzeas dos rios do Nordeste brasileiro (GALINDO-LEAL e CÂMARA, 2005, p. 37).

A história do ambiente no Ceará se assemelha à história do restante do país, a qual é marcada pela exploração social dos recursos da natureza. Este tipo de relação sociedade-natureza, e entre os próprios homens, se estabelece dentro dos princípios que garantam a reprodução do capital. Mesmo o despertar de uma consciência de conservação esteve na maior parte das vezes vinculado à idéia de garantir a perpetuação das atividades produtivas e da própria sobrevivência do homem, sem uma reflexão mais profunda das relações sociais de trabalho, sendo este “o princípio da organização social no sistema capitalista” (SOBRAL, 2005, p. 36).

4. INTRODUÇÃO DO CAFÉ NAS TERRAS BRASILEIRAS

4.1 *Um breve histórico*

A planta do café (*Coffea arabica*) é originalmente pertencente ao território africano, mais especificamente dos sub-bosques da floresta do sudoeste do planalto da Etiópia (DEAN, 2004). Seu cultivo foi experimentado em diversas regiões antes de ser trazido às terras brasileiras.

A expansão do café dentro do território da América Latina se deu inicialmente através dos holandeses, que o introduziram na Guiana Holandesa²³, saindo dali para a Guiana Francesa. Em 1727 o café foi introduzido no Brasil, na cidade de Belém do Pará, tendo as condições climáticas limitado a adaptação da planta naquela região. A partir daí, novas iniciativas em busca de melhores resultados foram experimentadas. A espécie foi levada para o Maranhão e em seguida para o Rio de Janeiro.

Foi nesta última cidade que a atividade começou a prosperar de fato em terras brasileiras. A partir daquele momento estava iniciado um processo que em algumas décadas levaria o café a ser reconhecido: 1- como atividade que proporcionou acumulação de capital suficiente para financiar a industrialização brasileira no início do século XX; 2- como uma das atividades que serviram como instrumento de devastação das florestas brasileiras.

A necessidade do Brasil de encontrar um produto economicamente interessante para as trocas com as manufaturas européias estimulou o investimento na atividade do café. Cabia ao colonizador buscar novas formas de explorar sua colônia: a experimentação do café pode ser observada deste ângulo. “Seu oportuno surgimento resolveria de modo brilhante a busca de um produto que o novo império poderia trocar pelas manufaturas e luxos da Europa. Tal como o século XVIII havia sido para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café” (DEAN, 2004, p. 193).

Vale ressaltar que o interesse maior era dar continuidade às relações comerciais com o mercado europeu. Mesmo tendo alcançado no século XIX uma dimensão comparável à mineração aurífera do século XVIII, a sua ascensão é fruto de um longo processo²⁴.

²³ A Guiana Holandesa corresponde atualmente ao Suriname.

²⁴ Neste sentido, pode-se inferir que o território brasileiro era explorado e gerido segundo a lógica do sistema colonial, visando satisfazer as perspectivas da metrópole. Dentro desta lógica de produção

Antes de adentrar especificamente a descrição da atividade cafeeira em território brasileiro, é importante compreender o cenário estabelecido pela relação colônia-metrópole²⁵.

Naquele momento existia uma estrutura produtiva associada à necessidade de criar e transferir excedentes para a Europa. Esta unidade tinha como fundamento a grande propriedade fundiária, a monocultura e o trabalho escravo.

A articulação entre a economia colonial e o projeto arcaico metropolitano surgiu, de fato, centrada na transferência do excedente gerado em além-mar. Tal movimento tinha como campos privilegiados o comércio exterior (sobretudo a re-exportação dos produtos coloniais no mercado europeu) e a captação de impostos. Entretanto, se vamos ao funcionamento do pacto colonial, observamos que a própria natureza do projeto arcaizante lusitano não só impedia a constituição de um sólido capital mercantil (e, portanto, de fortes e duradouras companhias monopolistas), como também abria espaço para a concorrência intra-comerciantes metropolitanos – qual seja, a apropriação do resultado final do funcionamento da economia mercantil colonial, sem o fortalecimento de setores burgueses de ponta que pudessem ameaçar a manutenção da velha ordem (FRAGOSO e FLORENTINO, 1996, p. 102).

Outra contribuição destes autores é a afirmação de que, para entender como se deu a organização da economia colonial, é preciso compreender o que foi a economia e sociedade lusitana no Antigo Regime, já que a colônia nada mais era do que um resultado da expansão metropolitana e que a estruturação do sistema produtivo desta esteve vinculado ao projeto de colonização da metrópole, sempre com o fim de transferência de excedentes para Portugal.

Movido pelo interesse de garantir o uso e ocupação do solo e organizar uma unidade de produção que permitisse a exploração econômica do território, a coroa portuguesa trouxe e adaptou às condições brasileiras o sistema de sesmaria²⁶. A posse de sesmarias naquele momento, e por muito tempo depois, seria o único meio legal de acesso à terra, sendo por si mesmo uma “titulação” e representava poder, riqueza e

colonial, o café se inserirá, influenciando a expansão das fronteiras agrícolas nas regiões onde se instalou (DEAN, 2004).

²⁵ Para Caio Prado Júnior, tratava-se do chamado “pacto colonial” descrito em sua tese sobre o “sentido da colonização do Brasil”, a saber: o fornecimento de gêneros tropicais ou metais preciosos para a Europa, explorados pela metrópole portuguesa em regime de monopólio. Fernando Novais inseriu essa política colonial no processo de acumulação primitiva de capital, também chamado de “capitalismo comercial” ou “mercantil” (VAINFAS, 2001).

²⁶ O sistema de sesmaria surgiu em Portugal no século XIV e tinha como objetivo a utilização produtiva das terras agriculturáveis no país, buscando ainda reduzir as importações de grãos, o trigo especialmente. Essa forma de ocupação da terra foi trazida e adaptada ao território brasileiro no século XVI; aqui os sesmeiros tinham plenos poderes dentro das terras que recebiam, na condição de que estas fossem exploradas de forma produtiva, num prazo mínimo de cinco anos (VAINFAS, 2001).

reputação (DEAN, 2004).

Era firmado um acordo entre o sesmeiro e Portugal, em que ao primeiro cabia a responsabilidade de tornar produtiva a sua parcela de terra em cinco anos, sob a pena de a doação tornar-se inválida (PINHEIRO, 2008).

Essas grandes propriedades de terra estiveram ao longo do período colonial intimamente ligadas à agricultura de larga escala para exportação.

Cessão iniciais de cerca de 100 hectares logo deram lugar a doações muito maiores, caracterizando o que em Portugal seriam consideradas vastas propriedades: um quarto de légua quadrada (1089 hectares) no mínimo, mas na maioria das vezes uma légua inteira (4356 hectares, mais de 43 quilômetros quadrados)! (...) de vez em quando havia concessões ainda maiores e os mais ricos e poderosos dos notáveis locais brigavam com os donatários para adquirir propriedades do tamanho de principados (DEAN, 2004, p. 89).

A doação das sesmarias influenciou a *forma de conquista e apropriação do que veio a constituir-se como território brasileiro*. As parcelas eram utilizadas para o cultivo de extensas monoculturas – a exemplo da cana-de-açúcar no Nordeste, do café no Sul/Sudeste, assim como da mineração no Sudeste/Centro – e estavam intimamente vinculadas à utilização de mão-de-obra escrava, negra ou indígena.

A força de trabalho de procedência africana migrava de acordo com a necessidade de cada atividade, o que não acontecia com as populações indígenas, as quais se limitavam à escravidão no seus próprios territórios. Muitos escravos negros utilizados nas plantações de café no Sul/Sudeste vieram das plantações de cana do Nordeste, após seu declínio (SILVA, 2008, p. 60).

Observa-se que a atividade de produção estava conjugada com a atividade do tráfico negreiro. Experientes na captura de “negros pagãos”, os portugueses mantêm o comércio anteriormente restrito à Europa e Ásia.

Quando se trata da ocupação do território brasileiro, um outro fator a ser observado é a relação entre Portugal e Inglaterra e suas consequências. A aliança formada entre os dois países desde o século XVII colocava a Inglaterra em lugar privilegiado e refletia na política que Portugal implantava em suas colônias. Em troca de proteção armamentista inglesa, Portugal oferecia “extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar” (FURTADO, 2007, p. 64).



FIGURA 3 - Trabalho no Café.

Fonte: Denier e Costa 2002 apud Silva, 2008, p.119.

A pretensa aliança²⁷ trouxe para os ingleses benefícios que perpassavam pelas atividades canieira e de extração do ouro brasileiro. Ao longo desse período, além da proteção, restou a Portugal o “Tratado de Methuen”, pelo qual eram oferecidos privilégios aos seus vinhos no mercado inglês. O pacto duraria até o final do século XVIII, quando a Inglaterra, já no período da revolução industrial, necessitava de maiores mercados para suas manufaturas. Tal cenário levou esta nação a renunciar às políticas protecionistas anteriormente estabelecidas. Esta relação com a Inglaterra teve consequências políticas duradouras e interferiu inclusive nas relações do Brasil com os outros países da América Latina no século XIX (FURTADO, 2007).

Ao se estabelecer como governo independente no território americano (1822), o Brasil iniciou uma trajetória de transformações econômicas e políticas sem romper com o modelo adotado por Portugal, inclusive mantendo elementos de continuidade na relação com as grandes potências.

Retomando o objeto central de discussão – a cultura cafeeira no Brasil –, pode-

²⁷ Uma verdadeira aliança inspira uma idéia de cooperação mútua e igualdade entre as partes, o que não acontecia na relação descrita.

se dar continuidade à descrição da trajetória do seu cultivo. No Rio de Janeiro o cultivo do café começou a dar os primeiros resultados positivos. O produto suscitou o interesse comercial chegando a ser considerado, já nas primeiras décadas do Império, o fundamento da economia exportadora daquela província (DEAN, 2004). Mesmo tendo surgido timidamente e de forma localizada, este produto acabou tomando uma dimensão que despertou o interesse dos investidores portugueses. Já nas primeiras décadas do século XIX a atividade cafeeira era praticada de forma considerável em outras regiões, como o interior de São Paulo²⁸.

Em meados do século XIX o café se destacou como importante produto de exportação e distinguiu-se das atividades agrícolas anteriores sob alguns aspectos. Utilizando os “recursos preexistentes e subutilizados”, a atividade foi sustentada, prioritariamente, na utilização dos fatores de produção, capital e mão-de-obra, estando a última já disponível em estoque dos períodos anteriores (FURTADO, 2007).

ANOS	PRODUÇÃO
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

QUADRO 2 - Produção de Café – 1821 a 1900 (em milhões de sacas).
Fonte: Taunay e Denis p. 176 apud Silva, 1985, p. 49.

O aumento do volume de exportações a partir da metade do século XIX pode ser observado no quadro 2. Este aumento não se deu pela competência da atividade cafeeira brasileira em si, mas pelas condições do comércio internacional que favoreciam tal crescimento. Somadas a isso, as cotações do café que se encontravam em baixa desde 1822 subiram a partir de 1850 (FURTADO, 2007; SILVA, 1985).

Além disso, existia uma classe de experientes comerciantes locais que assumiram o controle da produção e comercialização cafeeira, caracterizadas nas atividades precedentes por uma divisão técnica do trabalho. Tal divisão se estabelecia

²⁸ Segundo Matos (1990), em 1836 o café tinha seu grande centro da produção no Vale do Paraíba, e na zona serrana do chamado “Norte de São Paulo”: Areias, Silveiras, Bananal.

pelo protagonismo da Europa sobre as atividades comerciais, cabendo ao Brasil a direção da produção (FURTADO, 2007).

O comércio internacional experimentava um momento de crescimento “sem precedentes”, influenciando países como o Brasil, onde a lógica capitalista estava se firmando. Para o Brasil, e

[...] em particular à economia cafeeira brasileira, essas condições foram especialmente favoráveis. As cotações internacionais do café, estagnadas ou em baixa desde a independência de 1822, apresentam-se em alta a partir de 1850. O aparecimento dos navios a vapor no Atlântico Sul deu um novo impulso ao comércio de longas distâncias e em particular veio favorecer as relações comerciais entre o Brasil, de um lado, e Europa e Estados Unidos, de outro lado (SILVA, 1985, p. 29).

Nesse período o Brasil “controlava três quartas partes da oferta mundial” do produto e os cafeicultores confiaram nisso para enfrentar, pelo menos num primeiro momento, as crises de superprodução no século seguinte. A estratégia era contrair a oferta do produto, acumulando assim estoques que seriam utilizados quando a oferta mundial favorecesse os preços globais, ou cobririam os períodos de pouca colheita no mercado interno (FURTADO, 2007).

Essa dinâmica econômica sofreria influência de diversos fatores, internos e externos, e a configuração da cultura cafeeira no Brasil passou por aceleradas transformações durante o século XX.

Nos séculos XX e XXI o café continua reconhecido como um produto de grande interesse econômico. Prova disso foram as políticas do governo de sustentação artificial da atividade. Tais iniciativas governamentais objetivavam manter o produto economicamente competitivo a nível mundial.

Conter a oferta do café requeria recursos financeiros e para isso se contou com a ajuda do governo federal, o qual se aliou aos produtores com o mesmo propósito e em 1906 foi definido o que ficou conhecido como “política de valorização do café”²⁹.

Tal política fundamentou-se numa intervenção estatal para a compra do excedente, assim como em ações de desestímulo à expansão das plantações. Para realizar a compra da produção o governo contou com recursos financeiros decorrentes de empréstimos no exterior, e o pagamento deste veio a partir do acumulado com um novo imposto cobrado em cima de cada saca de café vendido.

²⁹ Até a crise de 1929 o Estado realizou três importantes intervenções para valorização da produção cafeeira. A primeira aconteceu entre o período de 1906-1918; a segunda entre 1917-1920; e a terceira entre 1921-1924 (DELFIN NETO, 1981).

As medidas adotadas no período que se estende até 1929 conseguiram manter artificialmente³⁰ certa “estabilidade” nos preços do produto em nível mundial até a década de 1930. Isto ocorreu mediante um alto custo de manutenção de estoques, daí a necessidade de conter a expansão da capacidade produtiva³¹.

A política de manutenção do nível de preços do café era pressionada pelas condições que apontavam para um aprofundamento do desequilíbrio entre a oferta e a procura. Ao tratar das limitações dessa estratégia, Furtado descreve como erro básico o fato de

[...] não se terem em conta as características próprias de uma atividade econômica de natureza tipicamente colonial [...]. O equilíbrio entre a oferta e a procura dos produtos coloniais obtinha-se, do lado desta última, quando se atingia a saturação do mercado e do lado da oferta quando se ocupavam todos os fatores de produção – mão-de-obra e terras – disponíveis para produzir o artigo em questão (FURTADO, 2007, p. 258).

A criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café em 1924 daria continuidade à política de ajustamento artificial do mercado. Como parte de um amplo plano de defesa, cabia-lhe a regulação dos estoques do produto, assim como as quantidades a serem exportadas.

A defesa apoiar-se-ia nos seguintes pontos:

- i) regularização das entradas de café no porto de Santos, pela limitação dos transportes;
- ii) empréstimos, a juros módicos, sob o café depositado nos reguladores;
- iii) compra de café, em Santos ou no interior, sempre que isso fosse julgado necessário, para a regularização da oferta.

Previa a lei a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola, que nunca foi convertido em realidade (DELFIN NETO, 1981, p. 123).

A crise de 1929, caracterizada pela quebra da bolsa de Nova York³², teve um

³⁰ Referimos-nos à artificialidade deste equilíbrio no sentido de que não existia uma expansão real da oferta mundial, mas um controle de oferta que forçava a elevação dos preços para manter as altas taxas de lucros.

³¹ No início do século XX, São Paulo era a referência da economia cafeeira nacional. Já em 1902, São Paulo proibiu o plantio e replantio de novos cafezais por um período de cinco anos, renovando por mais cinco anos essa política, o que colabora para compreender os mecanismos de controle da oferta brasileira de café (DELFIN NETO, 1981).

³² “Na teoria marxista, a noção de crise está associada ao conceito de mais-valia devido à tendência de o capital concentrar-se mais e mais em poucas mãos e também à pauperização relativa da classe trabalhadora; por isso as crises tornam-se cada vez mais freqüentes e mais fortes, o que levaria o sistema a uma ruptura” (SANDRONI, 1994, p. 81). Para os neoclássicos os períodos de crise são denominados depressão. Conhecida como a “Grande Depressão”, a crise de 1929 ocorreu quando a Bolsa de Valores de Nova York teve uma queda brusca nos seus títulos, levando a economia norte-americana a uma instabilidade econômica e política que se refletiu em toda a economia mundial. “Empresários reduziram a produção e os investimentos, o que causou a diminuição da renda nacional e do número de empregos, diminuindo mais ainda a confiança da economia. Antes de encerrado o processo, milhares de empresas tinham ido à falência, milhões de pessoas tinham ficado sem emprego e estava sendo preparada uma das maiores catástrofes da História” (HUNT, 1989, p. 428).

impacto significativo sobre a atividade cafeeira a nível nacional, que já se encontrava fragilizada. Tal fragilidade era decorrente de dois fatores: Primeiro, as reservas existentes no país eram originárias de capitais externos para recuperação do café. O segundo fator era a política de manutenção dos estoques que se mantinha a altos custos, levando à atitude de abandono dos cafezais ou queima da produção.

Um aspecto a ser observado é o significativo aumento da produção nos anos posteriores à crise de 1929, pois “a produção de café cresceu nos anos da depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933” (FURTADO, 2007, p. 269). Enquanto crescia na produção, o valor das exportações se reduzia em moeda:

A produção exportável média no quinquênio de 1925-29, foi de 21,3 milhões de sacas, em 1930-34 sobe a 22,7 milhões de sacas e em 1935-39 a 22,8 milhões de sacas. No mesmo período, o valor em moeda nacional para exportação se reduz de 26,8 mil contos para 20,3 mil contos, alcançando no terceiro quinquênio 22,1 mil contos (FURTADO, 2007, p. 269).

Nos anos 1950 a área de cultivo já havia sido estendido, culminando em uma superprodução em 1955³³ (SEVERINO e OLIVEIRA, 2000). Em 1960 o desafio era lidar com o excesso de estoque. Em 1962 o estoque governamental a nível nacional excedia 42 milhões de sacas, e uma previsão de produção para aquele ano de 36 milhões. A previsão de comercialização era de 18 milhões de sacas para exportação e 6 milhões para o consumo interno, restando um montante de 12 milhões de sacas a serem estocadas (SEVERINO e OLIVEIRA, 2000).

Com o objetivo de buscar uma solução para esse problema, o Governo Federal, por intermédio do Instituto Brasileiro do Café (IBC)³⁴, iniciou o Programa de Erradicação de Cafezais, cujo objetivo era reduzir as plantações de café. No Ceará, os produtores de café chegaram a ser pagos por hectare de café arrancado e estimulados à diversificação de outras espécies.

O resultado da política de erradicação levou à redução da produção e, conseqüentemente, do volume estocado. Contribuíram ainda para a mudança do quadro os fatores climáticos, como a geada no Paraná (1969) e a seca em São Paulo

³³ “Em 1955, houve superprodução com a colheita de mais de 22 milhões de sacas, quantidade superior às possibilidades de exportação e de consumo interno” (SEVERINO, 2000, p. 13).

³⁴ Criado em 1952, o Instituto Brasileiro do Café se constituía como uma autarquia vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio e tinha como objetivo executar em nível nacional a política do café na esfera da produção e comercialização. Suas principais atribuições eram: “1) realizar estudos necessários ao planejamento da política cafeeira; 2) prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura; 3) controlar a comercialização do café; 4) promover a expansão do consumo do produto; 5) executar e fazer cumprir a legislação cafeeira, julgar processos fiscais e aplicar as sanções pertinentes” (Sandroni, 1994, p. 163). O instituto foi extinto em 1990, no governo Collor.

(1970/1971). A conjunção destes fatores levou a uma mudança nos planos do Governo no que concerne ao plantio de café. Em 1971, surgiu o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais no Nordeste, em especial, Bahia, Ceará e Pernambuco, (Campos, 2000).

O novo plano previa um plantio de pleno sol em todas as áreas do país, não sendo diferente no Maciço de Baturité, onde foram iniciadas ações segundo a mesma orientação. A meta desta política era promover um aumento significativo da produtividade, a partir de inovações tecnológicas e novas técnicas de cultivo.

Devido às condições sensíveis de relevo e do solo daquela região, não demorou muito para se perceber o alto nível de degradação, refletida na queda da produção. Dentro desse contexto, os produtores foram forçados a um retorno ao sistema de cultivo sombreado.

O retorno ao sistema de sombreamento não foi suficiente para alavancar, do ponto de vista econômico, a atividade cafeeira na Serra de Baturité. Os produtores da região passam a dedicar-se à produção de bananas. Desde a época da política de erradicação, anteriormente descrita, a banana e a horticultura passaram a ser consideradas alternativas para os produtores.

TABELA 1 - Área Colhida nos Municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.

PRODUTO	1959	1975	1980
Café	-	3.283	5.027
Banana	895	3.284	4.030
Total	895	6.567	9.057

Fonte: Censo IBGE³⁵.

A tabela 1 apresentada acima apresenta o crescimento dos produtos agrícolas banana e café, em 1959, 1975 e 1980. No ano de 1959 o censo não levantou dados sobre o café naquela região.

Historicamente, os produtores de café no Ceará foram estimulados e favorecidos pelas políticas governamentais, entretanto nos últimos anos essa tendência vem sendo substituída por um distanciamento cada vez maior, especialmente do ponto de vista da produção. A economia cafeeira nacional tem cada vez mais se concentrado no Sudeste

³⁵ Os dados sobre a horticultura no Maciço encontram-se fragmentados ao longo dos anos, sendo separado por produto. Optamos pela análise comparativa entre a banana e o café.

do país, sendo aquela região responsável por 62% da produção nacional (INSTITUTO PRIMEIRO PLANO, 2007). Por outro lado, a produção cearense tem se mostrado inexpressiva. Políticas governamentais de subsídio e valorização da atividade não têm favorecido o estado do Ceará. Paralelamente, em regiões como a Serra de Baturité, que se destacou no século XIX como importante centro cafeicultor do estado, muitos donos de sítios têm substituído as plantações de café pela banana, ou migrado da atividade agrícola para o terceiro setor.

Tal deslocamento será aprofundado no capítulo cinco. Por ora convém observar a pertinência de retomar alguns elementos introduzidos na discussão que se deu até agora. Para isso será enfocada a relação mão-de-obra e café.

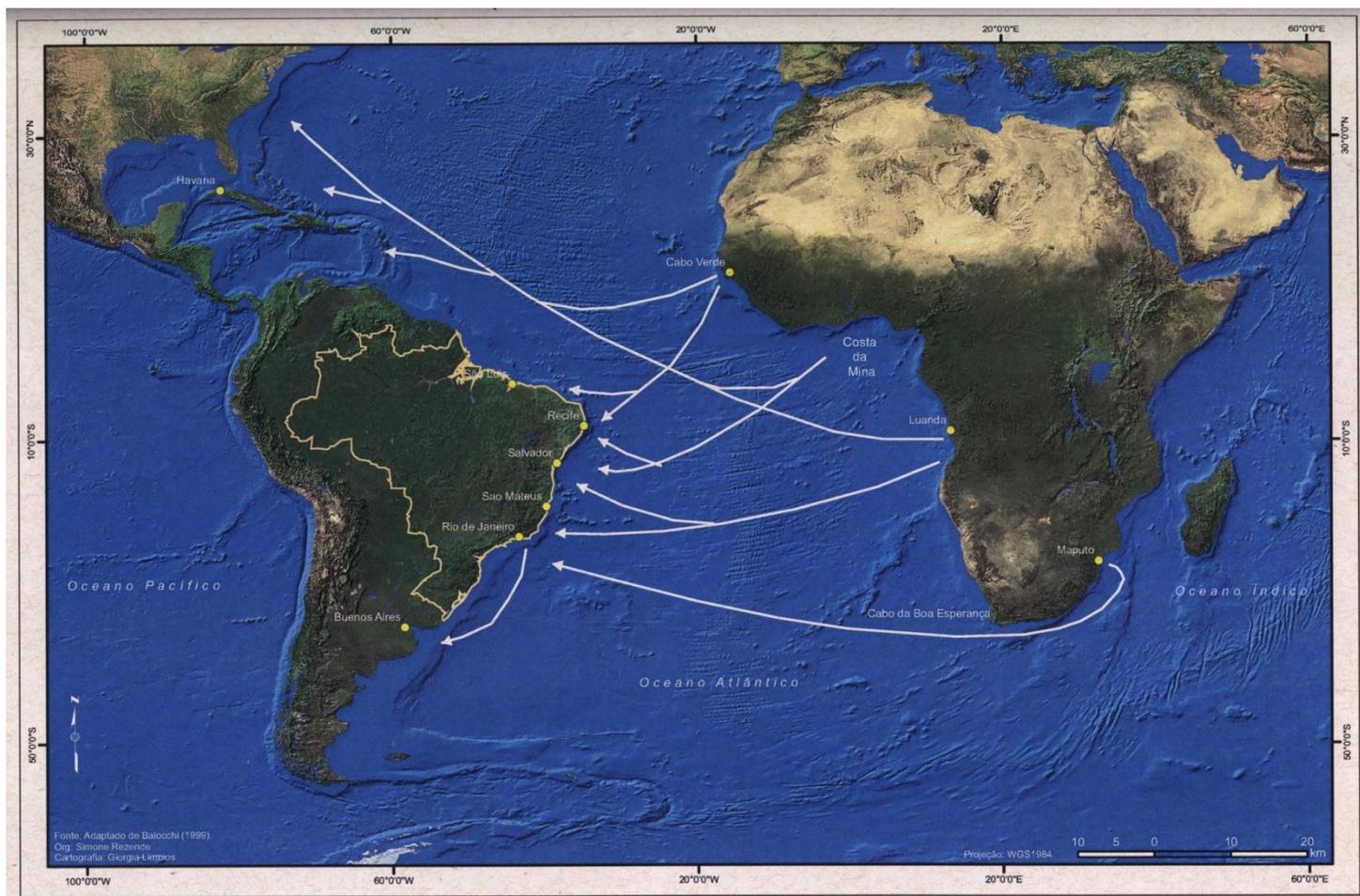
4.1.1 Mão-de-obra para o café

A compreensão do que foi a atividade cafeeira nos séculos XVIII e XIX perpassa pelo entendimento da configuração colonial, a qual, relembre-se, consistia na apropriação latifundiária e importação de mão-de-obra escrava num primeiro momento, e mais tarde mão-de-obra-livre, procedente principalmente da Europa.

A “conquista das Américas” criará a necessidade do uso de mão-de-obra escrava, a qual se apresentará como um negócio com altas taxas de lucro. Os navios chegados aos diversos portos na costa americana seguiam a rota transatlântica³⁶ (SILVA, 2008).

O mapa 4 foi organizado por Simone Silva e mostra as rotas transatlânticas do tráfico negreiro. Os escravos vinham de várias partes no continente africano e o destino eram Brasil e Buenos Aires, na América Latina, e alguns países da América Central e do Norte. O mapa mostra que vários eram os portos brasileiros que recebiam os escravos, denotando a importância desta mercadoria para o país.

³⁶ A autora registra a prévia existência de escravos na Europa e Ásia, os quais chegavam ali pelas rotas oriental (pelo Oceano Índico) e transaariana (pelo Deserto do Saara e do Mar Vermelho).



MAPA 4 - Rotas Transatlânticas do Tráfico Negroiro.

Fonte: Silva, 2008, p. 56.

A lucratividade do “negócio de almas” estimulou o tráfico de milhares de negros. O quadro abaixo apresenta em números esse crescimento entre os séculos XVII e XIX.

	1500	1600	1700	1800
Branços	-	50.000	150.000	2.000.000
Escravos	-	30.000	150.000	1.500.000
Índios “integrados”	-	120.000	200.000	500.000
Índios isolados	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
Totais	5.000.000	4.200.000	2.500.000	5.000.000

QUADRO 3 - Crescimento da população integrada no empreendimento colonial e diminuição dos contingentes aborígenes autônomos.

Fonte: Ribeiro, 2004, p. 151.

O quadro construído por Darcy Ribeiro permite fazer um paralelo entre a dinâmica da população negra trazida para o país e os indígenas, primeiros habitantes das terras. Entre 1500 e 1800 a população total do Brasil era quantitativamente similar; apesar disso, observa-se uma queda drástica na população indígena e um aumento da população branca, fruto de imigrações predominantemente portuguesas e sua descendência. O quadro demonstra ainda um expressivo contingente negro, fruto do tráfico. Esta parcela da população veio suprir a necessidade de mão-de-obra. A forma como estas pessoas eram capturadas, aprisionadas e tratadas como mercadorias é explicada pelo tráfico negreiro, um comércio de pessoas “justificado” pelo lucro.

À luz de Alencastro, podemos afirmar que a rentabilidade deste tipo de atividade atraiu figuras da política e finanças de Portugal, as quais, através de tratos e tratados, criaram uma rede que abrangia a Europa, a América e a África: “De geração em geração, valendo-se de matrimônios, testamentos e sociedades, personagens importantes das finanças e da política ibérica se envolvem no comércio de escravos de Angola, fazendo transparecer a dimensão globalizante do negócio negreiro no período dos *asientos*” (ALENCASTRO, 2000, p. 83).

Os escravos eram capturados em terras africanas, transportados por traficantes europeus e trazidos às terras do Novo Mundo e este comércio de almas, revertido em lucro para os europeus³⁷.

Alencastro registra ainda que, em três séculos, 12 mil viagens foram feitas dos portos africanos ao Brasil, nos quais aproximadamente 4 milhões de escravos aportaram vivos. Estes eram trazidos por comerciantes de grosso trato e vendidos para os mais diversos trabalhos.

O país é colonizado sob a égide da expansão capitalista. Os africanos chegam aqui coisificados, como mercadoria. O tráfico negreiro alimenta e é alimentado pelo trabalho escravo. Ou seja, a regulação econômica das fazendas estava mais ligada à oferta de escravos do que propriamente à produção ali realizada. Seu principal capital era o escravo, pois a terra sem trabalhadores não tinha valor (...). (ALMEIDA apud SILVA, 2008, p. 59).

É nesse contexto que a economia cafeeira é introduzida e se firma, com mudanças que se estabelecem a partir de necessidades objetivas, dentre elas o crescente uso da mão-de-obra escrava na atividade.

Ao chegar o início do século XIX a oferta de mão-de-obra estava em plena

³⁷ O termo “asiento” é utilizado pelo autor para mencionar os contratos régios relativos ao fornecimento de africanos à América. Estes contratos eram estabelecidos entre a coroa e um particular ou companhia: a coroa concede ao assentista certos privilégios, geralmente sob forma de monopólio comercial.

transformação. A conjuntura mundial demandava mão-de-obra excedente que se acumulava em alguns países, principalmente na Europa, como resultado da revolução industrial. Se no início da colonização a contratação de mão-de-obra europeia era inviável, por representar inversões altas para Portugal, agora era de interesse de países europeus exportar seu exército de reserva para as regiões coloniais. Naquele momento era possível observar vários focos de crise na Europa, muitos deles interrelacionados: a situação de instabilidade política, a crise da produção agrícola e a ampliação da indústria. Tal configuração acabou gerando um contingente de mão-de-obra que não encontrava lugar em seus países de origem.

Além disso, existia uma pressão internacional, em especial da Inglaterra, que naquele período mantinha relações comerciais constantes com o Brasil, de extinção do tráfico de escravos. Os ingleses obrigaram ao Brasil assinar um acordo no qual se determinava que a partir de 1830 estava proibido o tráfico negreiro nesse país (SILVA, 1985). “Como solução alternativa do problema da mão-de-obra, sugeria-se fomentar uma corrente de imigração europeia. O espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA parecia indicar a direção que cabia tomar” (FURTADO, 2007, p. 181).

O estímulo à vinda de imigrantes europeus às lavouras cafeeiras deveu-se a fatores econômicos e sociais já citados anteriormente, entretanto é importante destacar uma política de branqueamento assumida pelo governo brasileiro naquele período. “Discute-se a questão de falta de braços, o paulista entendeu que o negro já era inoportuno, não podia mais ser tolerado na província, ao lado dos nossos foros de povo civilizado, das nossas condições de adiantamento moral e cristão, fechou sua porta, e disse - não entra mais negro” (SOUZA, 1884, p. 220).

Se a um primeiro olhar a mão-de-obra assalariada dos imigrantes europeus representava uma concorrência mais “justa”, o que temos realmente é a ascensão de uma forma mais propícia à reprodução do capital, considerando que as relações de trabalho escravista haviam de certa forma esgotado suas possibilidades. Isso não significa a extinção da mão-de-obra escrava, mas a sua superação para garantir a realimentação do próprio capital.

A lavoura do café tinha características e dinâmicas próprias: por exemplo, exigia mais mão-de-obra que o engenho de cana. Como já descrito, o trabalho na lavoura de café não foi apenas do negro; aos poucos e num crescente, introduziu-se a mão-de-obra livre, assalariada.

Os imigrantes chegaram ao Brasil, muitas vezes através de viagens subsidiadas pelo Governo. Tal viagem era imputada como débito para o colono, significando um endividamento prévio o qual, na maioria das vezes, acumulava-se ao longo dos anos para os que aqui chegavam.

Os imigrantes eram recebidos em São Paulo e o próprio escritório da imigração preparava um contrato de trabalho que previa um tempo mínimo de serviço, o salário, as atividades que seriam realizadas pelos que chegavam – enfim, através desse contrato formalizavam-se as condições em que esta força de trabalho seria explorada. Assim era legalizada a substituição da mercadoria escravo pela mercadoria força de trabalho³⁸. “As migrações no interior do Brasil são um conseqüência do próprio desenvolvimento das relações capitalistas que tinham como centro a economia cafeeira. Progressivamente, esse desenvolvimento começa a subverter o sistema latifundiário e começa a ‘libertar’ força de trabalho” (SILVA, 1985, p. 52).

No início, as condições de sobrevivência dos colonos eram precárias e chamaram a atenção da comunidade européia, levando a um movimento de intervenção ao processo migratório para o Brasil. As colônias que eram organizadas como núcleos de povoamento de europeus, como as do Rio Grande do Sul, não se firmavam economicamente, carecendo de constantes inversões governamentais, caso contrário retornavam a uma economia de subsistência (FURTADO, 2007).

Os costumes escravistas fortemente arraigados na classe fundiária brasileira dificultaram durante muito tempo sua convivência com as relações de produção que se estabeleciam a partir daquele momento. Aos imigrantes eram oferecidos contratos como parceiros, que determinavam ao trabalhador que estes seriam pagos unicamente em função da colheita, comprada pelo próprio fazendeiro. Esse sistema conduziu o trabalhador a uma situação próxima da escravidão.

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constitui uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (FURTADO, 2007, p. 71).

Vale destacar que a fase do trabalho escravo propiciou um acúmulo de capital

³⁸ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 1982, p. 187).

tanto fruto do tráfico como da utilização do escravo como mão-de-obra em diversas frentes (cana-de-acúcar, mineração, café). Talvez esta seria uma das razões pelas quais a abolição da escravatura trouxe consigo rumores e dúvidas acerca do futuro da economia brasileira. Ao tratar desse assunto, Furtado afirma que “constituindo a escravidão do Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumia proporções de uma ‘hecatombe social’”(FURTADO, 2007, p. 198).

Não daria para compreender a atividade cafeeira fora do que foi o tráfico e a escravidão no Brasil, e depois do que foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Além da esfera direta a produção agrícola, era necessário que se desenvolvesse uma infra-estrutura capaz de garantir a produção cafeeira em larga escala. Para isso, algumas mudanças foram estabelecidas, dentre elas a mecanização na etapa de beneficiamento, comercialização e transporte do café. O último será discutido a seguir de forma mais detalhada.

4.2 Nos trilhos do café

Quando se atenta à configuração cafeeira do século XIX, observa-se que, além da importância econômica, o café foi formador de uma cultura própria, refletida tanto no luxo dos “barões do café” como nas músicas e poesias que ainda hoje trazem nostalgia aos que vivenciaram em algum momento a rotina de uma fazenda ou sítio de café. Os investimentos no plantio, transporte e comercialização do café estimularam a construção de armazéns, depósitos, estradas, instalações portuárias, assim como uma arquitetura própria.

O perfil daqueles que fizeram fortuna com o café se aproxima muito dos ideais de luxo e hierarquia da sociedade nobiliárquica, vide os chamados barões do café, cujo perfil aproximava-se do modelo português de senhor civilizado, requintado segundo os moldes europeus.

Apesar de possuir laços com aspectos tradicionais da sociedade, a atividade trouxe uma nova configuração aos locais onde se desenvolveu . Em São Paulo

[...] O café alterou a fisionomia física, humana, social, cultural e econômica do Estado, criando paisagens próprias, balisando o povoamento, fazendo nascer cidades, abrindo zonas pioneiras, desenvolvendo os centros urbanos, propiciando o aparecimento de ferrovias, fazendo surgir uma unidade sócio-

econômica bem definida como a *fazenda de café*, gerando um tipo social e humano, como o fazendeiro [...] (MATOS, 1990, p. 56).

O universo de transformações desencadeadas pela produção cafeeira acabaria por modificar hábitos e paisagens. Um dos marcos mais importantes destas transformações foi sem dúvida a ferrovia, cujos investimentos iniciais no Brasil estavam diretamente ligados à riqueza produzida pelo setor cafeeiro. Entende-se que a existência do sistema agroexportador no século XIX gerou a necessidade de se repensar e redesenhar as rotas de escoamento da produção, que ligavam o interior aos portos.

Em 1874 André Rebouças, então engenheiro do Império, fez um estudo para promover o desenvolvimento da infra-estrutura nacional. O projeto estimulava investimentos na infra-estrutura com a garantia de juros, de forma a atrair capitais externos, especialmente aqueles vindos da Inglaterra: “Nós queremos que o capital inglês, que não foi sem garantia de juros à sua preciosa colônia asiática, venha ao Brasil em mera confiança” (REBOUÇAS, 1874, p. 14).

O projeto propunha um desenho geométrico do território: “Ora, dado um tal triângulo, situado em sua verdadeira posição no grande triângulo retângulo do continente sul-americano” (REBOUÇAS, 1874, p. 171), integrado através de linhas paralelas e convergentes entre o Atlântico e o Pacífico que favoreciam a comunicação e o comércio, abrangendo ferrovias e hidrovias. Esta configuração do território proporcionará a ligação entre as economias agrícolas e os portos.

As linhas mais interessantes neste sistema de viação são evidentemente as paralelas à base amazônica, que produzirão no futuro os caminhos de ferro brasileiros inter-oceânicos, tendo para estações marítimas os nossos melhores portos de mar. Grande parte destas linhas será desde já encetada em virtude da lei de 24 de setembro de 1873, que ordena a ligação dos portos de mar aos centros produtores (REBOUÇAS, 1874, p. 172).

A idéia da construção das ferrovias foi consideravelmente influenciada pela experiência inglesa, em especial a construção de uma linha férrea que ligava Liverpool a Manchester (Saes, 1981). O alto custo para construção e manutenção trouxe insegurança para alguns, porém tal impasse ia sendo superado à medida que se observava a melhor eficiência na circulação dos produtos agrícolas e o estreitamento das distâncias, principalmente quando estas eram desenhadas a partir da tríade produção agrícola, ferrovia e porto.

Trata-se do desenvolvimento da infra-estrutura orientada essencialmente para o exterior e cuja função é drenar a produção de determinada localidade do país para o porto que comunica a atividade produtora com os centros

consumidores de ultramar. E isto gera uma característica muito peculiar nos sistemas de transporte que tais países herdaram do período de expansão exportadora: esses sistemas de transporte apresentam uma singularidade de levar carga praticamente num só sentido – da área produtora ao porto de exportação (SUNKEL apud SAES, 1981, p. 32).

O desenvolvimento do sistema de transporte que garantisse o escoamento da produção era de grande interesse, todavia era necessário um produto cujo retorno financeiro fosse alto o suficiente para pagar os custos de investimento nas ferrovias, e o café era o único naquele momento que pagava tais inversões. Mesmo se, no início, o nível de produção do café não pagasse os custos correntes da ferrovia, não demorou muito até que este se tornasse o principal produto transportado através delas. Na década de 1840 o café assumiu a posição de primeiro produto brasileiro de exportação, sendo responsável por 40% do valor total das exportações (SILVA, 1985). Tornou-se evidente o impacto dessa produção na viabilidade econômica do novo sistema de transporte: “A existência de uma mercadoria a ser transportada em grande volume (no caso o café) condiciona a rentabilidade da empresa ferroviária” (SAES, 1981, p. 26).

A primeira lei referente à concessão de privilégios para a construção de ferrovias no país data de 1835: o governo concedia privilégios por 40 anos para as empresas que assumissem a construção de estradas de ferro. Tais privilégios estavam vinculados à garantia de juros sobre o capital necessário para a construção das linhas férreas (SAES, 1981; MATOS, 1990).

O desenho das ferrovias foi se configurando seguindo o mapa de atuação dos plantios cafeeiros. Os produtores agrícolas reclamavam a proximidade da linha férrea de suas propriedades, com o fim de reduzir os custos dos produtos agrícolas de exportação (em especial, o café); por outro lado, as empresas buscavam concessões de linhas que alcançassem as zonas cafeeiras, estimuladas pelo rápido e alto retorno financeiro (SAES, 1981).

Entretanto, o encanto gerado pelo glamour de uma atividade que objetivamente trazia consigo riqueza e poder, muitas vezes foi frustrado quando a atividade se deslocava para outras regiões, deixando para trás “cidades mortas”³⁹. Em algumas cidades de São Paulo não se percebe o menor resquício de um passado cafeeiro.

O café, na sua “marcha”, ou no seu “roteiro”, marcaria a fisionomia paulista. Na sua itinerância, cansaria terras, abandonaria regiões, mataria cidades. Faria conjugar verbos no passado (...) as cidades que viviam do café e que morreram quando ele, na sua trajetória, procurou outras regiões. Mas, por

³⁹ Expressão utilizada por Monteiro Lobato, citada por Odilon Matos (1990).

outro lado, povoaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia, existiu café (MATOS, 1990, p. 43).

Aponta-se como fator para a decadência do sistema ferroviário brasileiro a dependência de apenas um item a ser transportado: por exemplo, a viagem de ida entre produtor e porto estava paga, mas a viagem de volta tinha baixo valor econômico. As já citadas mudanças das regiões produtivas também interferem, gerando as tais cidades abandonadas quando do esgotamento de um surto produtivo. Os autores apontam ainda a má gestão e a falta de planejamento dos poderes públicos como fatores decisivos no desmonte do sistema ferroviário (PEREIRA, 2003).

4.2.1 A ferrovia no Ceará



FIGURA 4 - Prédio da Estação Ferroviária de Baturité – 2008.
Fonte: Alcântara, 2008.

A expectativa em torno da chegada da ferrovia no Ceará não se afastou da idéia que já corria no restante do país, sendo tratada como sinônimo de progresso e agilidade para aqueles que a utilizariam direta ou indiretamente. Os transportes terrestres no

Ceará até então se limitavam a carregamentos em lombo de burros, muitas vezes organizados nas chamadas tropas.



MAPA 5 - Detalhe do Mapa Indicativo das “Linhas” da Rede de Viação Cearense (1924).

Fonte: Documento disponível no museu da estação ferroviária em Baturité.

A concepção, descrita por André Rebouças (1874), de que a união, fortalecimento e prosperidade do Império não seriam possíveis sem “caminhos de ferro” chegou ao território cearense, onde em 1859 foi a lei que autorizou a construção de uma estrada de rodagem ligando a serra de Baturité à capital e logo em seguida deu-se início a um estudo econômico sobre a viabilidade da construção de uma ferrovia. A estrada de rodagem auxiliaria o transporte de produtos agrícolas, especialmente o café, das unidades de produção para os centros comerciais (LIMA e PEREIRA, 2007).

A justificativa para tal investimento seria o aumento dos rendimentos provenientes da produção agrícola local, em especial o café. Esta atividade se destacou em todo o estado, mas é na região de Baturité que esta alcança sua maior produção.

Tal era a relevância da região que o projeto de Rebouças de garantia de juros previa no Ceará este ganho apenas para a ferrovia de Baturité e o porto de Fortaleza, estando a importância do último associada ao escoamento da produção. O “caminho de ferro” ligaria o porto de Fortaleza ao “mais rico centro produtor” do Ceará. “Essa linha tem 120 quilômetros de extensão aproximadamente, que ao preço médio de 30:000\$000 por quilômetro, importará em cerca de 3.600:000\$000” (REBOUÇAS, 1874, p. 151).

Em 5 de março de 1870 foi assinado acordo para fundação da sociedade que daria origem à Estrada de Ferro de Baturité – EFB⁴⁰. O contrato inicial sofreu ajustes e a efetiva construção da estrada de ferro só veio quando o governo imperial publicou um decreto em 30 de agosto de 1871. Não por acaso esta foi a primeira linha construída, correspondendo ao trecho Fortaleza-Baturité. Rebouças (1874) ressaltou a importância do Ceará como quarta maior província produtora de café do Império, chegando a considerá-lo “o São Paulo do Norte”.

A província do Ceará é a quarta produtora de café do império: no exercício de 1871 e 1872 exportou 1.345.105 quilogramas de café; basta que continue a promover esta preciosa cultura para ter segura a sorte de todos os seus caminhos de ferro [...] O Ceará, cumpre dizê-lo para a gloria dessa província e estímulo de suas irmãs, é o São Paulo do Norte (REBOUÇAS, 1874, p. 150).

A ambição maior dos pioneiros era interligar o Ceará ao restante do país pela via férrea. Conforme um relatório datado de 1892, denominado “Sinopse histórica da Estrada de Ferro de Baturité”, a linha férrea tinha três fins específicos:

[...] Esta estrada pertence três fins diversos:
1º Ligar o Ceará ao Sul da República, por meio do Rio São Francisco; 2º Proporcionar o maior desenvolvimento da lavoura e indústria do Estado do Ceará até a condução dos produtos do interior à capital; 3º É também uma estrada estratégica, permita-se a expressão, para minorar os efeitos das secas periódicas que assolam este Estado. [...] A grande produção de café e outros gêneros da serras de Baturité, Acarape, Pacatuba e Maranguape indicaram a necessidade urgente da construção de uma estrada de ferro que ligasse esses pontos ao litoral (apud LIMA e PEREIRA, 2007, p. 42).

Concordamos com Pereira (2003) quando ressalta os impactos da ferrovia, tanto na economia quanto no cotidiano. Podemos ainda destacar as vantagens, até então

⁴⁰ Assinaram esse contrato Tomaz Pompeu de Souza Brasil; Joaquim da Cunha freire; Henrique Brocklehurst; Gonçalo Baptista Vieira; José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (LIMA e PEREIRA, 2007).

desconhecidas, da capacidade de transportar com alta velocidade milhares de toneladas de carga: “O trem impôs um novo olhar sobre o tempo e requalificou o transporte de cargas de grandes volumes, de animais e outros produtos, causando impacto na economia e no cotidiano” (PEREIRA, 2003, p. 51).

As ferrovias brasileiras, em sua maioria, partiam dos portos até o interior onde estavam os centros produtores. No Ceará tivemos esta mesma configuração. O binômio ferrovia-porto é significativo para compreender a circulação de mercadorias pelo estado.

A década de 60 do século passado marca, também, a supremacia de Fortaleza sobre o porto de Aracati e sobre o empório comercial interiorano de Icó. As exportações pelo porto de Fortaleza já atingem quase 4 mil contos de réis, enquanto aquelas efetivadas pelo porto de Aracati perfazem pouco mais de 600 contos. Assim sendo, constata-se a necessidade de ligar a capital ao sertão e ao Vale do Cariri através da, assim chamada, “Estrada de Baturité” para tração animal. Em breve a idéia inicial de um simples estrada foi transformada em plano de uma via férrea para Baturité cuja conveniência de ligação à capital torna-se importante, graças ao cultivo do café (FERREIRA, 1998, p. 22).

No período em que a ferrovia cearense estava em plena atividade, suas estações e paradas eram locais centrais, principalmente para as pequenas vilas que floresceram ao seu redor.



FIGURA 5 - Primeira Locomotiva a fazer o Percurso Fortaleza – Baturité.
Fonte: Alcântara, 2008.

À iniciativa pioneira da Estrada de Ferro de Baturité somou-se a da Estrada de Ferro de Sobral; ambas foram incorporadas na RVC, Rede de Viação Cearense, e no final da década de 1960 passaram à RFFSA. Ao longo do século XX a ferrovia experimentou momentos diversos, indo da expansão à crise. Apontam-se a falta de investimentos e a concorrência com o transporte rodoviário como causas principais do desmonte do sistema ferroviário (PEREIRA, 2003).

4.3 O café do “Siará”

A história econômica do Ceará nos séculos XVIII e XIX esteve principalmente associada à atividade pastoril. Inicialmente acreditava-se que os solos não favoreciam a atividade agrícola, sendo esta relegada a um plano inferior (ARARIPE, 2002). Apesar disso, iniciativas de cultivo foram experimentadas, até que produtos como o algodão e o café tornaram-se importantes para a economia local.

Tais atividades contribuía para o processo de povoamento nas serras cearenses. Em 1825 os registros são de um intenso povoamento, decorrente do grande fluxo imigratório das áreas mais secas da província. As pessoas subiam a serra para trabalhar nos roçados de café que começavam a se espalhar nos diversos sítios. Gabaglia (1877) afirma que as condições climáticas faziam das serras um local privilegiado para a produção de alimentos.

As primeiras mudas de café no Ceará não são frutos do roteiro descrito anteriormente, ou seja, não derivam das mudas precedentes do estado do Pará. Girão narra que José de Xerez Furna Uchoa, em uma de suas viagens à Europa, adquiriu duas mudas de café no Jardim de Paris. Uma dessas mudas não resistiu à viagem, sendo a que restou introduzida no sítio Úrsula, na serra de Meruoca (GIRÃO, 2000; STUDART, 1928).

Especula-se sobre a prévia intenção de Uchôa em cultivar tal espécie em solos cearenses: “Julgamos que, ao introduzir o café no Ceará, Furna Uchôa achava economicamente viável sua produção. Se assim não fosse, por que então o teria feito? Não haveria no Jardim das Plantas de Paris plantas mais belas do que o cafeeiro? Certamente! não foi por acaso que em Caiena se proibiu a venda de café aos portugueses” (LIMA, 2000, p. 100).

O café passou a ser produzido prioritariamente nas áreas úmidas, onde

inicialmente se restringia às pequenas áreas de quintais para o consumo da família (STUDART, 1928, p. 94). Entretanto, os cafezais rapidamente se espalharam na região serrana⁴¹, por serem espaços considerados mais estáveis do ponto de vista da produção, não facilmente atingida pelas “crises climatéricas”, ou seja, as estiagens prolongadas predominantes no sertão. Pelo contrário, as regiões serranas abrigavam nascentes que desembocavam em rios perenes (GIRÃO, 2000).

O café trazido ao Maciço de Baturité veio de Pernambuco para o Ceará e foi introduzido na Chapada do Araripe, na região do Cariri. Dali algumas sementes foram enviadas ao capitão Antônio Pereira de Queiroz, que plantou no sítio “Mungaipe”, em Baturité. Ainda no mesmo ano, o sr. Felipe Castello Branco trouxe algumas mudas do Pará e as plantou no sítio Bagaço, em Mulungu^{42 43}(GIRÃO, 2000; CATÃO, 1937; STUDART, 1928).

A bibliografia pesquisada permite afirmar que o café foi introduzido no Ceará de forma irregular, ou seja, iniciativas isoladas ocorreram em tempos e locais distintos. Apesar deste início “aparentemente” desprezível, a cultura cafeeira obteve êxito, como visto, na região serrana.

Quanto às primeiras iniciativas de comercialização do café no Ceará, encontramos referência ao nome de José Antônio da Costa e Silva como o primeiro comerciante de café no estado, não ficando claro por anos onde era o seu entreposto comercial e quanto o mesmo comercializava (LIMA, 2000; STUDART, 1928).

Segundo Girão (2000), em 1846 o café entra na lista dos produtos cearenses de exportação, chegando em alguns momentos a superar o algodão, importante produto no século XIX.

Conforme Girão (2000), na safra de 1846-1847, 9.795 kg de café foram escoados pelo porto de Fortaleza, gerando um montante de 2:404\$800. Na safra de 1848-1849 foram remetidos 413.625 kg, valendo 17:31\$000, chegando a superar em

⁴¹ Lima (2000) lista serras cearenses onde o café era cultivado. Eram estas: Serras de Baturité, Serra da Aratanha, Serra de Maranguape, Serra de Uruburetama, Serra da Meruoca, Serra Grande e Serra do Araripe.

⁴² Convém lembrar que, no século XIX, a delimitação destes municípios não se assemelha à atual. Naquele momento alguns municípios hoje conhecidos ainda não eram autônomos, figurando como distritos. Girão considera o Sítio Bagaço localizado em Guaramiranga. Catão (1937) se refere a este sítio como pertencente ao município de Mulungu. Hoje em delimitação oficial o sítio Bagaço está inserido em território do município de Mulungu.

⁴³ O café trazido inicialmente para o Maciço de Baturité era da variedade Bourbon. “Aos nomes de Queiroz e Castello Branco manda a justiça ajuntar os de José Holanda, Themoteo Ferreira Lima, Manoel Figueiredo e das famílias Queiroz, Holanda, Linhares e Caracas, como pioneiros e incentivadores da lavoura cafeeira em Baturité” (STUDART, 1928, p. 95).

valor o algodão nos anos de 1860-1861 a 1864-65 e no de 1877-78. Além das quantidades, o autor destaca a qualidade do produto cearense, chegando a superar qualitativamente o café produzido no Rio de Janeiro (GIRÃO, 2000).

Na metade do século XIX, o Ceará chega a representar mais de 2% do total exportado pelo Brasil, caindo para 0,4% no final daquele século a produção do Ceará (OTANI ET AL, 2001).

TABELA 2 - Exportação de Café do Ceará - 1839-1905

ANOS	PRODUÇÃO (KG)	VALOR
1839-1845	101.910	30:329\$000
1845-1850	176.757	311:469\$000
1850-1855	1.338.743	1.199:504\$000
1855-1860	2.128.320	3.578:050\$000
1860-1865	8.321.717	1.945:820\$000
1865-1870	4.611.958	2.527:126\$000
1870-1875	5.095.399	3.166:416\$000
1875-1880	6.005.788	2.881:438\$000
1880-1885	9.514.914	3.057:881\$000
1885-1890	5.977.715	8.017:642\$000
1890-1895	8.285.306	1.439:251\$000
1895-1900	1.260.336	39:586\$000
1900-1905	52.061	853:135\$000

Fonte: Tomaz Pompeu de Souza Brasil. Ensaio Estatístico da Província do Ceará.

A importância econômica da atividade cafeeira na segunda metade do século XIX caminhava lado a lado com suas limitações. Lima (2000) relata a escassez de terras para a cafeicultura, o envelhecimento dos cafezais, a escassez de recursos financeiros, precariedade das estradas, inexistência de bons portos, atrasos tecnológicos e as grandes secas.

Quanto às técnicas de cultivo, deve-se salientar que inicialmente o café foi cultivado a pleno sol, associado a técnicas simples, como as queimadas para limpa do terreno, a broca. Tais práticas favoreceram o processo de degradação da área. “A

queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias” (DEAN, 2000, p. 206).

Esta prática ocorreu no país como um todo, e na região específica a que esse trabalho se refere não foi diferente, pelo menos nos primeiros anos da atividade. Sendo esta praticada sem a percepção de que em longo prazo a mesma não se sustentaria do ponto de vista ecológico e econômico: “sem orientação científica e pelo método rotineiro de devastação das matas, teve de declinar pela modificação seqüente do *habitat*, de modo a reclamar a proteção da arborização e diminuir a sua produção” (CATÃO, 1937, p. 66).

A percepção de que algumas árvores de café crescidas embaixo das sombras de árvores maiores resistiam melhor às intempéries, levou os produtores a optar por um sistema de cultivo consorciado. Os cafeicultores passaram, então, a se preocupar em proteger as plantações contra o sol e chuvas intensas no local, utilizando um cultivo em consórcio com árvores de sombra. Os produtores fizeram experimentações empíricas com algumas plantas que acreditavam favorecer tal sombreamento, dentre elas o camunzé (*Pithecolobium polycephalum Benth.*) e a ingazeira (*Ingá bahiensis Benth.*)⁴⁴. Esta última se destacou como a melhor opção, pois, além de oferecer ao café boa sombra, as folhas da ingazeira que caem no chão favorecem a adubação do terreno (STUDART, 1928; LIMA, 2000). Hoje a ingazeira representa a principal espécie de sombreamento das plantas do café em toda a área do Maciço de Baturité.

A mudança de atitude no século XIX, no que se refere às técnicas de cultivo do café, possibilitou um reflorestamento na serra de Baturité e contribuiu para a manutenção da atividade cafeeira em longo prazo.

A relevância econômica da atividade cafeeira para o Ceará foi efêmera. Importante produto das exportações cearenses na metade do século XIX, a atividade chega ao final do século fragilizada e em declínio.

Ao discutir as razões que levaram a atividade cafeeira cearense, em especial na Serra de Baturité, à condição de declínio, cumpre considerar a discussão que Lima (2000) ao salientar as secas, pragas, dificuldades de transporte, a falta de apoio

⁴⁴ Segundo Studart (1928), nos primeiros três anos a ingazeira não se desenvolve muito; entretanto, a partir desse período cresce rapidamente até que, entre o sexto ou sétimo ano, sua sombra é oferecida em medida necessária para proteger a planta do café.

governamental como fatores relevantes; entretanto, em si mesmos tais fatores são insuficientes para explicar o porquê de a produção do café ter caído o suficiente para o Ceará passar de uma posição de exportador a importador (LIMA, 2000). O autor sustenta que a forma de uso da terra foi determinante para isto:

Enquanto os lavradores contaram com matas suficientes para serem substituídas por cafezais novos, a produção ia num crescendo. Quando, no entanto, as fronteiras foram se fechando, isto é, quando as matas foram sendo reduzidas e as áreas se estreitando para a cultura do café, este foi tendo sua produção também sendo diminuída por conta do envelhecimento dos cafezais e desgaste do solo. O fechamento da fronteiras, portanto, deve ser considerado o fator principal para a redução da produção de café na serra de Baturité (LIMA, 2000, p. 150).

No início do século XX a economia cafeeira cearense, e mais especificamente na região de Baturité, encontrava-se sem nenhuma expressão econômica nacional. O estado que, na metade do século XIX, era exportador de café, passou a importar esse produto, como tratado anteriormente.

5. A CULTURA CAFEIEIRA E SUAS RELAÇÕES ECOLÓGICA E SOCIOECONÔMICA NO MACIÇO DE BATURITÉ

Era uma distribuição de riqueza desigual
(Valdivino, ex-trabalhador da lavoura cafeeira em Guaramiranga)

5.1 A posse da terra: colonização, administração e cotidiano dos proprietários rurais cafeeicultores

Para compreender a trama socioeconômica que envolve a produção do café no Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica, foi necessário adentrar o cotidiano das unidades produtivas locais, conhecer pessoas, seus hábitos, suas memórias e suas impressões. Foi preciso também percorrer os espaços das plantações, vivenciando etapas do processo produtivo dessa atividade, para que se pudesse ter um olhar articulado às várias possibilidades que a discussão sugere.

Este capítulo contém, principalmente, os elementos coletados ao longo do período dedicado ao trabalho de campo. Além das entrevistas, contou-se com documentação cedida por alguns produtores locais, tais como diários, cadernetas de notas, levantamentos realizados, mapas e fotografias históricas. O contato humano, tanto nos diálogos como no adentrar das casas, além de compartilhar refeições, caminhadas e as formas de apresentação dos acervos pessoais – tudo isto permitiu um contato com as memórias e as práticas das comunidades, especialmente daqueles que lidam direta ou indiretamente com a produção cafeeira.

Vários dos relatos tratados neste trabalho são frutos de memórias familiares, passadas de geração em geração. Vale ressaltar que elementos observados nas pesquisas realizadas nos arquivos e a leitura de bibliografia específica também são percebidos no que foi dito por estas pessoas.

As conversas com trabalhadores dentro do espaço da lavoura do café rendeu muitos questionamentos e elucidações sobre os tipos de relações sociais de produção que se estabeleceram ao longo da história e acerca das formas de organização das unidades produtivas. Pôde-se observar inclusive que tais formas tinham por modelo a produção agrícola cafeeira do Sul, cujos padrões foram adaptados à realidade local. Houve um longo processo de adaptação e readaptação para que a atividade cafeeira se afirmasse na região do Maciço de Baturité. Ainda hoje, em alguns sítios encontramos

evidências na arquitetura e nas memórias familiares da fase “áurea”⁴⁵ desta atividade naquela região. Para compreender melhor os diferentes momentos da atividade cafeeira, cabe remeter primeiramente ao povoamento do Ceará e da região.

No Ceará o processo de ocupação do território foi marcado pela expulsão, domínio e morte dos povos que ali se encontravam anteriormente: “não havia qualquer reconhecimento dos direitos dos povos que habitavam estas terras há pelo menos 100 mil anos” (PINHEIRO, 2008, p. 23).

A concessão de sesmarias, que garantiria a ocupação efetiva do território, era condicionada ao lucro que estas trariam à metrópole. Firmava-se um contrato em que o proprietário teria cinco anos para tornar a sua parcela de terra produtiva. Os meios para honrar este acordo foram violentos e com um alto preço pago sobretudo pelas populações indígenas. Estas foram expropriadas de suas terras e submetidas ao trabalho forçado pelos que chegaram, em cumplicidade com o Estado. “Fica, mais uma vez, explícita a eficácia do Estado metropolitano para garantir os interesses dos colonos, autorizando inclusive o extermínio dos povos nativos e, por outro, a completa conivência em relação aos abusos perpetrados por esses mesmos colonos contra esses povos” (PINHEIRO, 2008, p. 39).

No Maciço de Baturité, especificamente, apesar do primeiro registro da presença de portugueses datar de 1655, através dos jesuítas, o efetivo “povoamento de colonização” da serra começou no século XVIII. A concessão de sesmarias no Ceará foi iniciada a partir de 1678, mas somente a partir de 1718 foram concedidas as primeiras sesmarias na região de Baturité.

Nos primeiros momentos a ocupação se deu pelas partes mais baixas do Maciço, graças à facilidade de exploração que esta área oferecia. No final do século XVIII, as terras mais altas foram dominadas (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2007, p. 20).

A tabela a seguir, elaborada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, dá uma idéia das primeiras ocupações do colonizador naquela região.

⁴⁵ Áurea aos olhos daqueles que se beneficiaram dos lucros da atividade cafeeira.

TABELA 3 - Primeiras Sesmarias do Sopé da Serra de Baturité

DATA	CONCESSIONÁRIO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (LÉGUA) (5.280 m)
23.02.1718	Pe. Felipe Pais Barreto	Riacho Comari (Rio Choró) na Serra Cariancó (Baturité)	4 x 0,5
28.11.1727	Tomé Calado Galvão e mais seis companheiros	Ilhargas do Tio (SIC) Choró ao Norte da Serra de Uiuteretê (Baturité)	14 x 1
04.02.1735	Manuel Rodrigues das Neves	Serra de Iboyutê (Baturité)	3 x 1
02.06.1735	Pedro da Rocha Maciel	Riacho que nasce na Serra de Baturité	3 x 1
17.11.1736	Teodósio de Pina e Silva	Brejo Coité que nasce da serra de Baturité	3 x 1

Fonte: SEMACE, Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité, 1992, p. 63.

Segundo Campos (2000, p. 10), as condições climáticas favoráveis da região do Maciço de Baturité, quase nunca atingida pelas secas cearenses, tornaram-na um local atraente para aqueles que buscavam a obtenção de sesmaria em terras potencialmente produtivas.

Apesar do incentivo para a concessão de sesmarias, justificada pelo já descrito interesse no clima ameno da região, a dificuldade de acesso às áreas mais elevadas conduzia à desistência de muitos em tomar posse de suas propriedades. Esta atitude retardou o processo de ocupação na serra.

Como freqüentemente ocorria, um ou mais 'hereo', deixava de 'povoar' suas terras e isso motivava a penalidade contratual de comisso, isto é, a perda de concessão, por não cumprimento das exigências das leis sesmarial, a posse efetiva, o aproveitamento da terra no prazo estipulado (LEAL, 1972, p. 194).

Segundo Farias (2001), outros problemas eram enfrentados na época. O primeiro deles era a resistência indígena em deixar suas terras; o segundo refere-se ao proveito de pessoas envolvidas com o comércio de terras, as quais na maioria das vezes agiam de forma irregular nas vendas dos terrenos. Áreas que inicialmente possuíam uma extensão considerável, após serem abandonadas eram repartidas e revendidas a outros interessados.

Existiam os chamados posseiros. Eles viviam praticamente disso, era uma espécie de comerciantes, que vinham, delimitavam as terras, ajeitavam tudo e vendiam para outros. Aconteceu muito isso com posseiros da época, principalmente aqui em cima da serra. [...] Quanto maior a dificuldade de

subidas, de acesso, menor as propriedades, porque os donos abandonavam, aí vinha os posseiros, assumiam e depois vendiam (MARCÉLIO FARIAS, autor do livro *Nossa História de Conceição a Guaramiranga*, 44 anos, depoimento em julho de 2007).

As populações indígenas refugiavam-se nas regiões mais altas, onde a vegetação espessa e fechada⁴⁶ criava fortalezas protetoras. Entretanto, quando vieram as secas de 1777-1778 e 1790-1793, as serras começaram a ser vistas como a possibilidade de sobrevivência para o gado e para as pessoas. Neste período o sertanejo sobiu e ocupou economicamente a serra, expulsando o índio. Esta prática se assemelhou a processos de ocupação de outras regiões, onde terras invadidas e a população que já ali habitavam foram expulsas de seu território.

Apesar da resistência, tribos⁴⁷ inteiras foram perseguidas, escravizadas ou expulsas das áreas mais altas, onde inicialmente se refugiaram, e passaram a habitar o sopé da serra, já em processo de aculturação, cedendo espaço ao sertanejo e suas atividades de exploração (CAVALCANTE, 2005, p. 31).

A possibilidade de plantar e conseguir alguma renda com a terra passou a atrair novos grupos interessados em adquirir propriedades no Maciço de Baturité. O café apareceu como um dos impulsionadores do povoamento da região.

Considerando-se que a ocupação da serra de Baturité se iniciou nos finais dos séculos XVIII e inícios do XIX, tornando-se mais efetiva só após a introdução do café, quando as concessões de sesmarias já não aconteciam, restava para os pioneiros a posse. Para os que chegaram num segundo momento, a compra passou a ser a única forma possível de adquirir terra legalmente (LIMA, 2000, p. 64).

O sertanejo subiu a serra, mas não abandonou suas propriedades no sertão. A rotina era de parte do ano na serra (durante o verão), e o restante dos meses no sertão. Quando o inverno chegava, era hora de voltar às terras mais baixas: “Todo serrano tinha uma fazenda no sertão. Um pedacinho de terra pra botar seus burros, pra botar seu gado. Aquele pessoal, quem tinha um terrenozinho aí passava o verão na serra e o inverno no sertão” (Geraldo Farias, Médio produtor, 83 anos, depoimento em julho de 2007).

A afirmação acima traduz uma memória idealizada do passado, justificada pela experiência de uma classe distinta, o médio produtor. A posse de terras nas duas regiões era comum para uma determinada esfera social, representada por pequenos e médios produtores, todavia uma boa parte da população que tinha a mesma prática de

⁴⁶ Era uma mata com pau-d’arco, jacarandá, maçaranduba, algelis, pirauas e uma diversidade de arbustos e trepadeiras (FARIAS, 2001, p. 11).

⁴⁷ Incluem-se neste grupo canindés e jenipapos (CAVALCANTE, 2005).

transumância era proprietária apenas de sua força de trabalho.

O clima das serras é mais temperado que o do sertão e acontece que os terrenos daquelas freqüentemente são menos permeáveis ou que, pela disposição própria, alimentam naturalmente regas copiosas e prolongadas; daí provém que em geral os terrenos das elevações são mais preferidos para a cultura, atendendo à habitual secura das baixas [...] condições tão vantajosas fazem que as serras se tornem os principais celeiros de alimentação, produzindo o pão do povo e os legumes, enquanto os sertões são aproveitados para a criação dos gados (GABAGLIA, 1877, p. 65).

No Maciço de Baturité, a atividade canavieira, que precedeu a do café, foi trazida pelos primeiros sesmeiros, que vieram de Pernambuco e implantaram seus engenhos na região. A “Grande Seca”, que durou de 1790 a 1793, resultou em queda nesta atividade e deu espaço para diversificação agrícola, entre cujas novas atividades estava o café (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2007). Apesar disso, a indústria ligada à cana no Maciço de Baturité se manteve ativa por todo século XIX e século XX.

Em 1824 o café foi introduzido na serra e com ele deu-se a intensificação do povoamento. Segundo Lima (2000), em 1860, na cidade de Baturité, somando-se as residências e os comércios, existiam 400 casas. Não por acaso entre 1860 e 1865 a produção cafeeira no Maciço de Baturité alcançou a produção de 8.321.717 kg, ou seja, podemos seguramente relacionar o incremento do povoamento ao incremento da produção agrícola. “A serra, coberta de florestas com inúmeras vertentes, intensificou o seu povoamento de 1825 em diante pela emigração sertaneja da seca daquele ano e pela cultura do café, que com êxito foi ao mesmo tempo ensaiada” (CATÃO, 1937, p. 66).

A introdução do café marca o início de um novo período para a região. Os produtores buscavam naquele momento uma atividade que justificasse os custos na produção.

Foi quando eles começaram a ouvir a história do café no Sul que estava dando muito dinheiro, enriquecendo muita gente. Então eles começaram a imaginar que poderia também ser plantado aqui na serra. A partir de 1824 surgiu a intenção de plantar o café e permanecer como uma cultura permanente [...] o café diferentemente, fixou a população aqui. Ele precisava de muita mão-de-obra. O café precisava ser colhido, brocado, tem que limpar, tem que manejar ele, tem que pilar, é muito trabalhoso. Ele necessita de fixação de mão-de-obra. Foi aí que começou a fixação, foi aí que começou a surgir os primeiros sítios da serra. Os primeiros sítios da serra começaram a surgir a partir desses movimentos de adaptação do café (MARCÉLIO FARIAS, autor do livro *Nossa História de Conceição a Guaramiranga*, 44 anos, depoimento em julho de 2007).

Já na primeira metade do século XIX a região entra como uma das mais importantes na produção do café no Ceará. Em nível nacional, a atividade

experimentava um período de crescimento e o Ceará acompanhou essa tendência do mercado. Nesse período a região de Baturité representava boa parte da produção do estado. “Esse café daqui foi exportado. Meu pai vendia muito café para a Europa. Ele começou a ser exportado aqui da serra em 1845. Ele era remetido para o porto da Antuérpia – Bélgica. Depois disso diversificou para a Holanda, Inglaterra” (JOÃO CARACAS, médio produtor, 77 anos, depoimento em julho de 2007).

Fazendo-se referência à tabela 2 no capítulo III, que apresenta as exportações do café pelo porto do Ceará, é possível observar que no período entre 1845-1850 foi exportado um volume correspondente a 176.757 kg de café.

O deslumbre com o próspero caminho tomado pelos produtores de café em São Paulo estimulou a introdução desta atividade no Ceará, como mencionado anteriormente, e durante algum tempo foi o referencial de progresso para os produtores cearenses. Não por acaso Studart é enfático quando se refere ao café do Sul como “sinônimo de riqueza” e “feiticeiro a distribuir fortuna” (STUDART, 1928, p. 99).

No final do século XIX esse produto entrou em declínio, chegando a ser importado na década seguinte. O barão de Studart, no texto “Ligeiras notas sobre o café no estado do Ceará”, registra que em 1923 o Ceará importou, pelos portos de Fortaleza e Camocim, 1.086.120 kg de café: “No Sul do país é sinônimo de riqueza, é um pacto, é um feiticeiro a distribuir fortuna: no Ceará, atualmente, servirá para atestar os efeitos desastrosos do apego aos processos condenados, do amor à rotina, e para atestar a indiferença dos poderes públicos, cujo favor se cifra no arrocho dos impostos” (STUDART, 1928, p. 99).

O autor expressa em seu texto a decepção com o caminho que tomou essa atividade. Os “processos condenados” se referem, conforme aqui se considera, às técnicas de cultivo rudimentares e relações de trabalho atrasadas. Além disso, o texto menciona a “indiferença dos poderes públicos”, caracterizada no “arrocho dos impostos”, ou seja, as políticas governamentais não apenas eram insatisfatórias, mas desestimulavam a expansão da atividade. Tal afirmação pode ser comparada com a atual situação da cafeicultura na região, a qual se encontra inexpressiva e esquecida pela políticas de governo.

Mesmo em declínio, no início do século XX algumas famílias ainda se apresentavam para a sociedade de acordo com um estilo próprio dos abastados da época. Ainda hoje é possível reconhecer este estilo próprio quando se trava diálogo com os produtores. Ele se reflete na forma de conversar, no próprio discurso, na forma de

receber o pesquisador em sua casa – são detalhes que distinguem os produtores descendentes de famílias tradicionais de todo o restante.

Algumas imagens obtidas junto aos acervos pessoais dos entrevistados podem elucidar melhor o empenho em reiterar, nos depoimentos, essa diferenciação entre moradores “comuns” e membros de grupos familiares outrora abastados. As figuras 6 e 7 representam o sítio São Luís, localizado em Pacoti, em dois períodos. A primeira foto, tirada em 1929 (figura 6), mostra um período em que a atividade cafeeira já se encontrava em declínio. Mesmo assim é possível observar a opulência do casarão e ostentação da família de grandes sítios de café. Hoje, como retrata a figura 7, suas lavouras estão abandonadas, mas preservam-se instalações utilizadas no passado para a atividade do café.

Apesar de não se poder falar de barões do café, como ocorreu no Sudeste do Brasil, algumas construções visitadas impressionam pela opulência e testemunham o período em que as famílias tradicionais, sustentadas principalmente pela atividade cafeeira, conseguiam a manutenção de seu status. Muitas destas enviavam seus filhos para estudar em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Às famílias mais abastadas era possível proporcionar aos filhos educação na Europa.

Nestas propriedades se encontram até hoje grandes espaços antes destinados à faxina de secagem do café, os espaços onde o café era armazenado, alguns equipamentos utilizados na atividade cafeeira ou canavieira. Além disso, os pés de café continuam espalhados nos terrenos das antigas lavouras.



Sítio São Luís 1929

FIGURA 6 - Sítio São Luís em 1929.

Fonte: Oliveira, 2008.



FIGURA 7 - Sítio SãoLuís em 2008.

Fonte: Alcântara. Setembro 2008.

5.2 Relações socioeconômicas e culturais - A rotina da lavoura cafeeira

Para compreender as relações socioeconômicas, adentrou-se o cotidiano da lavoura cafeeira, privilegiando a categoria trabalho. Este olhar sobre a atividade cafeeira leva em conta a contribuição teórica de Karl Marx.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe-se em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-os forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1982, p. 202).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*⁴⁸ de Karl Marx, o trabalho é apresentado a partir do seu duplo caráter. Primeiramente visto como uma característica do capitalismo, já que o homem só é reconhecido neste sistema como alguém que trabalha por um salário; a segunda característica se refere ao trabalho como um dos aspectos da atividade humana, “que deve ser usufruído como atividade que realiza uma parte das potencialidades humanas” (SOBRAL, 2005, p. 17).

Esses elementos teóricos ganham sentido a partir do contato com o cotidiano dos trabalhadores da lavoura cafeeira. É ali que as relações de trabalho se efetivam no cumprimento das metas, na determinação do valor a ser pago ao trabalhador, no horário de trabalho e na prática utilizada para os tratos culturais da lavoura. É nesse espaço que os conflitos entre duas classes distintas, proprietários e trabalhadores, se estabelecem. De um lado, a luta por salários e condições mais dignas de trabalho e, de outro, a busca por lucros mais expressivos. No trecho a seguir os relatos dão conta de tais conflitos.

A prosperidade do café aconteceu num período onde 40 pessoas trabalhavam para uma. [...] Antes de 1960 eram 20 pessoas trabalhando para uma. O pagamento era miserável aos trabalhadores. Quando criaram os sindicatos na época de João Goulart, os produtores passaram a ter mais cuidado e ficaram preocupados porque agora os trabalhadores estavam apoiados pela lei (ZÉ VALDIVINO, ex-feitor, 77 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

As relações que se estabelecem entre os proprietários e trabalhadores que lidam diretamente com a lavoura se concretizam no dia-a-dia. Em algumas das propriedades estudadas observou-se que estas relações são mediadas pela figura do feitor. Sua presença é encontrada nas propriedades maiores. Este trabalhador assume as funções de

⁴⁸ Texto escrito por Karl Marx em 1844 e publicado em 1932 (quase um século mais tarde). Trata-se de uma crítica política ao capitalismo e às categorias nele inseridas.

um administrador da propriedade, ficando sob sua responsabilidade a segurança e manutenção do sítio, os pagamentos e o trato direto com os trabalhadores na produção.

A prática de contratação de feitores é registrada no Maciço de Baturité já no século XVIII, ou seja, não é algo novo. Entretanto, o que chama a atenção são as diferenciações construídas historicamente. Desde seu início esse tipo de relação foi marcada pela confiança que o proprietário do sítio tinha no feitor (o qual era considerado um homem com grande conhecimento prático do trabalho na lavoura) e ao mesmo tempo pela capacidade de lidar com as questões que envolviam os trabalhadores.

O proprietário só vinha de ano em ano. Ou mandava o dinheiro ou então o fornecedor recebia o café pelo preço e pagava aquelas coisas. Mas todo mundo tinha cuidado de plantar o café, replantava. Zelava muito o sítio. Os proprietários tinham mais orgulho de dizer “no meu sítio eu replantei tantos pés de café”, “meu sítio deu tanto”, “meu feitor era um homem direito, me deu um lucro grande, um sujeito honesto” [...] Sempre naquele tempo era feitor, mas era numa grande propriedade, era melhor o sujeito ser feitor do que ser um proprietário porque merecia confiança. Era um homem de muita sabedoria, que conhecia os terrenos como se fosse um agrônomo hoje [...] Já em 1888 papai conta que ele tinha um tio que não era proprietário, não, era feitor. Você entrega uma propriedade a um agrônomo pra ele desenvolver e esse meu ti tomava conta. Um cidadão entregou um sítio a ele e ele, com a experiência dele, foi indo (GERARDO FARIAS, médio produtor, 83 anos, depoimento em julho de 2007).

Esta fala destaca a relação de confiança que se estabelece com o feitor e o significativo valor de ser digno de tal confiança: “era melhor o sujeito ser feitor do que ser um proprietário porque merecia confiança”. Outro aspecto que merece destaque é a comparação entre o saber prático e o acadêmico. Ao comparar o feitor, que desempenha sua função a partir da prática, com o agrônomo, que estudou, o senhor Gerardo Farias nos dá uma clara amostra de que existe todo um saber na função de ser feitor.

As relações de trabalho, dentro da lavoura cafeeira no Maciço, passaram por modificações importantes que se adequaram às condições históricas⁴⁹. A figura do feitor hoje se distingue daquela que prevalecia no início do século XX. Atualmente, as condições materiais objetivas em que atua são consideravelmente superiores ao que se observava anteriormente. Antes, com o escravo, o feitor estabelecia uma relação para além do controle da produção, fundamentada na coerção e no domínio físico. Hoje, as relações são formalizadas. Inclusive a relação entre patrão e feitor, cuja contratação é, geralmente, formalizada com a assinatura de sua carteira de trabalho e garantia dos

⁴⁹ Este não é um fenômeno particular da atividade aqui estudada, mas segue a lógica de flexibilidade do capital, desde que esta garanta sua auto-reprodução.

direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas. Seus filhos estudam na capital, como o filho do patrão, e têm a possibilidade de ingressar na universidade.

As funções do feitor foram descritas pelo presidente da Associação dos Produtores Rurais do Maciço de Baturité. Segundo seu relato, “era comum a presença do feitor nas apanhas de café”. Dentre suas obrigações, incluía-se a distribuição das mulheres ao longo das carreiras de café na colheita.

Acompanhando o grupo de mulheres, baixando um galho quando elas não podem, tirando bichos como cobras, maribondos, além de fazer o serviço que sobra. Por exemplo, a mulher passou e não apanhou o galho todo, sobrou alguns caroços, ele passa com o borno (um saco) e tira os caroços que vão sobrando. Fazendo o trabalho da levanta, que é levantar algum galho que ficava baixo quando as mulheres puxavam. A substituição de boa parte das mulheres pelos homens na colheita foi mais interessante para alguns produtores, pois, por mais que os homens quebrem alguns galhos, ele já faz o serviço de levanta, acabando com a necessidade de um feitor (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

A descrição acima revela as relações sociais construídas dentro do processo produtivo. A força de trabalho foi mão-de-obra escrava indígena, e de pessoas que provinham de regiões mais pobres, mas eram “livres”⁵⁰. Mesmo assim, há registros de escravidão na região. Muitas pessoas subiam a serra em busca de trabalho e comida. Trabalhavam nos sítios em troca de comida ou dinheiro para comprar alimento. Eram pessoas que mantinham o movimento sertão-serra anualmente, como descreve o sr. João Caracas.

Os trabalhadores eram o pessoal que vinha do sertão e ficavam por aí (...) Na época de seca, eu era menino. Naquele tempo o governo não dava nada a ninguém. Ficava as barraquinhas e meu pai dava trabalho a eles pra comida. As pessoas trabalhavam entre setembro e janeiro, aí quando dava a primeira chuva no sertão eram como avoante, batiam asas e voavam (JOÃO CARACAS, médio produtor, 77 anos, depoimento em fevereiro de 2009).

Além dos trabalhadores sazonais, os proprietários de sítios mantêm, até hoje, moradores, mesmo que numa proporção menor. Afora a moradia, nos sítios maiores, os moradores recebem um pagamento pelos serviços prestados. Na maioria das propriedades visitadas, essas famílias têm a alternativa de trabalhar como diarista em sítios próximos, desde que o patrão não tenha necessidade de seus serviços. A moradia foi utilizada muitas vezes como um meio de coagir o trabalhador: este e sua família deveriam estar disponíveis para o trabalho do sítio a qualquer hora.

⁵⁰ Eram livres para vender sua força-de-trabalho a um valor ínfimo, determinado pelo contratante dono do sítio.



FIGURA 8 - Casa de Moradores - Sítio Bagaço.
Fonte: Alcântara, Fevereiro de 2009.



FIGURA 9 - Casa Grande do Sítio Bragaço e no nível inferior, Entrada da Senzala.
Fonte: Alcântara, fevereiro de 2009.



FIGURA 10 - Espaço Interior da Senzala.
Fonte: Alcântara, fevereiro de 2009.

No Ceará, do ponto de vista quantitativo, a utilização da mão-de-obra do escravo negro foi pouco expressiva, quando comparada a outras regiões do país. Entretanto, isto não minimiza o significado da presença desta força-de-trabalho, nem tão pouco reflete um tipo de escravidão marcada por um tratamento mais humano por parte dos senhores para com seus escravos (FUNES, 2007).

A partir das últimas décadas do século XVIII esta força-de-trabalho foi bem utilizada em atividades como a do algodão e pecuária (Funes, 2007). Embora na cafeicultura a força-de-trabalho livre tenha sido predominante, tem-se registros do uso de força da trabalho escrava.

Quando a atividade cafeeira foi introduzida, o estado ocupava a posição de exportador de escravos. Este fator explica a discrepância entre a população de escravos e de homens livres em Baturité. Em 1872 Baturité possuía 26.388 homens livres para 744 escravos (FUNES, 2007, p. 112). Apesar disso, alguns sítios possuíam escravos e senzalas. A figura 9 e figura 10 são fotos de um casarão e sua senzala, onde, no compartimento inferior, se amontoavam os escravos.

Outro aspecto a ser destacado era a presença significativa da força de trabalho feminina na colheita do café, desde o início da atividade cafeeira no Maciço de Baturité. Aos homens cabiam as atividades de roçar, podar, limpar os canteiros de café, que eram realizadas ao longo do ano. Essa presença feminina na colheita é confirmada pelo depoimento abaixo.

A luta maior era na colheita do café. Porque era, mulher, muita gente. Se não tivesse um feitor no tempo da apanha, ficava um pé de café que deixavam. Eram dois feitores. Quando um faltava, eu vinha com um primo meu [...] A função do feitor era ajudar as mulheres e verificar se ficava algum pé sem apanhar. Porque elas às vezes deixavam assim porque aqueles galhos mais altos elas não conseguiam baixar e o feitor baixava os galhos e ficava segurando para elas colher o café (ALFREDO FARIAS, médio produtor, 101 anos, depoimento em julho de 2007).

Ainda hoje, no período da colheita, ocorre um maior número de contratação nas unidades produtivas. No espaço da lavoura se reúnem homens e mulheres de faixas etárias distintas, que se posicionam segundo as fileiras dos pés de café a serem colhidos. A jornada de trabalho varia entre oito e dez horas diárias. As mulheres envolvidas na colheita são acompanhadas em parte do dia por seus filhos, que se juntam ao grupo antes ou depois do horário da escola. Em muitos sítios o pagamento é feito com base

numa lata de 18 litros⁵¹. As pessoas colhem o café num balaio, um tipo de cesto de palha, como pode ser visto na figura 11 e figura 12. Depois de colhido, o café é trazido pelos trabalhadores para um local chamado barreiro, onde prestam conta da colheita com o patrão. Cada lata equivale ao pagamento de quatro reais.

Atualmente, com a queda da produção, os trabalhadores têm exigido cada vez mais o pagamento da diária equivalente a R\$ 15,00, pois muitas vezes não chegam a colher, sequer, um balaio no dia de trabalho.

A prática de colher café exige destreza e atenção para que não sejam deixados frutos de café nos galhos e para que os pés de café não sejam machucados ou arrancados. Uma das funções do feitor, cujo papel já foi destacado, é cuidar deste aspecto da produção. O senhor Alfredo Farias descreve o trabalho do feitor durante a colheita da seguinte maneira:

Se não tivesse um feitor no tempo da panha, ficava um pé de café que deixavam. Eram dois feitores. Quando um faltava eu vinha com um primo meu. Ele era muito jeitoso, não maltratava as mulheres. Quando nós foi pro colégio, papai chamou um parente dele, mas o bicho era meio adoidado. Porque uma mulher tinha deixado um galho de café, ele queria que ela voltasse pra ir apanhar um galho de café que tinha ficado lá. Ela com aquele cesto cheio na cintura e a pobe já ia lá embaixo. Quando o feitor dá fé, logo ele chama. Porque o feitor que é cuidadoso mesmo, ele fica, as mulheres pegam o galho de café, ele vai acompanhando logo e vendo se fica algum. Elas tando perto não fazem questão de apanhar, mas já indo lá embaixo pra voltar. E teve uma que era meia danada, era até do Catolé essa moça, Raimunda Geralda, e não quis voltar. “O senhor devia ter me mostrado era antes, quando eu tava perto, mas agora pra voltar com esse balaio cheio eu não vou”. Aí ele cortou a corda da feitura da mulher, aí ela foi se embora, disse só papai. O papai deu um conselho a ele, que não era assim, não. Já meu primo todas gostavam. Ele tratava bem e era tão delicado. Às vezes elas deixavam não era porque queriam, não. O café era fechado. E ele mostrava: “Olha, fulana, aqui tem um galho”. Ele às vezes, porque o galho era muito alto, ele baixava pra ela ficar apanhando (ALFREDO FARIAS, médio produtor, 101 anos, depoimento em julho de 2007).

Observa-se a necessidade por parte do proprietário de garantir uma colheita completa, sem deixar nenhuma planta com frutos. A destreza dos trabalhadores é importante para garantir o retorno do capital investido na lavoura.

⁵¹ No passado, utilizavam-se três balaio com tamanhos distintos: um pequeno, cuja medida era de 20 litros, servia para medir o café colhido; um médio, utilizado pelos trabalhadores para colher o café; e um grande, deixado no espaço chamado barreiro, onde se prestava conta do café colhido.



FIGURA 11- Família na Colheita do Café em Mulungu.
Fonte: Alcântara, agosto de 2008.



FIGURA 12 - Homens Colhendo o Café em Mulungu.
Fonte: Alcântara, agosto de 2008.

Os frutos não colhidos causam perdas financeiras para o proprietário, pois a quantidade que chega à etapa de medida não representa a quantidade produzida pelas plantas de café. Além disso, frutos deixados nas plantas podem causar a broca (*Hypothenemus hampei*)⁵². Esta praga pode comprometer não só a colheita do ano seguinte, pois os besouros se espalham pela lavoura com rapidez.

Desde quando a atividade cafeeira foi introduzida no Maciço de Baturité, uma das funções do feitor é garantir que as perdas financeiras do proprietário sejam mínimas. Dessa forma, usa de sua autoridade para que o trabalho de quem colhe seja realizado.

Por esta razão, o feitor é descrito como um indivíduo zeloso que cuida para que os frutos sejam inteiramente colhidos. Por outro lado, conhecemos o exemplo do feitor “adoidado”, que obriga a apanhadeira a voltar para concluir o trabalho. O exemplo citado descreve também a resistência da moça “danada”, que se nega a cumprir a ordem do feitor. Esta narrativa ilustra a atividade da colheita como um universo de possibilidades, em que conflitos e tensões estão presentes.

Ao longo dos anos, o número de mulheres que rejeitam o trabalho de apanhar o café tem aumentado consideravelmente. A decadência da produção levou a uma queda na renda dos que trabalham na apanha, já que se paga por quantidade de café colhido. Este fator e a oportunidade de trabalhos em casas de veraneio, hotelaria ou restaurantes têm ocasionado a “masculinização” da colheita do café.

As mulheres não têm hoje em dia interesse de apanhar o café porque elas acham que é um trabalho que não oferece a renda que elas merecem e que podem ganhar mais em outras funções. Por conta disso, com o tempo essa atividade foi sendo apropriada pelos homens. No passado as mulheres tiveram um importante papel como apanhadeiras de café. Isso acontecia pelo fato delas serem consideradas mais frágeis e o café precisa dessa delicadeza no apanhado, já que a planta em si é quebradiça, e a mulher como não tinha muita força para quebrar os galhos da planta no apanho do café, eram

⁵² Esta praga é originária da África. Consiste num inseto que em fase adulta “é um pequeno besouro de coloração escura e brilhante, tendo o corpo cilíndrico, robusto, recurvado para a região posterior, com o primeiro segmento do tórax bem desenvolvido e recobrendo a cabeça (...). Cada macho copula com 10 fêmeas ou mais, dentro do fruto. (...) A fêmea fecundada perfura o fruto na região da cicatriz floral ou coroa, fazendo uma galeria através da polpa, ganhando o interior de uma das sementes. Alarga, então, a galeria, transformando-a em uma pequena câmara onde realiza a postura (...). A broca ataca o café nos vários estágios de desenvolvimento: frutos verdes, maduros e secos. Frutos chumbinhos não são os preferidos, mas também são atacados. (...) Após a fêmea penetrar no fruto e fazer galerias com a respectiva câmara de postura, surgem as larvas que vão destruir total ou parcialmente a semente. Altas infestações diminuem a porcentagem de grãos perfeitos e aumentam a de grãos perfurados, de escolha e de grãos quebrados, determinando, em consequência, uma sensível perda de peso além do mal aspecto e sabor. Outro prejuízo atribuído a broca é aquele referente a queda de frutos” (Disponível em: <<http://www.agrobyte.com.br/cafe.htm>>. Acesso em 27 mar. 2009).

consideradas as melhores para esse serviço, diminuindo o prejuízo do patrão (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

A opção pela força de trabalho feminina decorria da necessidade de reduzir ao máximo as perdas financeiras na colheita. Podemos inferir que pesava sobre as mulheres uma dupla exigência: colher e zelar pelas plantas de café.

Mas, não é apenas a prática de utilizar a força de trabalho da mulher que tem sido modificada na lavoura cafeeira. É cada vez mais raro o envolvimento da família como um todo nesta atividade.

No final do século XIX (1875), começo do século XX (1901) era mais rústico, mas a terra era melhor. Era mais descansada, não tinha bolsa que o governo dava pra todo mundo, o povo trabalhava mais. Hoje em dia, pra você arranjar uma pessoa que lhe ajude, é difícil. O cara que é aposentado e recebe 2 salários não quer trabalhar. Eu procuro pagar mais ou menos, mas é difícil. Agora, com essa revolução que está havendo, os bacanas tudo comprando terreno aqui e fazendo casa aqui, é que fica difícil. Quem tem casa desocupada paga mais do que a gente pode pagar pra ajudar na casa deles (ALFREDO FARIAS, médio produtor, 101 anos, depoimento em julho de 2007).

O senhor Geraldo Farias fala de uma “revolução” e de “bacanas comprando terrenos”. Estas duas expressões descrevem muito bem o deslocamento da força de trabalho da agricultura para o terceiro setor. Existe uma burguesia urbana que tem investido seu capital naquela região. Esses indivíduos pagam mais caro pela força de trabalho e com isso atraem os trabalhadores, antes empregados na agricultura. Daí vem a “revolução”, que nada mais é do que a destruição de um modo de vida local em favor da lógica urbana. O pagamento que o senhor Geraldo descreve como justo não é suficientemente atraente.

O gráfico 1 abaixo apresenta a distribuição do PIB setorial de 2006 nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti. O gráfico foi construído a partir da tabela 4 e mostra a forte influência no setor de serviços para o crescimento do PIB nos cinco municípios. No caso de Baturité, a discrepância entre o terceiro setor e os outros dois está vinculada ao comércio, que representa importante atividade no município. Em municípios como Mulungu, Pacoti e Guaramiranga vem-se verificando o aumento do número de sítios e atividades voltadas para o turismo receptivo. Os investimentos voltados para agricultura têm sido direcionados para atividades como hotelaria, restaurantes e comércio imobiliário. A evolução histórica comparativa mais detalhada entre o PIB dos três setores está disponível em anexo, onde

pode-se ver que desde 2002 o PIB do setor de serviços tem superado a agricultura.

TABELA 4 - PIB Setorial dos Municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – 2006

Município	Agricultura %	Indústria	Serviços
Aratuba	6,8	9,6	83,6
Baturité	15,4	10,1	74,6
Guaramiranga	28,6	17,4	53,9
Mulungu	40,9	7,6	51,5
Pacoti	30,8	10,6	58,5

Fonte: IBGE, 2006

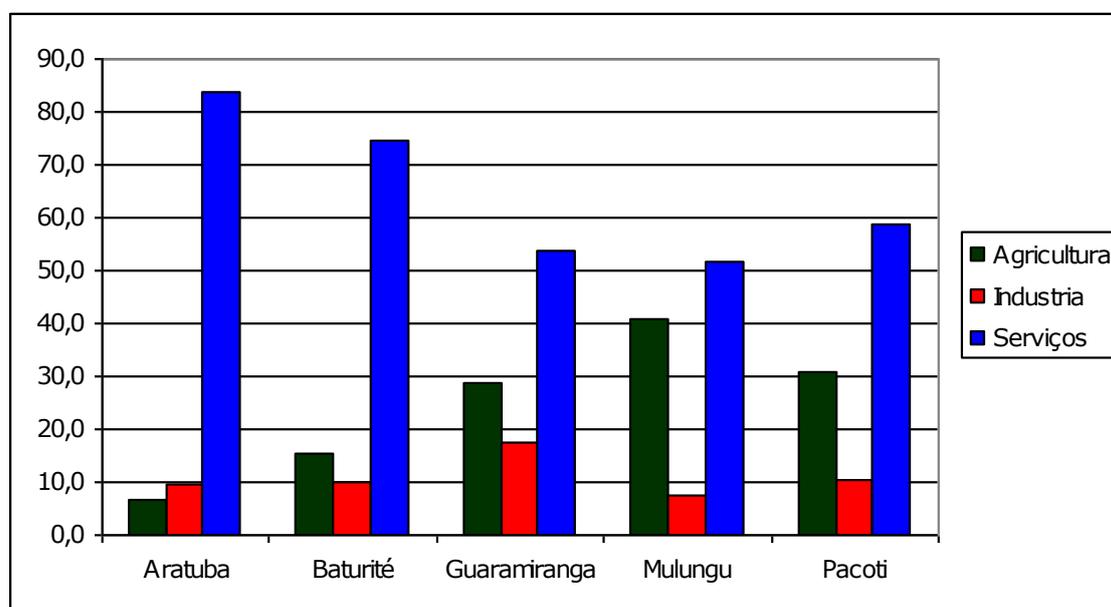


GRÁFICO1- PIB Setorial dos Municípios de Aratuba, Baturité,Guaramiranga, Mulungu e Pacoti – 2006. Fonte: IBGE, 2006.

Nos últimos seis anos, a Serra de Baturité tem presenciado a substituição de sítios por casas de veraneio ou hotéis. Pequenos e médios produtores têm vendido seus sítios, tornando-se caseiros ou funcionários de hotéis e restaurantes.

Voltando-se para a atividade cafeeira, interessa a esta pesquisa fazer uma observação sobre as áreas destinadas ao cultivo nos municípios estudados. Optou-se pela comparação da produção nos anos de 2007 e 2008. Neste último ano, a produção de café nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti foi de 4.575 ha, equivalendo a um rendimento médio de 2.294 kg/ha.

TABELA 5 - Área Destinada à Colheita, Produção Obtida, Rendimento Médio e Valor da Produção do Café nos Municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti em 2007.

Município	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida	Produção obtida (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Aratuba	700	700	266	380
Baturité	180	180	81	450
Guaramiranga	980	980	470	479
Mulungu	1815	1815	690	380
Pacoti	950	950	437	460
Total	4625	4625	1944	2149

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 2007.

TABELA 6 - Área Destinada à Colheita, Produção Obtida, Rendimento Médio e Valor da Produção do Café nos Municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti em 2008.

Município	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida	Produção obtida (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Aratuba	700	700	315	450
Baturité	180	180	80	444
Guaramiranga	980	980	470	480
Mulungu	1815	1815	835	460
Pacoti	950	950	414	460
Total	4625	4625	2114	2294

Fonte: Levantamento sistemático da Produção Agrícola IBGE, 2008.

As tabelas expõem que não houve aumento nas áreas de cultivo de 2007 para 2008 em nenhum dos municípios estudados. Este fato pode estar associado ao desinteresse de expansão das lavouras cafeeiras ou mesmo pelas novas leis que regem o uso e ocupação de áreas dentro da APA. Já a produção obtida mantém-se estável⁵³. Baturité, Mulungu e Pacoti apresentaram uma leve queda de um ano para o outro. Esta diminuição seria esperada pelos produtores, já que o café é considerado um produto bianual⁵⁴.

Em tempos nos quais a política de assistência governamental não consegue alcançar a base da pirâmide social, o nível de exploração e conflitos nas relações de

⁵³ A coleta dos dados é estimada mensalmente, pela Comissão Regional de Estatística Agropecuária e Comissões Municipais de Estatística Agropecuárias. Estas são formadas por produtores locais, técnicos agrícolas e agrônomos. A cada cinco anos é realizado um censo agropecuário, quando se pesquisam todos os produtores.

⁵⁴ Este termo é utilizado pelo IBGE para definir atividades agrícolas que sofrem oscilações na sua produção anualmente. A produção de um ano sofre queda no próximo ano, mas volta a subir no ano seguinte.

trabalho seria ainda mais acirrado? O objetivo aqui não é abordar especificamente esta discussão, entretanto não há como se furtar ao questionamento sobre os aspectos que vêm à tona no diálogo com os produtores.

5.2.1 Produção e comercialização

Discutir a produção agrícola do café em si mesma não é suficiente para compreender o tecido social que envolve a cafeicultura. É importante conhecer a trajetória da mercadoria, desde sua produção até o momento em que esta se realiza no mercado. Os sítios visitados, em sua maioria,⁵⁵ caracterizam-se como pequenas e médias propriedades mercantis, nas quais o proprietário é também o produtor direto. Este é possuidor dos meios de produção que utiliza, inclusive a terra.

É da terra que estes produtores garantem sua sobrevivência. A terra é tratada, cultivada e dela se colhem os frutos que são vendidos no mercado. Neste contexto, o produtor não precisaria se render às determinações do capital, já que tem a posse da terra, dos instrumentos de trabalho e a força de trabalho utilizada. As pessoas que eventualmente são contratadas por ele são pagas por diárias (RIQUE, 1986).

Embora tais condições se apresentem como favoráveis ao pequeno e médio produtor, na realidade estas não se efetivam. No ato da venda o preço obtido não é suficiente para reproduzir plenamente suas condições de produção.

A figura do intermediário aparece como um elo de apropriação da renda gerada na atividade cafeeira. Ele paga um preço inferior ao que seria obtido pelo produtor se efetivasse a venda diretamente ao consumidor e revendedores. No Maciço de Baturité, esta prática do intermediário ocorre tanto com o café como em relação a outros produtos. “Os trabalhadores trabalhavam para os corretores. Eles compravam bem baratinho, levava pra Fortaleza, pro mercado São Sebastião, vendia bem vendido. O corretor ganhava dinheiro, o que produzia vendia baratinho [...] continua do mesmo jeito” (ZÉ VALDIVINO, ex-feitor, 77 anos, depoimento em janeiro de 2009).

No caso do café, com frequência o produtor entrega seu café para ser torrado e armazenado no sítio de um produtor-comerciante. As sacas de café torrado ficam estocadas no depósito do sítio do produtor-comerciante. Na propriedade existe uma

⁵⁵ Dos 11 sítios ativamente produtivos que foram visitados, apenas 3 são gerenciadas por funcionários contratados, ficando ao proprietário a tarefa de prestação de contas. Não se trata de arrendamento, mas de uma administração com caráter empresarial.

pequena indústria de transformação para beneficiar o café. Com isso o produtor-comerciante agrega valor ao produto antes de vendê-lo. O pagamento ao produtor de café é feito de forma parcelada ao longo do ano.

Eu pilo minhas sacas de café e deixo lá no sítio onde pilo, quando chega na pilação eu vendo cinco, dez sacas e ele tira as despesas dos transportes dele, ele me cobra a pilação, me cobra os sacos. À medida que eu vou precisando de dinheiro, eu digo “Mande dinheiro de cinco sacas de café”. Eu nem trago pra cá o café, trago uma saca ou duas para o consumo (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

Esta prática é realizada desde o século XIX. Já naquele período a riqueza maior se concentrava nas mãos de negociantes. “Não são os cultivadores de café os que têm feito fortuna; são antes os negociantes da vila de Baturité os que têm enriquecido à custa dos plantadores, com prêmios exorbitantes e toda a casta de vexações” (ALEMÃO apud LIMA, 2000, p. 154).

Outro aspecto a ser destacado no contexto da atividade cefeira no final do século XIX é a criação de moedas pelo senhor Manoel José D’Oliveira Figueredo, no Sítio Bom Sucesso, localizado em Guaramiranga. Este senhor era reconhecido na região pela sua honestidade nos negócios e pela prosperidade de seu sítio. Estas características sustentaram a confiabilidade da moeda do cel. Figueredo, como também era conhecido. Segundo Nepomuceno (2008), o rodeiro⁵⁶ do Sítio Bom Sucesso funcionava durante todo o ano, pilando e torrando o café de vários produtores da serra.

Nepomuceno (2008) afirma que esta moeda foi cunhada em 1895 e tinha como lastro sacas de café. As subdivisões da moeda eram as seguintes: “um alqueire (128 litros), uma quarta (32 litros) e uma terça (8 litros), tudo medido em ‘café em coco’, ou seja, café seco antes de ser pilado (...). Esta circularia representando o café enquanto este não era pilado ou colhido” (NEPOMUCENO, 2008, p. 12).

Neste período a atividade cafeeira estava em declínio. Algumas áreas antes ocupadas por cafezais estavam sendo utilizadas para o plantio de maniçoba (*Manihot glaziovii* Mell). O senhor Manoel decidiu investir nesta atividade, expandindo suas áreas de cultivo, e assumiu dívidas junto ao Banco de Londres e à firma Boris Frères. Os negócios da borracha também não prosperaram.

As dívidas assumidas pelo sr. Manoel levaram aqueles que tinham posse desta moeda a buscar trocá-la. Não havendo quantidade suficiente de café estocado para

⁵⁶ O rodeiro era uma espécie de piladeira manual, usado para pilação do café. Era uma roda de madeira de aproximadamente dois metros de diâmetro puxada por dois burros. Ali o café era descascado.

firmar as trocas, o comerciante foi obrigado a vender seus bens e saldar as dívidas. Quando conseguiu firmar seus compromissos, cometeu suicídio.



FIGURA 13 - Moedas do Sítio Bom Sucesso
Fonte: Oliveira, 2008.

O período das moedas cunhadas que circularam em todo o Maciço de Baturité talvez não tenha durado muito, todavia existe um outro tipo de equivalente de troca que em tempo de colheita é utilizado nos limites dos sítios. Exemplos desta moeda foram recolhidos em algumas propriedades visitadas. São pequenos cartões de papelão impressos com a identificação um alqueire (128 litros), meio alqueire (64 litros), uma quarta (32 litros), duas quarta (32 litros), uma terça (8 litros), duas terças (16 litros). Estes cartões são entregues aos trabalhadores com um valor equivalente ao que foi colhido por eles, e ao final de cada semana são trocados por dinheiro em espécie. Esta prática tem sido utilizada por todo o século XX e continuou no século XXI.

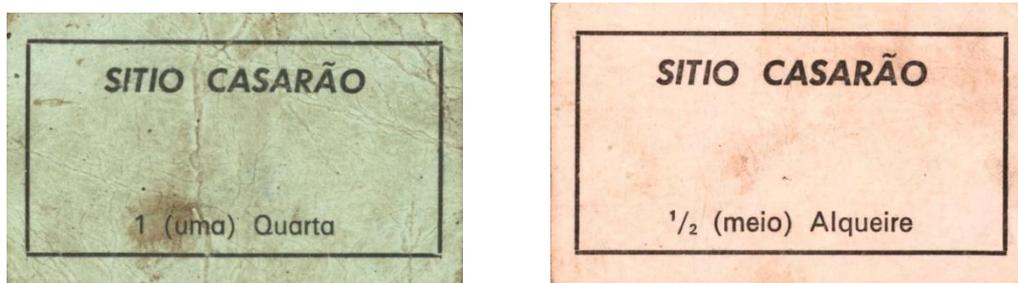


FIGURA 14 - Cartões que equivalem a 1 quarta e 1/2 alqueire
Fonte: Sítio Bagaço, fevereiro de 2009.



FIGURA 15 - Cartão que equivale a 2 quartas
Fonte: Sítio São Roque, fevereiro de 2009.



FIGURA 16 - Cartões que equivalem 1/2 quarta e 1 terça.
Fonte: Arquivo pessoal Alfredo Farias, fevereiro de 2009.

No começo do século XX, a produção de café no Maciço de Baturité estava distribuída nos diferentes municípios, mas a sua comercialização se concentrava na cidade de Baturité. O senhor Alfredo Farias descreve com riqueza de detalhes a rotina de comercialização.

O café ia pro Baturité em costa de burro, pra ser vendido lá. Aqui não aparecia comprador de café. Não tinha estrada, não tinha carro. A gente mandava pra lá. Tinha um armazém lá dos Furtado. Todo café da serra ia pra lá. De Pacoti, de Guarimiranga, era muito... Ia aqueles comboios no lombo de burro, carregado de café. Lá eles vendiam pro interior e ia no trem. Eles despachavam pra aquelas cidades do Juazeiro, Crato, pra acolá tudo. Eles se encarregavam de vender. Eles tinham sua porcentagem (ALFREDO FARIAS, ex-produtor de café, 101 anos, depoimento em julho de 2007).

Algo a ser destacado é a questão da distribuição da produção cafeeira no Maciço de Baturité. Observou-se a convivência do transporte em lombo de burro com o transporte ferroviário. A mercadoria partia de Baturité para terras distantes. Esta distribuição era de responsabilidade dos donos de armazéns.



FIGURA 17 - Estação Ferroviária de Baturité – 1889.
Fonte: Oliveira, 2008.

Além de comprar, estocar e distribuir a produção de café, os armazéns tinham também função bancária, onde a moeda de troca eram sacas de café. Ali aconteciam depósitos, retiradas e empréstimos. Os cafeicultores tinham determinado crédito, que para muitos, ao final do período de colheita, já estava totalmente utilizado, daí resultando que, em alguns casos, a colheita não era suficiente para cobrir o débito, caracterizando uma dívida. Era uma espécie de crédito pré-aprovado, que hoje poderíamos chamar de “cheque especial”.



FIGURA 18 - Prédio onde funcionava o armazém de café no município de Baturité.
Fonte: Alcântara, 2008.

Esta função bancária ainda é hoje realizada, entretanto de forma muito restrita. Quando o senhor Hugo relata sobre a sua transação comercial com um produtor-comerciante, ele fala que recebe tanto dinheiro como sacas de café para consumo doméstico.

Ao longo da pesquisa houve acesso à documentação relativa à produção de café dos sítios do sr. Francisco de Mattos Brito⁵⁷, pelo seu neto, Hugo Mattos Brito. Observar os dados contidos nesta documentação ajuda a compreender melhor o processo de produção e comercialização. Os dados que serão apresentados a seguir descrevem a produção dos sítios Guaramiranga, Brejo, Labirinto, Bôagua (sic), São Pedro, Riacho Fundo e Iracema, no período de 1933 a 2008. A produção é mensurada em sacas, sendo que cada saca equivale a 60 kg de café beneficiado.

⁵⁷ O sr. Francisco de Mattos Brito, conhecido como cel. Chichio, foi um dos grandes proprietários de terra e produtor de café do Maciço de Baturité no final do século XIX e primeira metade do século XX.

TABELA 7 - Produção de Café dos Sítios de Francisco de Mattos Brito (em sacas)

Ano	Guaramiranga	Brejo	Labirinto	Bôagua	São Pedro	Riacho Fundo	Iracema	Riacho Fundo e Iracema	TOTAL
1933	507	226			143	10	125	N existia	1011
1934	390	102		65	80	9	46	N existia	692
1935	502	212		74	172	21	111	N existia	1092
1936	519	135		82	147	15	123	N existia	1021
1937	243	80	23	56	106	8	82	N existia	598
1938	470	220	113	79	135	10	113	N existia	1140
1939	694	226	110	94	218			192 ⁵⁸	1342
1940	277	124	41	41	68			66	551
1941	606	214	132	80	319			243	1351
1942	546	149	84	79	190			124	1048
1943									
1956	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx				0
1957	288								288
1958	323								323
1959	244								244
1960	132								132
1961	247								247
1962	173								173
1963	206								206
1964	104								104
1965	?								0
1966	115								115
1967									
2002									0
2003	24,3	18							42,3
2004	40,03	2							42,03
2005	19,08	5							24,08
2006	36,3	18							54,3
2007	30								30

Fonte: Arquivo pessoal de Hugo Mattos Brito, setembro de 2008.

Uma das primeiras observações refere-se à importância da organização no controle da produção, o que demonstra o cuidado em garantir a preservação de informações para fins de comparação, controle e análise dos dados para os futuros administradores das propriedades. Segundo o sr. Hugo, esse controle foi iniciado por Francisco de Mattos Brito. O sr. Antonio Mattos Brito deu continuidade e, após o

⁵⁸ A partir de 1939 os sítios Riacho Fundo e Iracema tornam-se um só, que passa a se chamar Sítio Riacho Fundo-Iracema.

falecimento deste, o sr. Hugo assumiu o controle.

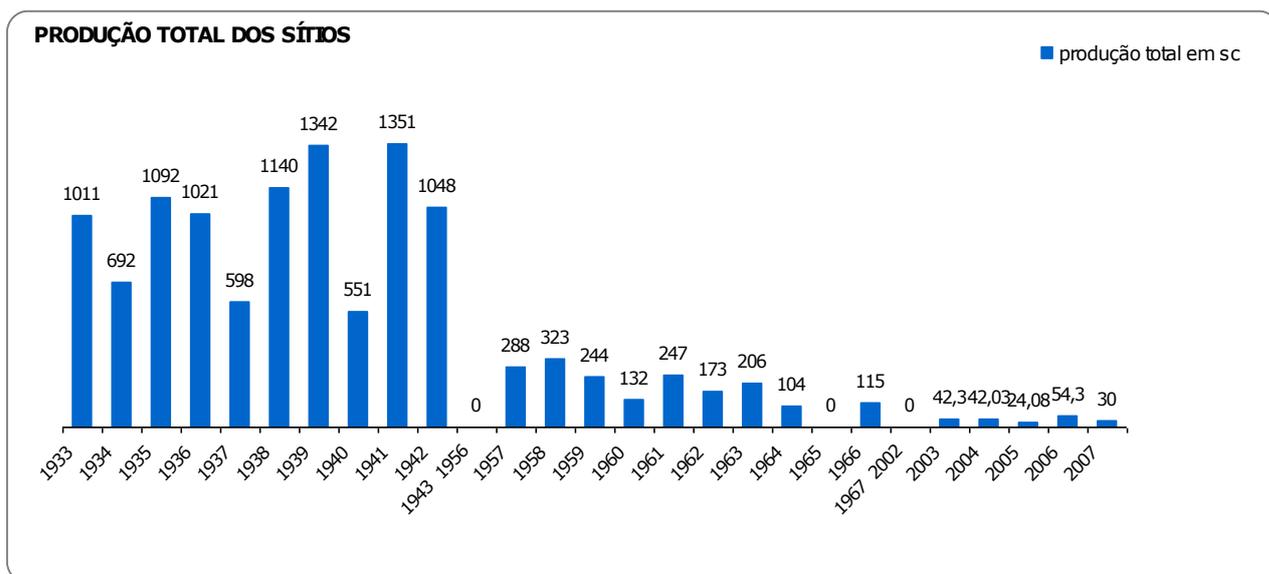


GRÁFICO 2 - Produção de Café dos Sítios do Sr. Francisco de Mattos Brito (em sacas).
Fonte: Arquivo pessoal de Hugo Mattos Brito, setembro de 2008.

O gráfico acima mostra as variações da produção no período de 1933 a 2007. Verifica-se oscilação da produção em todo o período de análise. Nos intervalos de 1943 a 1956 e 1967 a 2002 não se tem registro do montante produzido. No primeiro momento isto ocorreu em parte pelo fato de ter sido um momento de transição entre a administração do sr. Antonio Mattos Brito e Mj Hugo. Ainda neste intervalo de tempo (1948) morreu o patriarca da família, sr. Francisco Mattos Brito (cel. Chichio). Houve então a divisão dos bens entre os 12 filhos. O sítio Guaramiranga foi dividido entre quatro irmãos, dentre eles Antonio Matos Brito. Como este havia morrido, sua parte foi herdada por seus filhos, dentre eles Mj Hugo. O segundo momento deve-se à mudança de atividade. Naquele momento voltou-se para o cultivo de hortaliças e de flores.

Até 1948 a produção de todos os sítios era trazida para o sítio Guaramiranga, maior produtor entre os sítios em análise. Ali ocorria a torrefação e separação das sementes. Para isso contavam com uma máquina de beneficiamento selecionadora de grãos.

Em 1940 nós tínhamos aqui montado pelo meu pai uma máquina de beneficiar café, então todo o café da região era beneficiado aqui porque a máquina classificava por tipo e por tamanho. Meu avô concentrava as propriedades tudo aqui, dava uma produção de 1.500 a 2.000 sacas de café dos sítios dele e com o café de fora das outras propriedades dava na ordem de 8.000 a 10.000 sacas por ano numa safra, tudo beneficiado aqui. Depois foi indo, foi diminuindo e a gente abandonou. Depois veio o plano de erradicação, erradicou o café e quando erradicou o café a máquina ficou aqui sem função. A máquina era uma estrutura muito grande de madeira e tinha

um cilindro e tinha muita bica por onde o café corria e era forrado de chapa de zinco. Aquilo ficava parado de um ano pro outro, aí enferrujava e aquele zinco começou a se destruir. Quando nós voltamos a produzir, depois de 3 ou 4 anos, a plantar café e por uma série de motivo o café não foi pra frente e a produção continuou pequena, não justificava mais ter a máquina (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

A partir de 1957, a produção se resume ao sítio Guaramiranga, o que em termos absolutos causa uma queda na produção. A produção do sítio Guaramiranga já vinha em declínio contínuo nos anos anteriores e não conseguiu se recuperar nos anos seguintes.

A divisão das terras por motivos de venda ou herança pode ser considerada uma das razões que têm contribuído para a queda produção cafeeira na área pesquisada. Muitos dos herdeiros não dão continuidade à atividade. Muitos vendem suas partes a pessoas de outras regiões. Muitos destas vêm de Fortaleza e o maior interesse é construir uma casa para os fins de semana, daí o aumento das casas de veraneio.

Falando sobre a diminuição do número de sítios que produzem café, o sr. João Caracas resalta o desinteresse dos novos proprietários de manter a atividade cafeeira: “Estão vendendo as terras tudo aí. Abandonando os negócios. A tendência, se não mudarem o pensamento, é ficar em 3 ou 4 sítios. Virar Mata Atlântica novamente. Agora, a população aumentando todo dia, como é que vai comer?” (JOÃO CARACAS, médio produtor, 77 anos, depoimento em julho de 2007).

Como anteriormente destacado, o processo de afirmação da região do Maciço de Baturité como destino turístico causou significativo impacto. As conseqüências mais amplas deste processo são dignas de observação, mas sua análise não cabe no objetivo do presente trabalho. O que interessa aqui é discutir a cultura cafeeira na região, considerando as diferentes áreas de trabalho que surgem como alternativa à agricultura.

Hoje a agricultura não vale mais nada. O outro tipo de pessoas que são os caseiros, principalmente os mestres de obras, carpinteiros, os que trabalham na construção civil. Então hoje quem trabalha na construção civil vive bem aqui. Hoje quem é caseiro tem seu salário. Mas o agricultor praticamente morreu. Os animais praticamente desapareceram. A gente fica a repensar se esse modelo foi bom ou se foi ruim (MARCÉLIO FARIAS, autor do livro *Nossa História de Conceição a Guaramiranga*, 44 anos, depoimento em julho de 2007).

O quadro abaixo foi construído pelo produtor Hugo Mattos Brito e mostra de forma descontínua a desvalorização do café entre os anos de 1949 e 2002. O objetivo da construção deste quadro era compreender em números as perdas do poder de compra do café. A justificativa para a utilização do caminhão Ford F-600 como parâmetro é o fato de o autor da tabela ter comprado em 1952 este veículo.

Segundo relato do próprio Mj Hugo, a construção desta tabela parte de uma iniciativa individual para responder questionamentos pessoais.

TABELA 8 - Relação Café – Salário

Ano	Moeda	Valor da Saca	Valor do Dia Salário	Relação Saca / Diária	Observação
1949	Cr\$	600,00	8,00	75 Dias	
1952	Cr\$	900,00	12,00	75 Dias	1 caminhão Ford F-600 = Cr\$ 118,00 = 130 sacas de café
1956	Cr\$	1.800,00	20,00	90 Dias	1 saca de café = 12 @ de algodão = Cr\$ 150,00
1960	Cr\$	2.600,00	40,00	65 Dias	
1961	Cr\$	2.200,00	100,00	22 Dias	1 caminhão Ford F-600 = Cr\$ 150,00 1 saca de café = 3 @ de algodão
2002	R\$	50,00	6,60	7,6 Dias	1 caminhão Ford F-12000 = R\$ 65,00 ou 1.300 sacas de café 1 saca de café = 5 @ algodão

Fonte: Arquivo pessoal do sr. Hugo, 2008.

Se em 1949 uma saca de café pagava 75 dias de salários, em 2002 uma saca de café representa 7,5 dias de salários. Ao longo dos anos, o cafeicultor vem deixando suas propriedades aos cuidados de caseiros ou feitores.

Apesar de ser fruto da iniciativa de um produtor que tinha por objetivo perceber a valorização da mercadoria café, o quadro torna visível um aspecto importante: as perdas dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos na lavoura.

A questão da comercialização tem sido um desafio para os cafeicultores que hoje ainda produzem. Algumas alternativas foram observadas historicamente com o objetivo de garantir que a produção seja organizada num volume e qualidade eficientes. Um exemplo dessa organização foi realizada em 1996 e 1997, quando pequenos e médios produtores se organizaram como associação⁵⁹ em parceria com a Fundação CEPEMA, para exportar⁶⁰ sua produção na categoria de café orgânico.

⁵⁹ Nesse período foi criada a Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité - APEMB. A associação facilitava as negociações junto a bancos e instituições financeiras.

⁶⁰ A iniciativa de exportar o café partiu da Fundação CEPEMA. A fundação tinha contato com a organização sueca Naturshydas Föreningen, a qual financiou o projeto conhecido como “projeto café ecológico”, assumindo por dois anos os custos financeiros da exportação, que incluía a certificação



FIGURA 19 - Café Exportado para a Suécia.
Fonte: Fundação CEPEMA.

Segundo Genário Azevedo, a APEMB congregava 150 produtores e a compra de café foi realizada em toda a região do Maciço de Baturité e no município da Meruoca. Participaram da exportação diretamente 10 produtores. Segundo o sr. Gerardo Farias, presidente da APEMB naquele período, foram exportados em 1996, primeiro ano do projeto, 300 sacas de café. O café era enviado em sacas e empacotado na Suécia. Após a fase de exportação no século XIX, a experiência na década de 1990 foi uma tentativa de reavivamento da economia cafeeira na região e fortalecimento na comercialização.

Após os dois anos do projeto Café Ecológico, os produtores não conseguiram manter as exportações, a APEMB já não funcionava e surgiu a Cooperativa Mista dos Cafeicultores Ecológicos do Maciço de Baturité LTDA – COMCAFÉ. A cooperativa deu

internacional do café de Baturité como produto orgânico.

continuidade à comercialização do café. Duas grandes mudanças podem ser percebidas nesse processo. Em primeiro lugar: a prioridade de alcançar o mercado externo foi substituída por uma produção que visava atender a demanda nacional⁶¹. Outra mudança a ser destacada é que, no primeiro momento de organização formal dos produtores, era composta por pequenos e médios produtores. Com a criação da COMCAFE os pequenos produtores se afastaram.

Em 2008 a APEMB foi reativada e hoje as duas organizações coexistem e atuam em parceria no Maciço. Existe também a iniciativa individual de comercialização realizada pelo médio produtor João Caracas. Ele cultiva, beneficia em seu sítio e comercializa o produto em supermercados de Fortaleza.

É relevante destacar que no início deste ano o Mulungu recebeu uma fábrica de torração de café, administrada por produtores da APEMB, mas utilizada pelos produtores da região de uma forma geral.



FIGURA 20 - Café Pico Alto.
Fonte: Nordeste & Cerrado
Comunidades eco-produtivas⁶².



FIGURA 21 - Café Jóia.
Fonte: Alcântara, 2008.

⁶¹ A COMCAFE lançou a marca Pico Alto e passou a comercializá-la em São Paulo e em supermercados em Fortaleza.

⁶² Esta foto pode ser encontrada no site <<http://www.nordestecerrado.com.br/cafe-pico-alto-ce/>>. O acesso foi feito em 17 mar. 2009.

5.3 “Esse é o café”

Todo o processo de produção e comercialização reúne em seu interior práticas culturais expressas no dia-a-dia da atividade. Esta pesquisa trata das questões que envolvem estas práticas sob o olhar de Edward Palmer Thompson, que considera o conceito de costumes, em seus diferentes momentos. No século XVII, como folclore ou como conduta inercial, habitual e induzida. E, mais tarde, utilizados “para denotar o que hoje está implicado na palavra cultura” (THOMPSON, 1998, p. 14). O conceito de cultura vinculado aos costumes é visto por Thompson também como “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; e uma arena de elementos conflituos que somente sob uma pressão imperiosa assume a forma de um ‘sistema’” (THOMPSON, 1998, p. 17).

A partir dessa linha de análise inicia-se a abordagem dentro do ambiente doméstico, familiar. É neste ambiente que os conflitos de diferentes gerações são expostos. Os filhos dos médios produtores, por exemplo, afastaram-se não só do trabalho agrícola, mas também da região e passaram a residir em grandes cidades. Já entre os pequenos produtores, observa-se que seus descendentes estão distantes do trabalho no campo, mas continuam vivendo no município, trabalhando em restaurantes, bares ou casas de veraneio. No passado o aprendizado para o trabalho era fruto de um convívio doméstico. As tarefas, a observação das mudanças climáticas, a lida com os animais, tudo isso criava um universo de relações entre essas pessoas e o espaço agrícola, como bem descreve o relato a seguir.

Então a gente ia crescendo e ajudando a ele. Ele plantava também cereais, milho, feijão. Quando ele brocava uma parte, ali ele plantava cereais. Milho, feijão, mandioca, essas coisas. E aí a gente ajudava na colheita do feijão mulatim. No inverno era preciso a gente tirar a folha e pendurar. Tirar folha e pendurar por causa do inverno. Aí no verão era a colheita do café e ele também botou um engenzim e a moia por ali. E eu era com 10 anos, tangia os bois do engenho de madrugada, o verão todinho rodando. Era tão pequeno que eu não sabia botar a cana no engenho. Vinha um velho lá de baixo botar e o velho não tinha relógio, chegava me chamando. Ia tanger os bois até o dia amanhecer, rodando, e aí de manhã a gente ia pra escola a pés, na santa Inês, quando chegava ainda tinha muita coisa pra fazer por ali. A gente achava bom, não fazia nada obrigado, não. Tinha que pedir a ele pra fazer e botava a cangalha no jumento e ia tirar bagaço. Às vezes ficava cana, não cabia tudo na casa do engenho porque depois precisava rodar tendo o canto livre pra rodar. Ficava uma parte fora. Quando era a tarde que tirava os boi do engenho, meu pai, ele não chamava. Mas ia ele mesmo, fazia aqueles assados de cana levar lá pra dentro da casa pra perto do engenho e a gente, com pena dele, ia ajudar também. O que a gente podia fazer, apesar de pouco, ajudava.

Nisso a gente fazia muita coisa, não parava não (ALFREDO FARIAS, ex-produtor de café, 101 anos, depoimento em julho de 2007).

A narrativa acima remete a um passado no qual a família se envolvia intensamente na rotina dos sítios. Não significa dizer que no passado os filhos estiveram ligados à terra ininterruptamente; apenas se destaca que o vínculo com a terra era mais estreito.

É interessante adentrar o dia-a-dia do plantar e colher, pois tais etapas do processo produtivo se relacionam com momentos de trocas humanas, festas, confraternizações. Tais momentos de compartilhamento não são necessariamente grandes festas ou eventos, mas momentos simples como tomar o café donzelo, o primeiro café torrado. Ele surge no relato a seguir como a culminância de um longo processo, que inicia na colheita, passando pela pilação e a torração, até o momento de degustação.

Primeiro vem a colheita, depois vem a faxina pra secar, quando está no ponto balançando, aí vai para a piladeira que é pra tirar a casca, ficar só o grão. Depois disso é só torrar, pisar e beber. Por exemplo, se você for falar com os mais velho você diz: “Vai ter um donzelo?” É o primeiro café feito depois da torração. As pessoas se reuniam para tomar o café donzelo. O fulano dizia “Rapaz, você já chegou numa hora boa, aí tem um donzelo”. Todo mundo já sabia. Era uma linguagem própria da região. E tinha convite. As donas de casa que iam torrar convidavam as comadres para ir tomar um donzelo e colocar as conversas em dia. E hoje quem vai falar em donzelo, a não ser os mais velhos? Chegar para uma senhora mais nova, ela sabe porque ouviu a mãe falar, mas saber toda a história que tem por trás, não sabe (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

O fim da colheita tem um aspecto festivo, aparece como uma memória pazerosa logo contraposta às atuais condições e ao desinteresse em trabalhar na colheita. A fala a seguir guarda esta contradição, além de destacar as qualidades do trabalho feminino na lida com o café. Diante da questão por ele mesmo exposta, João Caracas dá uma resposta pessoal: seria o “desenvolvimento” o responsável por tantas mudanças.

No último dia, quando terminava a colheita, a gente dava um almoço enorme, fazia um forrozinho. Hoje em dia para apanhar café tem que ser com seus operários, os homens. Pagar mais caro porque as mulheres não apanham. Nenhuma hoje quer apanhar mais. A maioria não quer mais. Estraga as mãos, estraga a pele. É o desenvolvimento. O que dá é isso. Naquela época quem fazia toda essa parte da colheita era a mulher. Eu duvido que mulher torra café. Antes torrava, mas agora fica cheirando a café e por isso não quer. Eu torro por isso, porque, se colocar um homem, ele sapeca e não tem mulher (JOÃO CARACAS, médio produtor, 77 anos, depoimento em julho de 2007).

A festa da colheita aparece aqui com uma força associada ao momento de congregar, externar emoções. O trabalho árduo e vigiado cedia lugar à confraternização, mesmo dentro da esfera de poder patronal, pois quem “dava a festa” era o proprietário.

No fim da panha tinha gente que ia no sítio do outro. Tinha gente que colhia em vários sítios, então, quando acabava a panha, as pessoas eram convidadas para a festa do fim da panha. E o proprietário só dava essa festa quando a colheita era boa, geralmente só acontecia a cada 2 anos. Essa festa era boa porque era feita no barreiro, no último dia de panha. Gente bebia, se embriagava, gente chorava porque estava acabando. Era aquele rodízio todinho, em todos os sítios. Aí era comes e bebe. O patrão oferecia um almoço, muita carne, muita bebida e música. Contratava um seresteiro pra ir tocar no sítio e cantar. Tinha toda uma reza por conta da boa colheita. E tanto que tem sítio que tem capela. Hoje em dia não se ouve mais falar nesse tipo de festa (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

A torrefação era artesanal, realizada num processo simples. Aqui entra em foco o uso de objetos específicos que guardam sentido para as comunidades. É o caso do caco de torrar café. Hoje o objeto está em desuso, mas torrar uma “cacada” de café era torrar determinada quantidade para consumo doméstico. A narrativa a seguir descreve o “caco” e sua substituição por outros utensílios com função semelhante.

As pessoas mais antigas torravam o café num caco. Eles mesmos faziam uma cerâmica de forma arredondada como um prato fundo. Como às vezes o barro queimava, não assava pra dar o ponto, às vezes levava ao fogo meio cru, geralmente tacho se quebrava e ficava só um caco. E no caco era que se torrava o café. Aí se chamava assim uma “cacada de café”. “Vou torrar uma cacada de café”. Que era num caco desse tacho que eles faziam. Você encontrar hoje um caco ou mesmo um tacho de barro é difícil. Depois fizeram de flande, de ferro, aí começaram a chamar de tacho, porque não era de barro e não se quebrava, era tacho. Então se chegava e dizia: “Eu quero um tacho de torrar café”. E as pessoas já sabiam o que era (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).



FIGURA 22 - Tacho de Ferro para Torrar Café.
Fonte: Alcântara, agosto de 2008.

O trabalho da mulher não se limitava à colheita; todo o processo de torração e pilação para o próprio consumo era realizado por ela.

Como o trabalho ainda é árduo, braçal, nós usamos pilão. Qual é a mulher (senhora) que quer torrar o café, pegando toda aquela fumaça, no fogão a lenha, com calor intenso pra depois pisar aquele café, penerar várias vezes, pisar de novo até dá o ponto, podendo ir ali no supermercado, na vendinha, na bodega e pegar um pacote já torrãozinho e moído? Mas tem um fator ruim nisso aí: é que antes o pessoal tomava o café daqui e agora não sabe nem de onde vem o café e alguns deles diz: “É o melhor café do mundo”, “esse é que é o café”, porque eles tomam, quando temos um café de primeira qualidade [...] Ninguém evoluiu na questão da formação, ter a cultura do café mesmo enraizada nas pessoas. São poucas as famílias que têm o zelo, gosto da cultura do café (MARCOS ARRUDA, pequeno produtor e presidente da Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité, 34 anos, depoimento em fevereiro de 2007).

Consome-se café na serra. É interessante pensar no que foi descrito na narrativa anterior. As pessoas não sabem de onde vem o café que tomam, pois o compram nas mercearias. Marcos Arruda começa descrevendo o desinteresse em trabalhar com o

produto, até mesmo na esfera do consumo doméstico. Perde-se aí a “cultura do café” por ele mencionada?

Desde as primeiras conversas com os produtores e trabalhadores do café em Baturité, ouviu-se a expressão “este é melhor café do mundo”. Durante muito tempo tal afirmativa era questionada por nosso olhar. Talvez realmente o café da serra não possua as características técnicas e degustativas de melhor café. O que o torna “o melhor café do mundo” é pertencer a uma rede de significados, que ultrapassam o aspecto econômico e que reportam à proximidade entre o produtor e o produto. A mercadoria café, que é produzida com o fim de troca, dentro de um sistema de exploração, coexiste com o café que faz parte das lembranças daqueles que viveram sua infância dentro das lavouras e mergulharam nos saberes dos trabalhadores que se misturavam com os proprietários. É a esse segundo café que as pessoas se referem quando o tratam assim. Além disso, o melhor é o que está ao alcance como memória tecida entre o individual e o coletivo.

5.4 Sol e Sombra: Duas realidades

Durante toda a história o homem tem se utilizado de formas de cultivo que refletem a relação que este estabelece com a natureza e entre os próprios homens. Um exemplo disso era a agricultura permanente praticada em muitos países no século XVIII, que em alguns locais era realizada de duas maneiras distintas: ou era alimentada unicamente pela chuva ou dependia de algum tipo de irrigação (SIMMONS, 1993, p. 37). Estas duas categorias conservam formas distintas, que vão além das técnicas necessárias para a forma de cultivo, e atitudes diferentes da parte do agricultor para lidar com tais especificidades.

A sol e a sombra são expressões utilizadas para distinguir dois sistemas de cultivo distintos:

1- A SOL é caracterizado pelo total, ou quase total, arranque das espécies daquele terreno para introdução das plantas do café.

Este sistema de cultivo está associado a um modelo produtivo voltado para produção em larga escala, estimulado a partir da década de 1960. Este é baseado na mecanização do trabalho nas lavouras e na monocultura com uso de produtos químicos que garantam a fertilidade do solo e o balanço de nutrientes necessários para o desenvolvimento das plantas. Este é um tipo de modernização conservadora, uma vez

que as inovações tecnológicas são implementadas sem uma modificação na estrutura fundiária e na estrutura de poder.

2- A SOMBRA distingue-se por um consórcio de espécies distintas, que naturalmente se completam para manter o equilíbrio nutricional do solo e as condições ideais de temperatura e sombreamento para algumas espécies. Esse equilíbrio é muitas vezes potencializado por técnicas de manejo, de forma a favorecer o conjunto de espécies que se desenvolvem naquele espaço.

Este sistema de cultivo enfrenta o dilema de estar sujeito a lógica de mercado, mas possuem um nível de produtividade abaixo do sistema de monocultura.

Estas formas de cultivo refletem diretamente no ambiente e o seu impacto não pode ser descrito de forma pontual, mas articulado a um processo histórico. Este item trata especificamente das formas distintas de cultivo da atividade cafeeira no Maciço de Baturité, em que contexto estavam inseridas e a influência destas sobre a realidade local.

A planta do café é originária de regiões elevadas, de clima temperado do sul da Etiópia, de onde foi levada para terras árabes e de lá se espalhou pelo resto do mundo. Na América do Sul, a maior parte dos países onde a atividade é desenvolvida atesta o predomínio do sistema de cultivo de sombreamento.

Apenas no Brasil prevalece o cultivo de pleno sol. Apesar disso, no Ceará, onde desde o século XIX se cultivam lavouras de café, predominou historicamente o sistema de cultivo de sombreamento.

Como tratado nos capítulos anteriores, em todo o Brasil, nas áreas onde a atividade cafeeira foi introduzida, o processo de queimada e destruição das matas foi acelerado. Não só pela lavoura em si, que exigia áreas limpas, mas pela própria configuração que se formou em torno da atividade. Trata-se de uma lógica mercantil que estimula outros fatores, como crescimento populacional, investimento em instalações, transportes. Tudo isso contribuiu para pressionar a expansão de áreas desmatadas.

A queimada da floresta para plantar o cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Conseqüências indiretas da prosperidade febril baseada numa única mercadoria de exportação, exerceram pressões sobre uma área mais ampla da Mata Atlântica, dando início ao que hoje pode ser considerado como danos irreversíveis à paisagem antropomorfizada (DEAN, 2004, p. 206).

Nas serras cearenses, onde a planta do café foi introduzida, a atividade agrícola esteve desde o início intimamente vinculada a técnicas de cultivo tradicionais e sofreu a influência de um pradrão hegemônico de produção baseado na exploração exaustiva de uma só atividade em detrimento das áreas de mata, como anteriormente observado. A esse respeito, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil deixou extensa bibliografia, dentro da qual avalia que a luta para combater tais práticas era condição de sobrevivência.

O autor reconhece que atividade cafeeira promoveu desmatamentos contínuos no Ceará, contribuindo para o processo de destruição dos recursos da natureza, uma vez que nesse período muito da vegetação nativa cearense cedeu espaço para estas lavouras.

Os contemporâneos afiançam que há 50 anos todas essas serras eram muito mais frescas, abundantes d'água, seus ribeiros corriam por léguas pelo sertão; hoje no rigor da seca mal descem algumas braças além da montanha. E por que essa mudança tão sensível, e imediata? É porque a cultura do café tem descoberto até os píncaros da serra, exposto à ação imediata do sol os seus mananciais, que não podendo resistir à força ativa de evaporação de uma temperatura de 35 graus centesimais, cessam em pouco tempo e por conseguinte a verdura que resultava desses mananciais, e com o desaparecimento da verdura, a frescura, a umidade atmosférica, a atração, condensação dos vapores, e a chuva finalmente (BRASIL, 1859, p. 18).

As lavouras cafeeiras no Maciço de Baturité tiveram quatro momentos, no que se refere à forma de cultivo: o primeiro, no começo do século XIX, quando a planta do café foi introduzida na região, sendo o plantio a pleno sol; no final do século XIX e primeira metade do século XX, quando os produtores gradualmente se voltaram para o sistema de cultivo de sombreamento; na década de 1970, quando se retomou à prática de cultivo a pleno sol, com adubação química; no final da década de 1970 houve um retorno ao cultivo de sombreamento, que permanece até os dias de hoje.

Embora os dois períodos de cultivo a pleno sol pareçam semelhantes a um primeiro olhar, em conversa com o senhor Hugo, percebeu-se algumas particularidades de cada momento. No primeiro momento,

eles faziam o seguinte: Aqui no pé do alto ou na meia encosta e os caminhos eram na cumineira do morro, porque a tendência daquilo era que com a pisada do animal ir afundando e você fazia aquilo a aquela água que escorria fazia uma corredeira e na cumeira do morro ela tinha pouca água pra correr, então as carreiras de café eram plantadas como espinha de peixe, descendo da cumieira, então tinha uma certa inclinação. Então isso aí favoreceu (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

Em referência ao ano de 1971 Senhor Hugo afirma que,

quando fizeram esse plano de replantio, de renovação, eles se preocuparam

em reter água e mandaram fazer bancada em curva de nível e encharcou o café, o café morreu encharcado, embrejado. Isso quando fizeram esse plano em 70 (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

As figuras 23 e 24 são desenhos feitos pelo senhor Hugo que ilustram os dois momentos de cultivo a pleno sol. No primeiro momento percebe-se que o plantio tem a forma de uma espinha de peixe, com caminhos chamados cumieiras (carreadores) para facilitar o escoamento da água. Já no segundo momento, o plantio era realizado em curvas de nível.

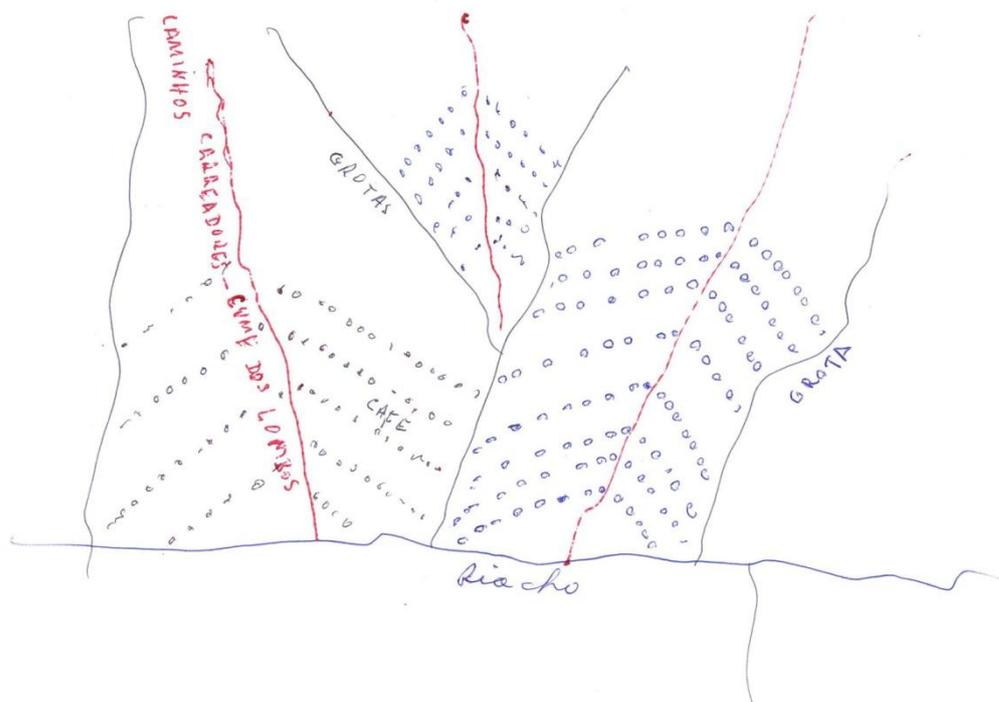


FIGURA 23 - Desenho feito por Hugo Mattos Brito, representando a forma de cultivo a pleno sol no século XIX e início do século XX.

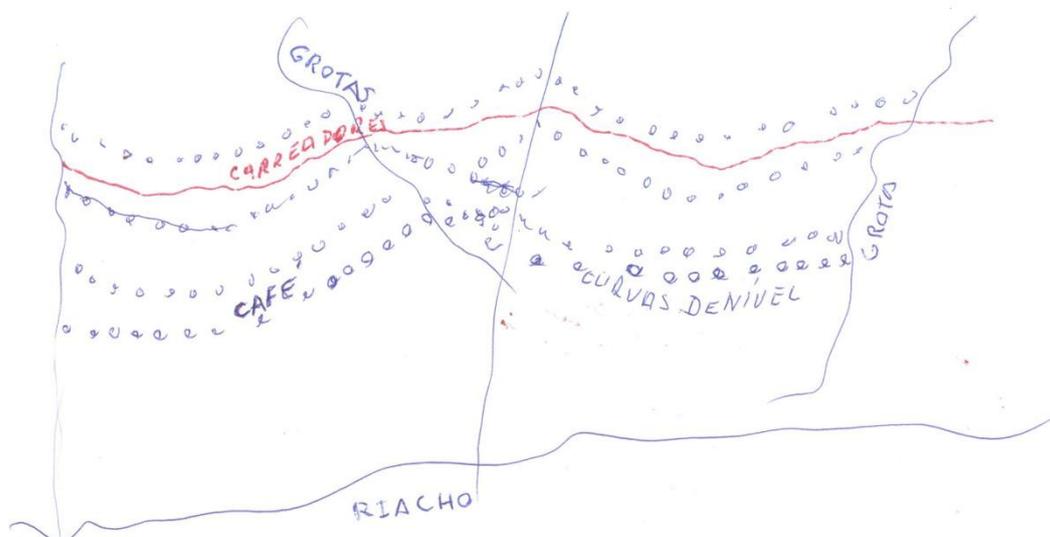


FIGURA 24 - Desenho feito por Hugo Mattos Brito, representando a forma de cultivo a pleno sol na década de 1970.

A mudança do sistema de cultivo do café no Maciço de Baturité para o de sombreamento estava vinculada muito mais às condições físicas da serra do que a uma consciência ecológica propriamente dita. O objetivo sempre foi o de tornar o café do Maciço de Baturité uma mercadoria com representatividade nacional.

Não por acaso tentou-se no século XIX imitar o café de São Paulo, considerado símbolo de prosperidade. Em sua descrição sobre as condições das plantações de café no Ceará, Catão (1937) apresenta uma mercadoria com características distintas que a tornam “como dos melhores do globo”.

O número de cafeeiros ali cultivados é estimado em 30.000.000 de pés, sendo dois terços botadores. As safras atuais são calculadas no médio em 60.000 sacos de 60 quilos ou sejam 3.600.000 quilos. A produção anterior era calculada de 20 a 30 arrobas por mil pés; hoje devido a devastação das matas e seqüente modificação do clima é estimada em 10 a 15 arrobas por mil pés. Como se vê, não se produz com a copiosidade dos cafeeiros do Sul do país, mas, em compensação, vive e frutifica com mais longevidades, chegando a atingir século, quando tratado, e é muito mais rico em propriedades aromáticas o seu fruto, passando por isso como dos melhores do globo (CATÃO, 1937, p. 60-61).

O período a que o autor se refere, retratado como uma época de matas devastadas, corresponde à transição do sistema de cultivo de pleno sol para o sistema de cultivo de sombreamento. A queda na produtividade (e conseqüentemente no lucro) e a percepção de que as relações de produção hegemônicas não se sustentariam a longo prazo culminaram na substituição do sistema de cultivo para o de sombreamento. Mesmo porque o declínio desta atividade significou o declínio de toda uma estrutura socioeconômica e financeira estabelecida a partir do que a atividade representava. Muitos produtores faliram, sítios foram vendidos e famílias inteiras tiveram que amargar a realidade de manter-se apenas na aparente ostentação até ali vivenciada.

Os roçados de café eram implantados da seguinte maneira: derrubava-se a mata, procedia-se a queima e plantava-se milho, feijão ou fava, mandioca e café; prosseguindo-se roçando anualmente o café como cultura permanente. O café era cultivado na serra como o algodão arbóreo (algodão mocó) era cultivado no sertão. Era a cultura permanente que persistia nestes roçados após as culturas temporárias (o milho, o feijão e a mandioca) frutificarem (OLIVEIRA, 2008, p. 7).

O sistema de cultivo de sombreamento se manteve até a década de 1960, e apesar da produtividade inferior ao sistema de cultivo anterior, ele conseguiu garantir maior estabilidade. Mesmo as oscilações na produção são comuns nessa atividade. O sr. Gerado Farias descreve um diálogo em que o ponto principal é a oscilação da produção e como esta é vista entre os produtores.

Fredo, meu sítio esse ano eu fiz 1.200 alqueire de café, mas eu não gosto dessa safra grande, não. Eu gosto é da safra média que eu faça 700, 800 sacas de café safra. Porque eu tenho uma safra grande dá 1.000 sacas de café, no outro ano cai pra 500. A diferença grande é ruim pra mim e ruim pros trabalhadores, que ano passado ganharam muito e esse ano é que vão ganhar pouco. Quando é 700, 800, a diferença não é grande pra mim e pro trabalhador também, que não ficava achando ruim aquela diferença de ganhar. Porque eles ganhando por empreita num ano, ele ganhava 500 e no outro 200, 300, ele dizia: “Rapaz, esse ano eu ganhei pouco”. No equilibrar da safra já era bom pra ele (GERARDO FARIAS, médio produtor, 83 anos, depoimento de setembro de 2008).

Orientada pela política federal de erradicação do café, pelo Instituto Brasileiro de Café, em 1966 a maioria dos produtores substituiu seus cafezais por bananeiras, flores, hortas, somente tornando a produzi-lo em 1973, quando o governo federal voltou a investir nesta atividade. Entretanto, passou-se a estimular o sistema de plantio a pleno sol. Os técnicos do IBC vieram ao Ceará e, por solicitação dos produtores locais, montaram um escritório em Fortaleza de maneira a prestar assessoria aos cafeicultores cearenses. Na serra de Baturité esse período se distingue do século XIX. Apesar de ser o mesmo sistema de cultivo, agora era feito considerando técnicas agrônômicas mais precisas. Apesar disso, o segundo momento foi mais desastroso do que o primeiro. A produção não correspondeu minimamente ao esperado, houve encharcamento do café. Mj Hugo compara os dois períodos.

Era muito bem feita. Eles tinham uma visão muito boa e isso aqui até certo ponto foi benéfico. Eles faziam o seguinte: aqui tem o riacho que corta e aqui o seco e tem os afluentes que desemboca, converge com o riacho. Tem lugar que vem 2 grotas, se juntam no meio, já chegam junto do riacho. Aquilo a gente chama os lombos, entre uma grota e outra tem aquele lombo. Então eles faziam o seguinte: aqui no pé do alto ou na meia encosta e os caminhos eram na cuminheira (o bico do morro) do morro, porque a tendência daquilo era que com a pisada do animal era ir afundando e você fazia aquilo e aquela água que escorria fazia uma corredeira e na cumeira do morro ela tinha pouca água pra correr, então as carreiras de café eram plantadas como espinha de peixe, descendo da cumieira, então tinha uma certa inclinação. Então isso aí favoreceu. Isso aí ficou provado em vista quando fizeram esse plano de replantio, de renovação, que eles se preocuparam em reter água e mandaram fazer bancada em curva de nível e encharcou o café, o café morreu encharcado, embrejado. Isso quando fizeram esse plano em 70. Em 70 eles mandaram desmatar (não tinha Semace, não tinha Ibama, não tinha nada), mandaram tirar a ingazeira. Porque a concepção dos climatologistas lá no Sul era que a ingazeira sugava a água do solo e como no Nordeste a mentalidade é de que tudo é seca, eles fizeram aqui uma devastação. Teve um lado bom, as ingazeiras foram cortadas, tava tudo cheia de parasitas e elas rebrotaram, então onde era arborizado voltou a ser arborizado (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

Após o malogro da experiência de plantio a pleno sol na década de 1970, houve um retorno para o sistema de cultivo de sombreamento, que persiste até os dias atuais. Entretanto, desde 1990 esta forma de plantio foi incorporada a uma Área de Proteção

Ambiental, criada naquele ano pelo governo estadual. Esta nova configuração tem gerado alguns conflitos, pois entre os produtores existe o questionamento: como produzir sem expandir? Isso será tratado no item seguinte.

Não adianta preservar a mata se for uma mata fechada sem alimento pra ninguém, sem alimento pros animais. Sem alimento pra ninguém. Em determinado momento a relação entre o homem e o animal foi tão grande, que o afastamento do homem do meio dele também é prejudicial também. Você tem que fazer uma coisa com os dois juntos porque senão a própria mata é prejudicada (GERARDO FARIAS, médio produtor, 83 anos, depoimento em julho de 2007).

5.4.1 A Criação da Área de Proteção Ambiental do Maciço de Baturité e as Implicações sobre a Atividade Cafeeira

No item anterior foram examinados os benefícios e limitações dos dois sistemas de cultivo experimentados na lavoura cafeeira, o de pleno sol e o de sombreamento. O último tem historicamente se estabelecido como superior para a garantia física de perpetuação das lavouras e, conseqüentemente, a própria reprodução dos produtores. O café é produzido em consórcio com diversas culturas, sendo a principal delas a ingazeira (*Inga bahiensis Benth.*). Atualmente este tipo de cultivo é reconhecido entre os produtores da região como Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Partindo para uma exploração conceitual, pode-se descrever os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como o consórcio de plantas arbustivas, componentes florestais, culturas agrícolas e/ou animais combinados em uma determinada área, com fins produtivo e de conservação simultaneamente. Também podem ser definidos considerando a interação entre a floresta e as atividades de cultivo e/ou criatórias: “formas de uso e manejo da terra nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa seqüência temporal” (DUBOIS ET AL, 1996, p. 3).

O consórcio é estabelecido a partir da necessidade humana de sobrevivência, reprodução e perpetuação da força de trabalho. Wiersum (2004) ratifica a afirmação ao definir a agrofloresta como uma combinação de árvores (*tree stand*), na qual a composição das espécies foi escolhida com o fim de satisfazer as necessidades humanas, mesmo preservando as características estruturais e os processos ecológicos próprios da floresta nativa.

Os SAFs podem se configurar de formas diversas, sendo algumas delas: os

Sistemas silviagrícolas, nos quais predomina a combinação de árvores ou arbustos com espécies agrícolas; os *Sistemas silvipastoris*, que possuem a combinação de árvores ou arbustos com plantas forrageiras herbáceas e animais; e os *Sistemas agrosilvipastoris*, onde se insere, ao consórcio silviagrícola, a criação ou manejo de animais.

Dentro desse sistema consorciado ocorre, então, um manejo da floresta ainda com fim produtivo, onde se busca estimular o aumento da produção dos seus recursos valiosos, reconhecendo, entretanto, a conservação dos recursos da natureza ali existentes⁶³ (WIERSUM, 2004).



FIGURA 25 - Sistemas Silviagrícolas em Guaramiranga.

Fonte: Alcântara, fevereiro de 2007.

Callo-Concha (2007) afirma que os SAFs possuem capacidade para manter a biodiversidade num grau que garante os níveis de produção e os processos ambientais em patamares que asseguram a reprodução do produtor a longo prazo concomitantemente à conservação da floresta.

Essa vertente tem sido apresentada como alternativa à agricultura convencional,

⁶³ “The management of agroforests consists of conscious efforts to both maintain forest resources and stimulate increased production of valuable forest resources. In order to ensure the use and maintenance of agroforests, a large variety of forest management practices may be carried out” (WIERSUM, 2004, p. 124).

que se baseia num alto nível de degradação da terra, com as queimadas e arranque de árvores para limpar o local onde se estabelecem as plantações.

Apesar de as espécies, individualmente, sofrerem queda na produtividade, se comparado ao sistema de monocultura, esse tipo de cultivo é defendido pela expectativa de uma maior estabilidade (DUBOIS ET AL, 1996). Além disso, acredita-se que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) garantam níveis consideráveis na produção em longo prazo, além de reduzirem substancialmente os custos com adubos químicos e agrotóxicos. “Os modelos de agricultura intensiva hoje em uso no Brasil – como: o monocultivo do algodão no Nordeste, da bananeira no litoral do Atlântico, a produção de laranja ou de tomates em grande escala em São Paulo – exigem a aplicação de grande quantidade de produtos químicos” (DUBOIS ET AL, 1996, p. 9). O autor argumenta que a “função adubadora” das árvores e arbustos dos SAFs já justifica o seu uso, podendo ali se inserir árvores com cultivo agrícola ou criação de animais.

A implantação dos sistemas agroflorestais origina-se da necessidade de estancar explorações em áreas florestais. Sendo considerado uma técnica alternativa de uso da terra, o SAF busca oferecer aos que dele se utilizam maior estabilidade do ponto de vista da renda e da continuidade dos ecossistemas existentes.

Segundo esta perspectiva, espera-se que a vegetação nativa seja preservada, não desconsiderando a introdução de espécies exóticas. A prática de estímulo ao cultivo de espécies exógenas para garantir uma maior produtividade data do século XVIII. Em seu texto, Pádua descreve uma proposta de agricultura brasileira do período estimulada pela “diversificação de cultivos, a aclimação de plantas exógenas, desenvolvimento tecnológico e educação dos lavradores” (PÁDUA, 2002, p. 55)⁶⁴.

Ricci e Oliveira (2007) afirmam que várias são as razões que favorecem o planejamento da produção dentro do sistema agroflorestal. Apesar da possibilidade de, inicialmente, apresentar um alto custo de implantação, dependendo das espécies com as quais se deseja realizar o consórcio, os custos de manutenção são em geral baixos, tanto para a mão-de-obra quanto para os recursos financeiros.

Apesar de um padrão que rege a lógica agroflorestal, há um “alto número de arranjos” que distinguem as áreas onde foram implantados. O *Manual Mata Atlântica* de 2007 destaca que, dentro da área de Mata Atlântica, independente do tamanho da propriedade, é quase impossível encontrar dois SAFs com características idênticas.

⁶⁴ Alfred W. Crosby (1993) discute a questão do impacto da implantação de espécies animais e vegetais exóticas nas colônias européias desde o século XV.

Os sistemas agroflorestais estão inseridos dentro de uma lógica de produção capitalista, que tem como fim a produção de mercadorias em quantidade suficiente para atender a necessidade do mercado. Para isso, é necessária uma produtividade agrícola, alcançada mais facilmente na monocultura. As referências trabalhadas nesta pesquisa descrevem um sistema de cultivo agroflorestal com uma lógica mercadológica, mas sem condições de competir a monocultura no que se refere ao nível de produtividade.

O Maciço de Baturité tem sofrido com a proliferação de monoculturas como a da banana, por exemplo, que ocupa 45.540 ha (IBGE, 1999), e a horticultura⁶⁵, que tem desmatado muitas áreas de floresta e estimulado o conflito historicamente vivenciado pela população entre conservar e expandir.



FIGURA 26 - Horta e Plantação de Bananeiras em Mulungu.

Fonte: Alcântara, setembro de 2008.

⁶⁵ Além do problema de desmatamento para a introdução da horticultura, a utilização de adubos químicos neste tipo de plantação é muito comum na serra. Próximo àquela lavoura se encontra grande variedade de garrafas vazias de fertilizantes e outros produtos químicos que haviam sido aplicados na lavoura da figura 26.

Em 2000, através da Lei nº 9.985, o atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi regulamentado, sendo estabelecidos “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (SNUC, 2004). As unidades de conservação são definidas como:

Uma área geralmente extensa, podendo ser privada ou pública, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC, 2004, p. 18).

O objetivo da criação desse sistema foi, entre outros, favorecer a restauração da diversidade biológica de ecossistemas naturais, assim como “promover princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento” (SNUC, 2004, p. 12).

A defesa legal de áreas protegidas não é algo recente. A Constituição brasileira de 1934 já tratava das questões ligadas à conservação dos recursos naturais. Segundo Rylands e Brandon (2005), o Código Florestal – criado também naquele ano – marca o desenvolvimento dos parques nacionais no país. Ao longo dos anos, esse sistema foi avançando e atuando, a partir das novas demandas no que concerne à gestão e ao manejo dos recursos naturais. As instituições ambientais criadas nesse período buscavam administrar os espaços de conservação definidos por autoridades governamentais. Dentre esses espaços, está a Área de Proteção Ambiental.

No Ceará, a década de 1990 destacou-se pela expansão do número de unidades de conservação. Dentre elas é criada, pelo Decreto Estadual nº 20.956, a Área de Preservação Ambiental (APA) no Maciço de Baturité, com o fim de proteger a biodiversidade ecológica e, ao mesmo tempo, garantir as atividades econômicas pautadas numa racionalidade de uso dos recursos naturais.

A área é delimitada a partir da cota de 600 metros, coordenação geográfica entre 4°08' e 4°27' de latitude sul e 38°50' a 39°05' de longitude oeste, em uma área de 32.690 hectares.

Os estudos técnicos, previamente realizados para justificar essa unidade de conservação apontavam para uma área importante e ao mesmo tempo vulnerável. Coube à Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará (Semace) as funções administrativa, de fiscalização e de supervisão da APA e a elaboração de um plano de manejo. Foi realizado um estudo de zoneamento do qual resultou o “Programa de

Conservação e Recuperação Ambiental no Maciço de Baturité”, implementado em 1992, definindo as diretrizes que regeriam a APA. O plano de manejo, entretanto, está em fase de elaboração.

Segundo dados oferecidos pela Semace (1992), em 1980, a área total utilizável para lavouras permanentes, as quais envolvem o café, correspondia a 35,30% e as culturas temporárias utilizavam 14,87%, enquanto que em 8,50% prevalecia mata natural, sobrando 35,28% para áreas potencialmente produtivas. A pastagem ocupava 7,40% e 1,59% estariam em descanso. Em 1990, a cultura permanente do café ocupava dentro das áreas de cultivo permanente 3.802 ha, sendo inferior, do ponto de vista da extensão, apenas à atividade da banana, que ocupava 3.936 ha.



FIGURA 27 - Café Sombreado, Sítio Bem-ti-vi.
Fonte: Alcântara. Fevereiro de 2007.

O próprio conceito dessa categoria de unidade de conservação a apresenta como importante para estabelecer atividades econômicas que garantam a reprodução no

mercado daqueles que dela se utilizam, mas, ao mesmo tempo, exige uma coerência ambiental no sentido de um manejo dos recursos da natureza de forma que possam ser utilizados por gerações futuras.

Quando se pensou a possibilidade de criação de uma Área de Proteção Ambiental, a cafeicultura já se encontrava em declínio e nos últimos anos esta tem se acentuado. Diversos fatores justificam essa decadência, mas o que cabe tratar aqui seria que a criação da APA freou a expansão das fronteiras agrícolas. Esta realidade, já experimentada no final do século XIX, volta a incomodar alguns cafeicultores locais, que colocam sobre a política de restrição de áreas agricultáveis a responsabilidade de alguns dos problemas enfrentados.

Não se pode combater pobreza sem ter produção. A propriedade são 114 ha, com café são 10 ha e tem uns 15 ha de café na capoeira. Esse café poderia ser replantado, mas, como ficava uma área muito grande pra plantar e pra cuidar e pra tratar e tudo isso acarretaria despesa, eu preferi fazer aos poucos, mas hoje eu não posso descobrir esse cafezal porque a SEMACE dá em cima. Se eu derrubar um pedacinho daqui àquela churrasqueira, a SEMACE diz: “Vixe, tão derrubando a serra” (HUGO MATTOS BRITO, médio produtor, 78 anos, depoimento em agosto de 2008).

De qualquer forma, a APA conseguiu reduzir a prática de desmatamento para a formação de roçados cafeeiros. “Quem cultiva café só deixa café, ingazeira e árvores frutíferas. Com a criação da APA e as exigências de conservação, a produção foi diminuída” (ZÉ VALDIVINO, ex-trabalhador da lavoura cafeeira, depoimento em fevereiro de 2007).

Ao tratar com os entrevistados sobre a influência da criação da APA para a região, e em especial para atividade cafeeira, um ponto foi consenso: a partir de 1990 muitos cafezais foram deixados de lado para que a mata voltasse a dominar. Não significa dizer que a criação da APA em si foi fator determinante para esta tendência. Existem outros fatores que contribuíram para o encolhimento das áreas de café, como a compra de sítios por pessoas que não se interessam por atividades agrícolas, querendo apenas desfrutar de um espaço de descanso, com uma bela paisagem.

Houve a vantagem de um abandono das culturas, inclusive a do café: o mato comeu, mas em compensação as casas foram fixadas junto com esse mesmo movimento, elas vão poluir os rios. [...] Se um sitiante compra a terra e deixa o mato comer, não planta mais café, arranca o café. Ou faz um chalé pra ele pra passar só um fim de semana e ao mesmo tempo não planta mais nada, então isso agrava tanto a situação da fixação do agricultor como a fixação do animal que não tem mais o alimento. Deixando o mato comer, vai agravar tanto para a fixação do agricultor quanto dos animais, que não têm mais o alimento. Então nós temos um negativo e um positivo. Conserva o meio ambiente, mas atinge diretamente os animais, principalmente o homem (MARCÉLIO FARIAS, advogado, 44 anos, depoimento em julho de 2007).

A fala do Sr. Marcélio Farias confirma o atual dilema entre preservar e produzir. A unidade de conservação se caracteriza como uma Área de Proteção Ambiental, o que a torna uma área de conservação, podendo ser economicamente utilizada. Entretanto, em 19 anos de criação, o plano de manejo oficial continua na promessa de ser lançado. Neste intervalo de tempo, a intensidade dos conflitos referentes ao uso e ocupação de terras na região continua tão acirrada quanto na década de 1980, antes de sua criação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cafeeicultura no Ceará durante um curto período, mais especificamente na segunda metade do século XIX, foi uma atividade capaz de gerar um alto retorno financeiro para o estado. Esta realidade proporcionou às famílias de cafeicultores do Maciço de Baturité a possibilidade de ostentar adotando um estilo de vida que reproduzia o dos barões do café sulistas. Entre o período aureo da cafeeicultura cearense no século XIX, especialmente no Maciço de Baturité, e a realidade atual a atividade tem experimentado um declínio que alterna com iniciativas de revitalização.

Hoje a realidade é uma crise de desinteresse em investir nesta atividade e uma migração para outros setores, especialmente, o setor de serviços. O diálogo com pequenos e médios produtores trouxe a tona essa realidade. Grande parte dos proprietários de sítios de médio porte mudaram-se para Fortaleza, dedicando-se a outras atividades consideradas mais rentáveis. Já os pequenos produtores têm vendido seus sítios e trabalhado como caseiros e outros serviços de apoio ao terceiro setor.

O estudo sobre a cafeeicultura no Maciço de Baturité trouxe à tona elementos do passado para ajudar a compreender o presente. Um passado que se encontra nos livros, documentos e nas lembranças dos mais velhos, parte das quais é fruto de idealização. Não desconsiderando a sua importância econômica no passado podemos afirmar que a cafeeicultura foi, para além da garantia de reprodução do produtor, influenciando o modo de vida da população local. Tal influência pode ser percebida nas reuniões sociais quando as famílias se reuniam para se apreciar o “café donzelo”, nas festas do final da colheita que envolviam não só os trabalhadores do sítio onde a festa acontecia, mas agregavam trabalhadores das propriedades vizinhas.

Além disso, não se pode ignorar que esta atividade deixou marcas profundas na paisagem, na cultura e no modo de vida nas cidades onde foi introduzida e desenvolvida. Prova disto é o patrimônio arquitetônico dos antigos sítios, da estação ferroviária em baturité e dos antigos armazéns. Esta memória pode ser encontrada para além das edificações, nos relatos pessoais sobre o cultivo, a colheita e as festas.

Percebe-se o café como um elemento identitário das cidades estudadas, mesmo tendo perdido sua relevância econômica que outrora atingiu um nível nacional e atraiu a mão de obra das regiões do sertão. Os costumes, expressos no trato culturais das plantações, nas festividades, na linguagem própria do lugar, sofreram ao longo dos anos profundas modificações. Entretanto os produtores ainda consideram o café de Baturité

como “o melhor café do mundo”.

O impacto ambiental do café cultivado segundo o sistema de cultivo implantado no sudeste, ou seja, em campo aberto, trouxe severo impacto à mata. Somente com a implantação do sistema sombreado, caracterizado hoje como sistemas agroflorestais, pode-se perceber uma reconstituição de áreas de floresta na região. Podemos afirmar que o sistema de sombreamento, o qual a atividade cafeeira sustentou a atividade cafeeira nas últimas décadas, não partiu de uma consciência ambiental, mas da necessidade objetiva de garantir a produção do café em longo prazo.

Em 1971, quando os produtores, influenciados por uma política governamental, realizaram pela segunda vez o cultivo a pleno sol, os resultados foram desastrosos. Não se tratou apenas de prejuízos financeiros ou ambientais, mas a credibilidade da atividade nunca mais foi recuperada. Naquele período a cafeicultura como atividade econômica já se encontrava abalada pela baixa produtividade, baixos retornos financeiros, aumento dos direitos trabalhistas que influenciava diretamente o valor da força de trabalho, o fracasso de 1971 a gota d'água. Muitos produtores migraram para outras atividades agrícolas como a bananicultura, olericultura e floricultura.

O Sistema de cultivo a pleno sol contribuiu para a aceleração do processo de degradação do relevo e representou perdas consistentes na economia cafeeira. Apesar desse longo período de degradação vivenciado naquela região, as condições edafoclimáticas continuam sendo um grande atrativo para os que buscam climas mais amenos. Entretanto, o movimento do sertanejo sertão-serra-sertão foi substituído pelo movimento de pessoas da capital para a serra. Hoje muitos dos antigos sítios produtores de café estão com suas lavouras abandonadas, ou deram espaço para outras espécies como a banana, ou simplesmente foram tomados pela mata. Com a destruição da floresta vão-se os saberes. O vínculo com a natureza passa a se estabelecer num nível diferente. É uma “natureza domesticada” que satisfaz os olhos do homem da cidade, mas sem função produtiva.

Mesmo vivenciando um quadro de decadência, o café do Maciço ainda mantém alguns focos de produção num montante suficiente para justificar a criação de uma fábrica de beneficiamento do café. Esta iniciativa é vista pelos produtores como um momento para uma possível revitalização da produção.

A lavoura cafeeira também se apresenta como o local onde relações de trabalho se efetivam movidas pelos conflitos entre duas classes distintas, proprietários e trabalhadores. É neste rico espaço que as transformações nas relações de produção e nas

relações sociedade-natureza são mais claramente estabelecidas.

Nosso olhar percebe as dificuldades de uma retomada da produção, uma vez que hoje os trabalhadores diretos não se submeteriam às condições de trabalho costumeiramente vivenciadas. Esta negação inclusive pode explicar o que os proprietários dos sítios descrevem como “ninguém quer mais trabalhar hoje em dia”. Também pode explicar o que os produtores caracterizam com grande desinteresse dos trabalhadores, especialmente as mulheres, na lida da colheita.

Espera-se que o esforço intelectual e que o trabalho de pesquisa aqui empreendidos possam contribuir para a discussão ambiental e econômica da atividade cafeeira no Maciço de Baturité. Espera-se que sejam estimulados novos olhares e questionamentos sobre um tema tão vasto.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará** (Dos tempos primitivos até 1850). 3. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BRAGA, Renato. **Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1960.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. T. 1. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Tipografia de Paiva & Companhia, 1859.

BRASIL [Filho], Thomaz Pompeu de Sousa. **O Ceará no centenário da Independência do Brasil**. Vol. 2. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1926.

CALLO-CONCHA, D. A. **Biophysical approach to the environmental services by land use systems: functional biodiversity in tropical agroforestry systems (the case of Tomé-Açú municipality, Northern Brazil)**. Preliminary Report, 2007.

CAMPOS, José Arimatéia. **Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do maciço de Baturité**. Fortaleza: Cepema, 2000.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. **A seca no Ceará**. Apresentação de Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CAPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata Atlântica** – uma rede pela floresta. Brasília: RMA, 2006.

CATÃO, Pedro. Baturité – Subsídio geográfico, histórico e estatístico. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 51, 1937.

CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto. **A Serra de Baturité**. Fortaleza: Livro Técnico, 2005.

COLLINGWOOD, Robin George. **Ciência e filosofia**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Lei da Mata Atlântica**: Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 [e] Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007. Revisão de João L. R. Albuquerque e Clayton F. Lino. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007 (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série Políticas Públicas, 33).

COUTO, Ribeiro. **Café**. [Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?t=cafe-ribeiro-couto&cod_Post=99711&a=111>. Acesso em 2 abr. 2009].

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DALY, H. E. **The concept of scale in ecological economics**: its relation to allocation and distribution. 2006. [Disponível em: <<http://www.ecoeco.org/publica/encyc.htm>>. Acesso em 10 ago. 2006].

DANIEL, O. et al. Diagnósticos de sistemas agroflorestais em uma propriedade de Amambai, Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2006. **Anais...**, 2006.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DELFIN NETO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. B. **Manual agroflorestal para a Amazônia**. Vol 1. Rio de Janeiro: Rebraf, 1996.

FARIAS, Francisco Marcélio de Almeida. **Nossa História de Conceição à Guaramiranga**. Fortaleza: Gráfica e Editora Fortaleza, 2001.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro de Baturité (1870-1930)**. Fortaleza: Ed. UFC, 1989.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FUNCEME. **Mapeamento da cobertura vegetal e do uso/ocupação do solo da APA da Serra de Baturité – Ceará**. Fortaleza: Funceme, 2006.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará** In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GABAGLIA, Giacomo Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará**. In: CAPANEMA, Guilherme Schüch de; _____. **A seca no Ceará**. Apresentação de Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, G. I. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 2000.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IBGE. Produção Agrícola Municipal – Ceará. **Fortaleza: IBGE, 2004.**

_____. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes. Vol. 32.** Fortaleza: **IBGE, 2005.**

Instituto Primeiro Plano. Antecedentes e situação atual. **Café Sustentável & Responsável**, Brasil, set. 2007.

JIANBO, L. **Energy balance and economic benefits of two agroforestry systems in Northern and Southern China.** 2006. [Disponível em: <www.sciencedirect.com>]. Acesso em 15 fev. 2008].

LEAL, Vinícius de Barros. Conquista e povoamento do Maciço de Baturité. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t.86, 1972.

LIMA, Francisco de Assis de; PEREIRA, José Hamilton. **Estradas de ferro no Ceará.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

LIMA, Pedro Airton Queiroz. **À sombra das ingazeiras: o café na serra de Baturité – 1850-1900.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro primeiro. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MMA [Ministério do Meio Ambiente]. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Natureza - SNUC: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** 5. ed. aum. Brasília: MMA; SBS, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

NEPOMUCENO, Francisco Luiz Oliveira. **As moedas da Fazenda Bom Sucesso.** 3. ed. rev. [S.l.]: ed. do autor, 2008.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Fiec, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e economia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Tópicos sobre dialética**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária**. Fortaleza. Tese de doutorado - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, S. O. de; ARAÚJO, F. S. de. **Diversidade e conservação da biota na Serra de Baturité, Ceará**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

OTANI, Malimíria Norico; SAES, Maria Sylvia Macchione; SOUZA, Maria Célia Martins de. **Actions to promote sustainable development: the case of Baturité shaded coffee, state of Ceará**. São Paulo, 2001. [Disponível em: <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/pdf/papers_jornais/norico.pdf>. Acesso em 20 set. 2006].

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, Daniela Márcia Medina. **A próxima estação: trabalho, memória e percursos dos trabalhadores aposentados da ferrovia**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

Projeto “Capacitação participativa de agricultores familiares e formação de agentes de desenvolvimento agroflorestal para difusão de experiências com práticas agroflorestais no bioma da Mata Atlântica”. Apostilas 1, 2, 3 e 4. In: **Manual agroflorestal para a Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Rebraf, 2007.

REBOUÇAS, André. **Garantia de juros: estudos para sua aplicação**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RICI, Marta dos Santos Freire; OLIVEIRA, Nelson Geraldo e. **Custos de implantação e manutenção e receitas brutas obtidas com o cultivo de café nos sistemas a pleno sol e consorciado à bananeira e eritrina**. Rio de Janeiro: Seropédica, 2007.

RYLANDS, A. B; BRANDON, K. Unidades de Conservação Brasileiras. **Revista Megadiversidade**, vol. 1, 2005.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHÄFFER, Wigold B.; PROCHNOW, Mirian. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: Apremavi, 2002.

SEMACE. **Zoneamento ambiental da APA da serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes**. Fortaleza: Semace, 1991.

_____. **Meio ambiente: legislação básica**. Fortaleza: Semace, 1990.

_____. **Decreto nº 20.956, de 18 de Setembro de 1990** (DOE - 24.09.90). [Disponível em <http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=56>. Acesso em 19 jun. 2007].

SEVERINO, Liv Soares; OLIVEIRA, Teógenes Senna de. **Café sombreado no Maciço de Baturité**. Fortaleza, 2000.

SIMMONS, I. G. **História do ambiente**. Lisboa: Teorema, 1993.

SILVA, Lenyra Rique. **O espaço da pequena produção em Maxaranguape – RN**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SILVA, Simone Rezende da. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRAL, Fábio. **A Conceção Circular de Homem em Marx – Um Estudo a partir dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

SOUZA, Paula. 1111 [Deputado (e depois senador) Paula Souza defendendo o projeto da futura Lei n.º 28, de 09.03.1884, que concedia créditos públicos a imigrantes europeus que se dirigiam às lavouras e às áreas urbanas]. In: **Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo**. São Paulo, 1884. [Disponível em: <<http://www.geocities.com/fusaoracial/ImigrantismoMFP.htm>>. Acesso em 6 fev. 2009].

SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

STUDART, Guilherme (barão de). Ligeiras notas sobre o café no estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 42, 1928.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIVAN, J. L. **Agricultura e florestas**. Guaíba: Ed. Guaíba, 1998.

WIERSUM, K. F. **Forest gardens as an ‘intermediate’ land-use system in the nature-culture continuum**: characteristics and future potential. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

COMUNHÃO DA SERRA

Ontem, à noite, eu vi a minha Serra,
Como uma virgem, trêmula, contrita,
Recebendo de Deus, daqui da terra,
Uma hóstia do Céu, hóstia bendita.
Como foi, para vê-la assim? De neves
Era o véu transparente, que a cobria,
Vendo-se aqui e ali negros tons leves,
Do negro que do verde aparecia.
Tons negros, talvez restos, que os comparo,
De alguma nuvem torva, esfacelada.
Por Deus, que só queria o Céu bem claro,
Porque ia dar a hóstia consagrada!
O cafeeiral, que rebentava em flores,
A grinalda na frente lhe botava;
E o frio, rebento dos temores,
No seu íntimo, o frio rebentava!
Assim a Natureza era o sacrário,
De onde Deus dava a comunhão radiosa
À Serra! E era o Céu o grande hostiário
E era a lua, a hóstia luminosa.
E digam que eu não vi a minha Serra,
Como uma virgem, de grinalda e véu,
Recebendo de Deus daqui da terra,
A hóstia luminosa lá do Céu!

(Quintino Cunha)

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Campo:

Data:

Local de Entrevista:

Entrevistado:

Idade:

Naturalidade:

Profissão:

INFORMAÇÕES GERAIS

01. Quando chegou à área? Foi em que ano? Vinha de onde? Qual sua idade naquele período? Quem era o dono anterior da propriedade?
02. Por que veio para a Serra?
03. Em quais condições você chegou aqui:
(1) Como proprietário (2) Como feitor (3) como morador?
04. Naquele período, qual era a medida das propriedades existentes nos arredores? E quanto é hoje?
05. Você recebeu algum tipo de assistência técnica ao longo dos anos e de quem?
06. Da família, quem trabalha na agricultura? (Filhos, esposa, genro...).
07. Vocês contratam pessoas na época do plantio e da colheita? Qual a forma de pagamento?
08. Quais os instrumentos utilizados para o plantio do café?
09. Como é feito o preparo da terra? Que técnicas são utilizadas?
10. A quem pertence os instrumentos usados na produção agrícola?
11. Há acesso a crédito para produção? Quem se beneficia? Há inadimplência?
12. Ainda existem os diários de fazenda? Ainda é possível encontrar os escritos por pessoas da Fazenda? (Feitores, proprietários...)
13. Existe, hoje, a preocupação em criar um consórcio café-ingá e outras plantas? Como era isso antes da APA?

14. Que tipos de pragas já ocorreram no café local? Em que período? Como foram combatidas?
15. Como são escolhidas as espécies do SAF? A partir de quais combinações de espécies? (princípios adotados)
16. Qual o tamanho da propriedade quando surgiu e o seu tamanho atual, bem como o ano da compra?

SOBRE O CAFÉ

01. Quantidade de café produzida em:

Ano	Quantidade
1999	
2000	
2001	
2002	
2003	
2004	
2005	
2006	
2007	

02. Qual é o tipo de ingazeira existente no Maciço? Existe diferença entre elas? Como a diferença influencia na produção do café?

03. Quais as variações de café cultivadas na propriedade?

04. Existem outras variações de café que foram cultivadas, mas desapareceram ao longo do tempo?

05. Sobre o processo de plantio, trato cultural e colheita:

→ Como se dão as escolhas das sementes e das mudas? (tamanho, cor, forma...).

→ Antes do plantio, como se dá o trato do solo? (naturalmente, queima, destoca, coivara, broca...)

→ Qual o melhor período para o plantio? (mês, tempo climático...).

→ Quanto tempo leva, a partir do plantio da semente, para que a muda floresça?

→ Como e quando se dá a limpa? Quais as ferramentas utilizadas nesse processo?

- Quem participa do processo de limpa, plantio e colheita? (mulheres, homens, crianças, familiares em geral, pessoas contratadas por diária...).
- Como eram os tratamentos culturais no passado?
- Quando é o período da colheita?
- Quantas sacas de café são colhidas por safra?
- Quantas sacas de café são colhidas por hectare?
- Quanto tempo leva entre o plantio e a venda do café?
- Quanto tempo o café pode ser armazenado antes de ser vendido?
- Você vende o café para quem? (atravessador, armazéns, diretamente ao consumidor, supermercados...).
- Vocês têm cooperativas? A produção vai para ela ou algum tipo de associação?
- Você está vinculado a alguma associação? Qual?
- Após a colheita, como ocorre o descanso da terra? Qual é o período de descanso da terra? O período de descanso da terra está mais estreito? Se sim, existe algo que é feito para compensar isso? O quê?
- Como é a divisão do trabalho? Como a mulher se insere na produção?
- Que outras espécies além do café são cultivadas na propriedade?
 - (1) Espécies Nativas (2) Espécies Frutíferas
 - (3) Espécies Exóticas (4) Hortaliças
- Para onde a produção é vendida? (municípios, distritos, estados...)

SOBRE A PRODUÇÃO

01. Visa à subsistência da família? ()
02. A produção é destinada toda para comercialização? ()
03. Parte da produção é destinada ao mercado, parte à família (como é feita essa divisão?) ()
04. A propriedade trabalha com um sistema de cultivo Agroflorestal? ()
05. Considerando as produtividades regionais, as espécies que constituem o sistema produzem quantias:
 - (1) baixa (2) média (3) boa (4) muito boa.
06. Desde a criação da APA, a fauna nativa observada na propriedade:
 - (1) diminuiu (2) está a mesma (3) aumentou
 - (4) aumentou muito (5) não percebe mudanças

07. Que espécies da fauna e flora, na década de 1960, eram comuns e hoje não são encontradas?

_____ (1) existem em pouca quantidade (2) Não existem mais.

_____ (1) existem em pouca quantidade (2) Não existem mais.

_____ (1) existem em pouca quantidade (2) Não existem mais.

_____ (1) existem em pouca quantidade (2) Não existem mais.

_____ (1) existem em pouca quantidade (2) Não existem mais.

08. Quantas árvores são derrubadas para plantar café?

09. Todo o trabalho no SAF é realizado:

(1) exclusivamente pelos homens adultos

(2) por homens adultos e adolescentes

(3) por homens e mulheres adultos e adolescentes

(4) outros membros da comunidade se envolvem de alguma maneira

10. Você tem acesso à renda obtida dos produtos do sistema:

(1) somente homens adultos

(2) homens e mulheres adultos

(3) homens, mulheres adultos e adolescentes

(4) idosos também tem acesso

11. A renda proveniente da atividade cafeeira desde a criação da APA:

(1) diminuiu (2) continua a mesma

(3) aumentou (4) aumentou muito

12. No que diz respeito aos outros produtos cultivados no SAF:

(1) Existem para o consumo

(2) São comercializados

(3) Parte comercializada, parte consumida

13. Qual o valor da saca de café vendida nos anos de

Ano	Valor
1999	
2000	
2001	

2002	
2003	
2004	
2005	
2006	
2007	

14. Quem foram as pessoas que não arrancaram o café em 1960?
15. Como as pessoas viam essa política do Governo?
16. O que levou essas pessoas a arrancarem os pés de café? Que estímulo elas tiveram?
17. Além do trabalho nessa propriedade, você prestava serviço em outras propriedades? Quais? Como é feito o seu pagamento? (diária, mensalmente...).

ECOLÓGICO ECONÔMICO

CONTROLE DE INSETOS DOENÇAS E FUNGOS

01. Como é feito o controle?
 - (1) Com produtos químicos? Quais? _____
 - (2) Com produtos orgânicos comprados fora? Quais? _____
 - (3) Com produtos orgânicos produzidos na propriedade? Quais? _____
 - (4) Não é necessário controles ou pulverizações? _____

02. São encontrados animais extintos na área?
03. Esses animais são predadores de plantas e animais nativos? Quais animais?
04. Qual a incidência desses casos?

(1) muito alta (2) freqüente (3)rara (4) inexistente

APÊNDICE B**LISTA DE ENTREVISTADOS**

ENTREVISTADO	ORIGEM	IDADE (A)	OCUPAÇÃO
Sebastião Vinuto	Mulungu		Pequeno produtor
Helenilda Amorim	Guaramiranga	42	Pequena produtora e apanhadeira
Irene Mendonça	Guaramiranga		Pequena produtora
Marcelo cocão	Guaramiranga		Pequeno produtor
Creuza Vinuto	Mulungu		Pequena produtora
Marcos Arruda	Mulungu	34	Pequeno produtor e presidente a APEMB
Antônio Eugênio	Guaramiranga		Médio produtor e diretor da CONCAFÉ
Gerardo Farias	Mulungu	83	Médio produtor
Oscar Martins			Médio produtor
William Vinhas	Mulungu		Médio produtor
João Caracas	Guaramiranga	75	Médio produtor
Atenor Holanda	Guaramiranga		Médio produtor
Vicente Correia	Guaramiranga	71	Médio produtor
Valdeci	Mulungu		feitor
Zé Valdevino	Guaramiranga		Ex feitor
Alfredo Farias	Mulungu	101	Ex produtor de café
	Pacoti	???	
Marcélio Farias	Guaramiranga	44	Autor do livro Nossa História de Conceição a Guaramiranga

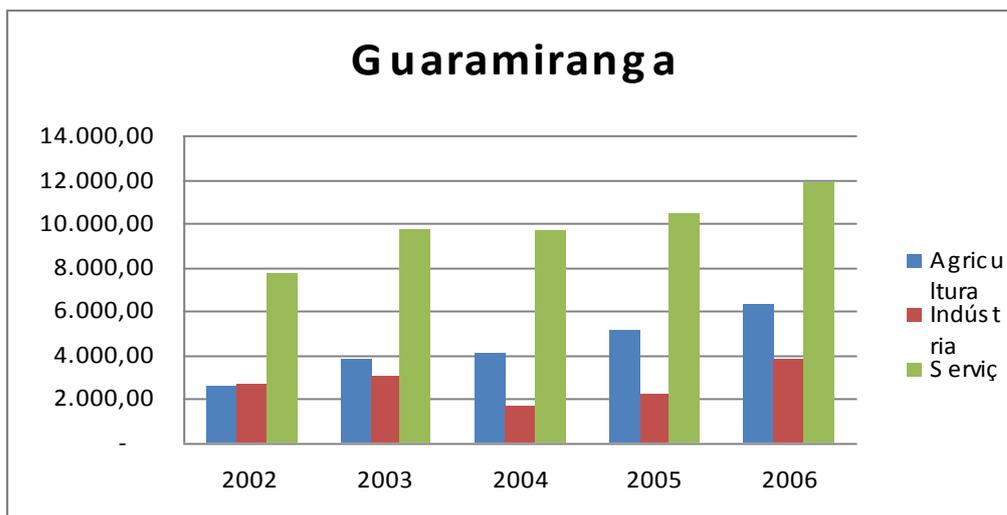
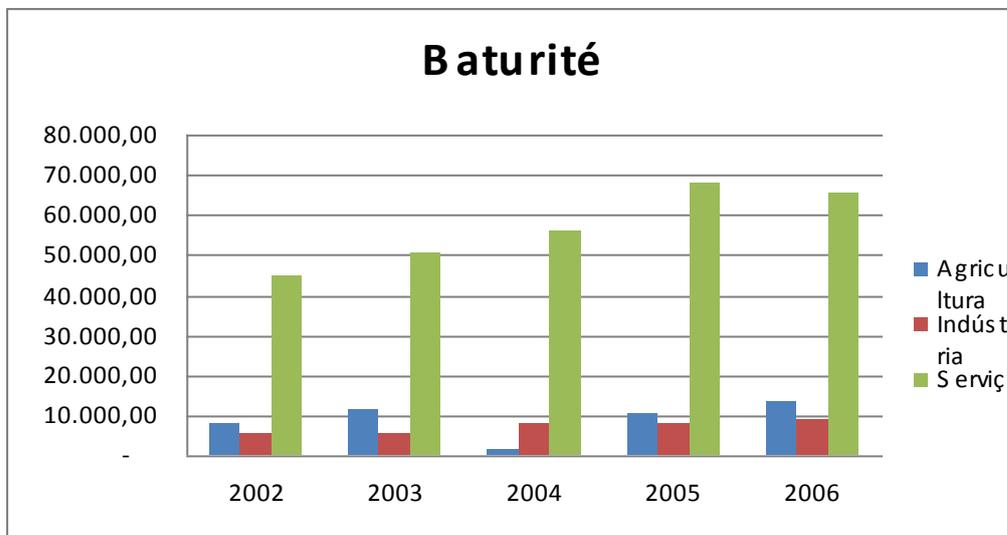
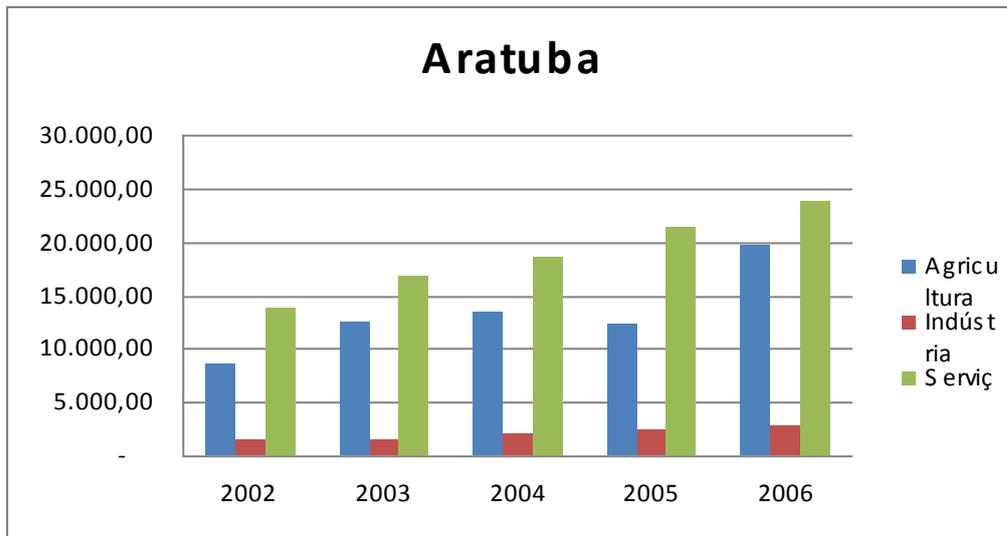
APÊNDICE C

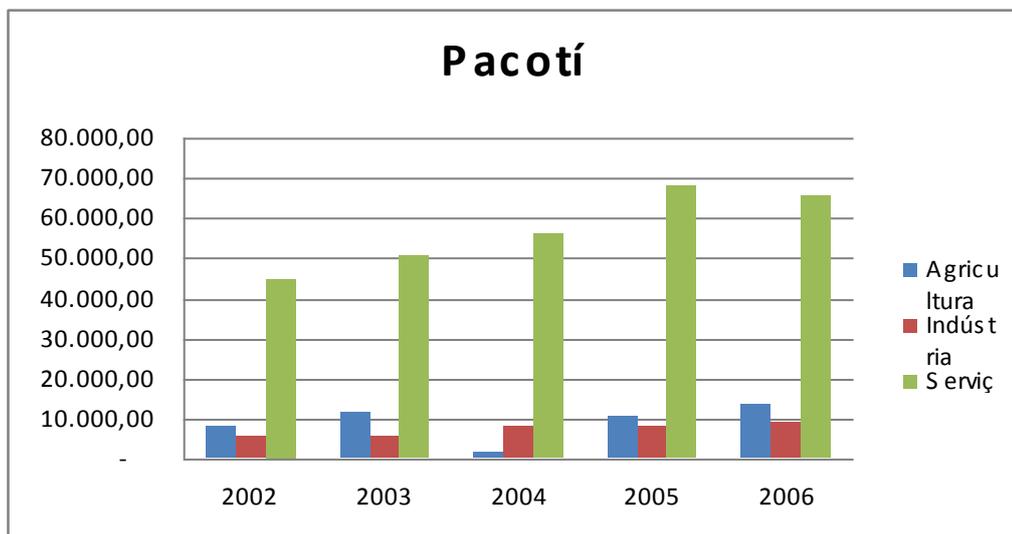
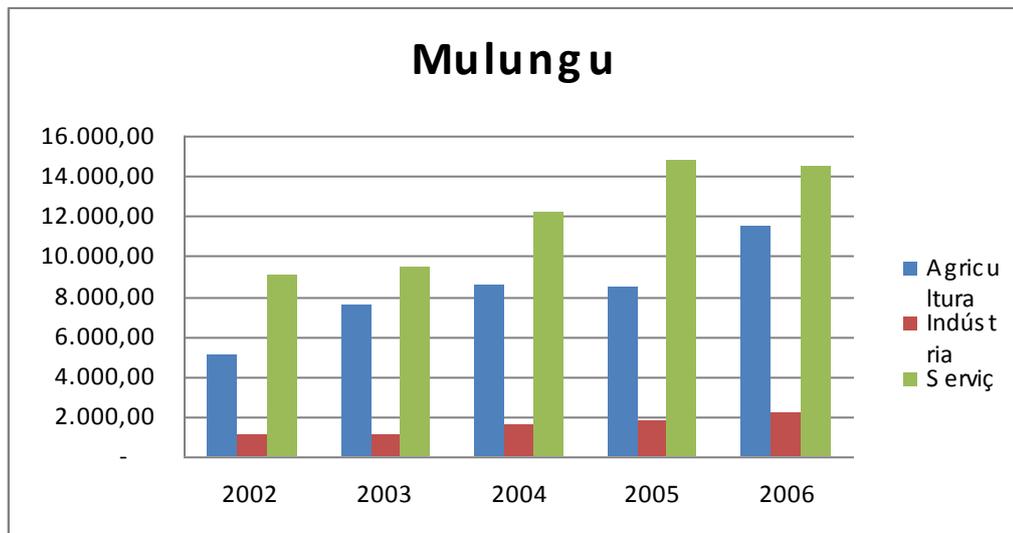
Tabela: Evolução Histórica do PIB Setorial por Municípios

Município	Ano	Agricultura	Indústria	Serviço
Aratuba	2002	8.562,14	1.406,05	13.743,59
Aratuba	2003	12.572,46	1.472,27	16.737,20
Aratuba	2004	13.433,36	2.021,23	18.636,76
Aratuba	2005	12.331,78	2.330,45	21.422,21
Aratuba	2006	19.837,00	2.742,31	23.858,03
Baturité	2002	7.729,05	5.435,10	44.920,48
Baturité	2003	11.461,51	5.629,96	50.629,74
Baturité	2004	1.264,44	7.825,84	56.096,30
Baturité	2005	10.599,52	7.790,48	68.006,66
Baturité	2006	13.477,49	8.819,46	65.441,52
Guaramiranga	2002	2.529,33	2.618,80	7.741,77
Guaramiranga	2003	3.790,26	2.994,94	9.770,64
Guaramiranga	2004	4.079,58	1.726,27	9.649,04
Guaramiranga	2005	5.118,31	2.187,80	10.459,77
Guaramiranga	2006	6.298,04	3.825,62	11.859,97
Mulungu	2002	5.040,99	1.057,90	9.076,14
Mulungu	2003	7.530,34	1.115,47	9.404,06
Mulungu	2004	8.527,52	1.623,04	12.254,21
Mulungu	2005	8.446,71	1.835,85	14.777,10
Mulungu	2006	11.515,23	2.137,72	14.474,74
Pacoti	2002	5.269,84	1.338,67	11.780,39
Pacoti	2003	7.450,87	1.677,31	14.020,29
Pacoti	2004	7.689,94	3.034,81	15.003,01
Pacoti	2005	7.880,65	3.441,74	18.596,06
Pacoti	2006	10.773,14	3.710,83	20.458,92

Fonte: Dados do IBGE

Gráficos - Evolução Histórica do PIB Setorial de:





ANEXO I

Formações florestais e localização do bioma

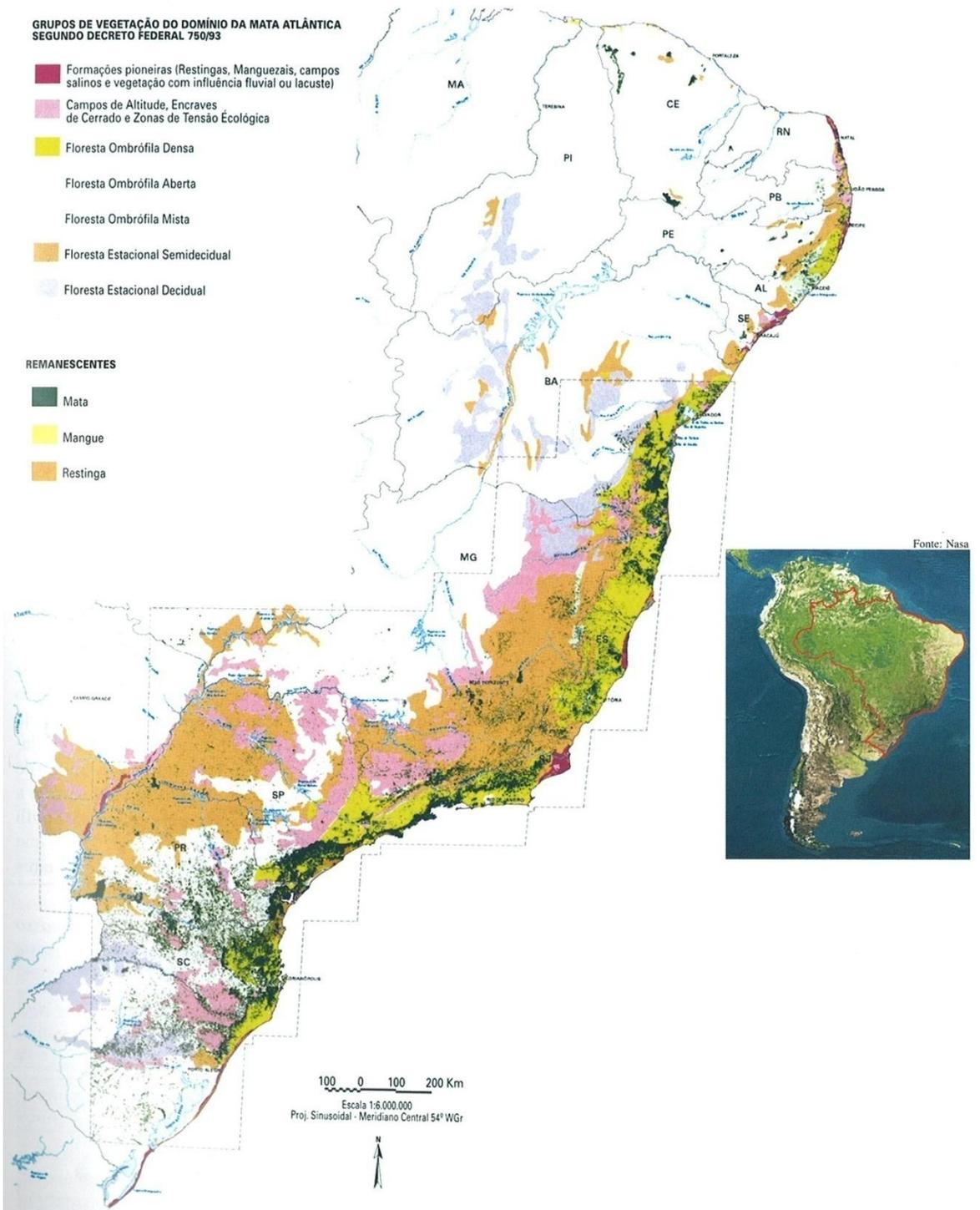
Remanescentes no domínio da Mata Atlântica em 1995^()*

**GRUPOS DE VEGETAÇÃO DO DOMÍNIO DA MATA ATLÂNTICA
SEGUNDO DECRETO FEDERAL 750/93**

- Formações pioneiras (Restingas, Manguezais, campos salinos e vegetação com influência fluvial ou lacustre)
- Campos de Altitude, Encraves de Cerrado e Zonas de Tensão Ecológica
- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Aberta
- Floresta Ombrófila Mista
- Floresta Estacional Semidecidual
- Floresta Estacional Decidual

REMANESCENTES

- Mata
- Mangue
- Restinga



Fonte: Nasa

Mapa elaborado por: Instituto Socioambiental - ISA

^(*)Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Socioambiental - ISA e Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE.

ANEXO II



Figura 4.1. Extensão original e atual da Mata Atlântica no Brasil.